

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

José Manuel de Oliveira Maia

Secretário

Manuel Augusto Carvalho Soares Pinto

Conselho de Administração

Presidente

Maria Augusta Resende da Costa Leite

Vogais

Maria Gabriela da Costa Leite

Humberto da Costa Leite

Arlindo da Costa Leite

Conselho Fiscal

Presidente

Celestino Fernando da Gama Félix

Vogais efectivos

Pires de Matos & Pinheiro Torres – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC

Viriato Marques da Silva Arrojado

Vogal Suplente

Luís Guilherme de Noronha e Távora Pinheiro Torres, ROC

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por António Manuel Dantas
Amorim

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. Introdução

Exmos. Senhores Accionistas:

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos à consideração de V. Exas. o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2009.

O Conselho de Administração assinala com o maior pesar o falecimento, no passado dia 4 de Novembro de 2009, do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Álvaro Pinho da Costa Leite, fundador e dinamizador desta empresa e do Grupo VICAIMA, aos quais se dedicou inteiramente desde a sua fundação, e que em todos deixa profunda saudade.

2. Conjuntura Económica

O ano de 2009 foi marcado por um quadro recessivo a nível mundial sem precedentes na história recente, em que as economias avançadas foram as que mais sofreram em termos de quebra da actividade económica, em consequência dos efeitos agravados associados a mercados residenciais maduros e a sistemas financeiros mais complexos e com maior peso na actividade económica. Os países emergentes ou em desenvolvimento passaram igualmente por momentos complicados, mas não tão difíceis quanto em similares posições cíclicas da história contemporânea, mantendo em alguns casos significativas taxas de crescimento económico.

<i>Projeções para a economia mundial (taxas de variação, em %)</i>			
	2008	2009e	2010p
PIB Mundial	3,0	-0,8	3,9
Economias Avançadas	0,5	-3,2	2,1
Área Euro	0,6	-3,9	1,0
EUA*	0,4	-2,4	2,7
Países Emergentes e em Desenvolvimento	6,1	2,1	6,0
China	9,6	8,7	10,0
Volume do Comércio	2,8	-12,3	5,8
Importações			
Economias Avançadas	0,5	-12,2	5,5
Países Emergentes e em Desenvolvimento	8,9	-13,5	6,5
Exportações			
Economias Avançadas	1,8	-12,1	5,9
Países Emergentes e em Desenvolvimento	4,4	-11,7	5,4
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	3,4	0,1	1,3
Países Emergentes e em Desenvolvimento	9,2	5,2	6,2

Fontes: FMI; World Economic Outlook, actualização de Janeiro 2010; * Bureau of Economic Analysis para 2009

Globalmente, 2009 foi o primeiro ano de redução da actividade económica a nível mundial, desde que existem dados comparáveis, pelo que vai ficar na história como o ano da Grande Recessão, termo utilizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em alusão à Grande Depressão do século passado.

No entanto, no espaço de 12 meses, o mundo passou de uma situação de crise extrema, pautada pela falta de liquidez do sistema financeiro e pela virtual paragem da actividade transformadora e do comércio internacional, para uma situação de estabilidade e de início de um novo ciclo económico. Este volte face em

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A.

tão pouco tempo é invulgar, o que levou alguns especialistas a se referirem a 2009 como o ano da “Grande Estabilização”.

Usando o exemplo português, constatamos uma acentuada revisão em baixa das estimativas de crescimento para 2009 na primeira metade do ano, com a estimativa mais negativa a ser apresentada pela OCDE no final de Junho (de -4,5%), assistindo-se posteriormente a um progressivo desanuviamento do cenário prospectivo – a OCDE altera a sua previsão para -2,8%, a 19 de Novembro. Estas linhas gerais são comuns à generalidade dos países e para o biénio 2009/2010.

Nos EUA, a deterioração das condições económicas foi especialmente vincada no primeiro trimestre do ano, período em que a produção do país caiu 1,6%, estimando-se que o fundo da recessão tenha sido atingido no trimestre seguinte, período em que o PIB apresentou uma contracção homóloga de 3,8%. O terceiro trimestre marca o regresso ao crescimento económico e o fim da recessão técnica, tendência confirmada pela generalização e aceleração do crescimento no trimestre seguinte.

A economia da zona euro entrou em 2009 já em recessão técnica, após a quebra do PIB nos três últimos trimestres de 2008, situação que se agravou nos primeiros meses do ano e que determinou a quebra da actividade no espaço euro em 2009, estimada em 3,9%.

No entanto, tal como as condições financeiras e o comércio internacional, também a actividade económica da zona euro encetou um processo de recuperação no final do primeiro semestre, deixando para trás aquela que foi a mais profunda e prolongada recessão na história da União Europeia.

A diminuição da actividade económica teve um forte impacto no mercado de trabalho, na medida em que aumentou a pressão sobre os resultados das empresas e que, face ao excesso de capacidade produtiva instalada e à falta de mercados para os bens e serviços, acelerou o processo de redução de custos ou mesmo de falência, resultando em qualquer dos casos em quebra de emprego.

De acordo com as estimativas da CE, o número de postos-de-trabalho caiu 2,3%, com a Irlanda e a Espanha a contabilizarem as maiores quebras relativas, conduzindo a um aumento da taxa de desemprego, de 8,2% em Dezembro de 2008 para 10,0% no mês homólogo de 2009. Tal como no ano anterior, a Alemanha foi o país que mostrou uma maior resiliência, contabilizando uma reduzida quebra do emprego e a mais modesta subida da taxa de desemprego de todas as economias avançadas, de 0,4pp para 7,7%.

De acordo com o FMI, a taxa de crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento abrandou de 6,1% em 2008 para 2,1% em 2009, com a China e a Índia a manterem altas taxas de crescimento, como resultado da elevada competitividade e dos investimentos públicos efectuados, os quais visaram essencialmente criar infraestruturas e promover a procura interna.

Desde o início da década que Portugal tem evidenciado um crescimento económico abaixo da média da zona euro (divergência real), caracterizado pela persistência de baixa produtividade, perda gradual da competitividade em preços, aumento do desemprego e crescentes necessidades de financiamento externo. Os desafios apresentados pela crise financeira e económica internacional exacerbaram essas fraquezas, o que resultou num ano de aumento do desemprego acima da média dos nossos parceiros comunitários e de agravamento do desequilíbrio das contas públicas.

Segundo as mais recentes estimativas, o PIB português terá diminuído 2,6% em 2009, reflectindo a redução de todas as componentes da procura, à excepção do consumo público.

O ajustamento foi particularmente severo no que concerne às componentes mais expostas à evolução das condições financeiras e da procura externa, com as exportações e a FBCF a recuarem 12,0% e 11,8%, respectivamente.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A.

Projeções económicas para Portugal

	2008	2009e	2010p
Consumo Privado	1,7	-0,9	1,0
Consumo Público	1,1	2,6	-0,9
FBCF	-0,7	-11,8	-1,1
Exportações	-0,5	-12,0	3,5
Importações	2,7	-10,7	1,5
PIB	0,0	-2,6	0,7
Saldo Orçamental (em % do PIB)	-2,7	-9,3	-8,3
Dívida Pública (em % do PIB)	66,3	76,6	85,4
IHPC, variação média anual	2,6	-0,8	0,8

Notas: e - estimado; p - previsto

Fonte: Ministério das Finanças; Relatório do Orçamento do Estado para 2010

A diminuição da procura aumentou as pressões sobre os resultados das empresas, com estas a intensificarem o processo de descida de custos de produção e de adiamento de investimentos produtivos, sob a ameaça de falência. Em 2009 foram destruídos 2,8% dos postos de trabalho e a taxa de desemprego subiu de 7,8% da população activa no último trimestre de 2008 para 10,1% no trimestre homólogo de 2009.

Os efeitos da crise económica e financeira fizeram sentir-se de forma mais intensa durante o primeiro trimestre do ano, pelo que foi neste período que se verificou o mais elevado ritmo de deterioração das condições económicas no conjunto dos três trimestres de recessão técnica, com o PIB a cair 2,0% face ao trimestre anterior e 4,0% face ao trimestre homólogo de 2008. No trimestre seguinte iniciou-se um processo de moderada retoma económica, pautada pela estabilização das trocas internacionais. Relativamente ao último trimestre do ano, a informação disponível aponta para o abrandamento ou mesmo estagnação do processo de recuperação em curso.

O consumo privado foi a componente da procura doméstica mais estável e que mais de perto acompanhou o perfil da actividade económica ao longo do ano, voltando a crescer moderadamente após a significativa contracção no primeiro trimestre. Em particular, há a destacar o aumento da despesa em bens de consumo duradouro nos segundo e terceiro trimestres, recuperação que estará parcialmente associada ao sucesso dos apelos à aquisição de automóveis, tendo em conta a majoração do incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida por parte da generalidade dos concessionários.

Ainda assim, o consumo privado deverá ter caído 0,9% no ano, influenciado pela deterioração das condições do mercado de trabalho e pelo maior rigor e ponderação na concessão de crédito por parte das instituições financeiras, num contexto de sobre endividamento das famílias e consequente necessidade de ajustamento dos orçamentos familiares.

No que concerne ao investimento, a FBCF terá caído 11,8% no ano, traduzindo a evolução desfavorável de todas as suas componentes, em especial ao nível do material de transporte. A FBCF na agricultura, silvicultura e pescas manteve-se praticamente inalterada face a 2008. Embora sem dados definitivos, a variação das existências terá contribuído negativamente para o crescimento económico. Este comportamento extremamente desfavorável do investimento enquadra-se num cenário de deterioração dos níveis de confiança e de falta de expectativas de crescimento da procura a curto prazo, no contexto das já referidas condições financeiras mais restritivas.

Por oposição, a procura externa líquida teve uma contribuição positiva para a taxa de crescimento do PIB, em consequência da superior descida, em termos absolutos, das importações face às exportações. As exportações de bens e serviços foram a componente da procura com evolução mais negativa, ao caírem 12,0%, não obstante terem encetado uma forte recuperação após a quebra de 8,5% do primeiro trimestre. Esta diminuição enquadra-se no cenário de quase estagnação do comércio internacional nos meses de maior intensidade da crise financeira e económica internacional. Por outro lado, as importações contabilizaram uma

menor queda em termos percentuais mas superior em termos absolutos, o que resultou na referida contribuição positiva da procura externa para a taxa de crescimento do PIB.

No que concerne aos mercados financeiros, o ano de 2009 iniciou-se da mesma forma que o de 2008 tinha terminado, isto é envolto em elevados níveis de aversão ao risco, com desvalorização de todos os activos com risco percepcionado.

Esta tendência manteve-se até ao início de Março, período onde foram registados os mínimos bolsistas do ano na generalidade das praças e dos índices, confirmando o carácter sistémico e global da crise financeira e económica internacional.

Em Março, os esforços dispendidos por autoridades monetárias, governos e instituições supra-nacionais começaram finalmente a fazer-se sentir, primeiro aliviando a crise de liquidez e, posteriormente, criando as condições para o processo de recuperação económica.

A melhoria gradual da confiança dos agentes económicos, em relação à actividade económica e aos resultados das empresas, pavimentou o caminho de recuperação para o segmento accionista, sendo que os máximos bolsistas do ano foram atingidos em muitos casos nos últimos dias do ano. Em simultâneo observou-se a progressiva redução dos níveis de volatilidade para valores considerados normais em termos históricos.

3. Actividade Desenvolvida

3.1. Actividade directa

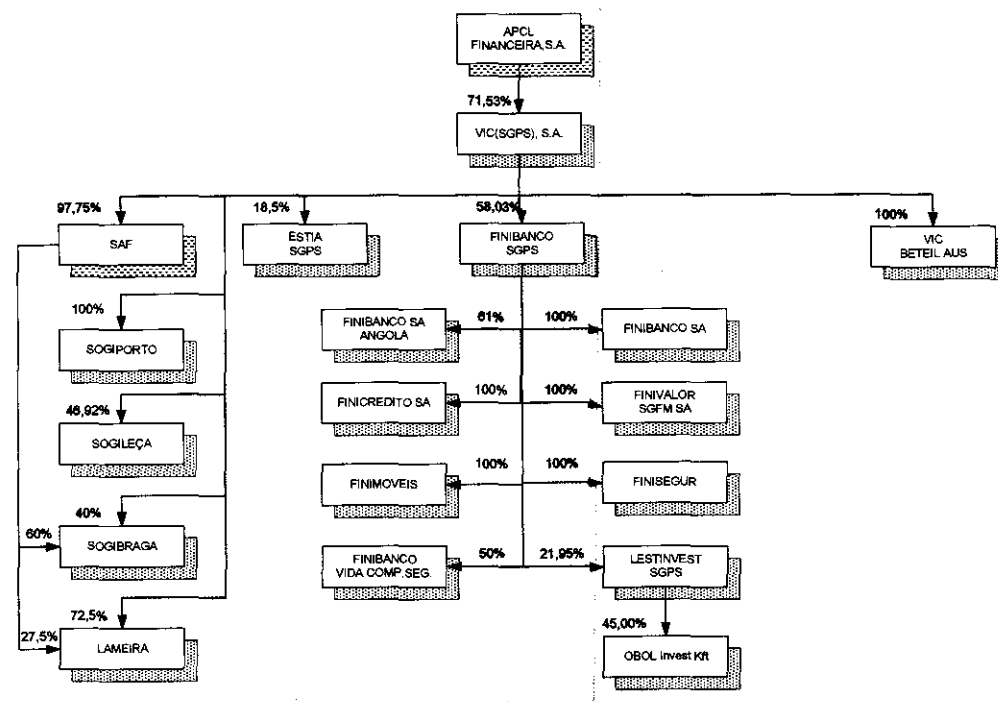
A APCL Financeira – S.G.P.S., S.A. nasceu em 2006, tendo sido o seu activo quase exclusivo a essa data – uma participação de 77,5% no capital da VIC (SGPS) S.A. – obtido por transmissão das acções dessa sociedade anteriormente detidas em nome pessoal pelos seus sócios.

Em 2008, a APCL alienou uma parcela de cerca de 6% da VIC (SGPS), tendo reinvestido o valor de realização em suprimentos a empresas do Grupo por si dominado.

Apesar de a sua actividade directa ser muito reduzida, o cumprimento da regulamentação bancária e do mercado de capitais transforma a APCL Financeira na sociedade dominante do Grupo Finibanco, devendo apresentar as suas contas de acordo com as NCA (Normas de Contabilidade Adaptadas) e calcular a nível consolidado os rácios de solvabilidade do Grupo Finibanco.

O actual organigrama do Grupo dominado pela APCL Financeira é o seguinte:

Organigrama do Grupo 'APCL FINANCEIRA' em 31 de Dezembro de 2009



Page 1

Por sua vez, a VIC SGPS detém as seguintes participações:

- Cerca de 58% do Finibanco Holding SGPS, empresa mãe do Finibanco e das restantes empresas do grupo financeiro. No decurso do exercício, esta participada procedeu a um importante aumento de capital, obtendo um encaixe de €75 milhões. A VIC SGPS procedeu a diversas operações de alienação de direitos e subscrição de acções, tendo aumentado o número de acções detidas, de 77 milhões para 102 milhões. No final do exercício, a sua participação representava 58% do capital da participada;
- Directa e indirectamente, a totalidade das empresas imobiliárias Lameira - Imobiliária, Lda., Sogiporto - Gestão Imobiliária, S.A., Saf - Imobiliária, S.A. e Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda.;
- Cerca de 47% do capital da Sogileça - Gestão Imobiliária, Lda.;
- A VIC Beteiligungsverwaltungs GmbH, com sede na Áustria, a qual detém participações em sociedades imobiliárias na Europa de Leste. Esta empresa está em fase de desactivação, passando as suas participações para o domínio da Estia SGPS, em cujo capital a VIC SGPS detém 18,5%.

3.2. Actividade das participadas

3.2.1. Área imobiliária

A Lameira - Imobiliária, Lda. era proprietária de terrenos para construção na zona de influência do Plano de Pormenor das Antas, na cidade do Porto. A área de construção é de cerca de 52.000 m² acima do solo, destinada a comércio, serviços e habitação. No final do ano, transitou em julgado a sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, que obrigou a Câmara Municipal do Porto a entregar à empresa as parcelas

5.2 e 5.3 do Plano de Pormenor das Antas, que a referida Câmara Municipal havia injustificadamente registado em seu nome. Assim, foi possível proceder à alienação da totalidade dos lotes que a Lameira possuía nessa zona, por um valor de aproximadamente €23 milhões.

A Sogiporto - Gestão Imobiliária, S.A. é proprietária de um terreno na Portela de Sacavém, no concelho de Loures com uma área de construção prevista de cerca de 30.000 m². A empresa continua a proceder à desocupação do terreno, ilegalmente ocupado desde 1974, e simultaneamente à preparação de um projecto de urbanização do local. Foi já contratado o financiamento para suportar os custos de desocupação e realojamento dos actuais ocupantes.

No início de 2009, o principal activo da Saf – Imobiliária, S.A. era um conjunto de terrenos na junção dos concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra com a área de cerca de 500.000 m². Estes terrenos têm uma aptidão maioritariamente industrial, encontrando-se uma parte dos mesmos já terraplanados. No decorrer do exercício, a empresa adquiriu um conjunto de armazéns logísticos, bem como terrenos para construção anteriormente detidos pela Lameira Imobiliária.

A Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda. possui um terreno maioritariamente florestal no concelho de Braga. A parcela com aptidão para construção de armazéns será desenvolvida de acordo com as oportunidades do mercado.

A Sogileça - Gestão Imobiliária, Lda. não teve actividade relevante no exercício.

3.2.2. Área Financeira

No exercício de 2009, cumprindo o que se encontra descrito nos respectivos objectos sociais, o Finibanco-Holding e as suas Participadas desenvolveram iniciativas e concretizaram acções, as mais relevantes das quais se encontram descritas no presente Relatório:

- Na vertente de negócio de retalho, através do Finibanco, SA, do Finibanco Angola, SA e da Finicrédito-Instituição Financeira de Crédito, SA;
- Em escala substancialmente mais reduzida, na área de gestão de activos, com o Finibanco, SA e a Finivalor-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA, prestando serviços de gestão de carteiras e gerindo fundos, quer mobiliários, quer imobiliários;
- A partir de 2007, com a constituição da Participada Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA, iniciou a sua actividade na exploração do ramo seguros, na especialidade de vida, complementando assim parte do negócio que vinha fazendo nesta área através da Finisegur-Sociedade Mediadora de Seguros, SA.

No início de 2007 constituiu a Fini International Luxembourg, SA, com vista ao desenvolvimento e ao reforço da capacidade empreendedora, tendo por objecto um vasto leque de acções, desde a detenção de participações sociais, em empresas luxemburguesas, ou estrangeiras, até à gestão das participações sociais detidas na sua qualidade de holding.

A profunda crise económica e financeira que se instalou no exercício de 2008, afectou o desenvolvimento esperado para esta Participada e, não se vislumbrando num espaço temporal razoável alteração das condições de mercado que permitissem a reactivação da sua actividade, foi decidido proceder à sua dissolução e liquidação, o que aconteceu em Junho de 2009.

No quarto trimestre do exercício, o Finibanco, SA decidiu iniciar o processo de encerramento da sucursal Financeira Exterior da Madeira, por haver concluído que dela não eram tomadas as vantagens que se esperavam da sua implementação.

No exercício em análise, as atenções do Finibanco-Holding centraram-se no processo de aumento do capital social, que se iniciou em Novembro de 2008 e que, por razões que têm a ver com o modo como evoluiu o mercado no terceiro trimestre daquele ano, só teve continuidade na sequência da deliberação tomada na Assembleia Geral de 4 de Maio do exercício a que nos reportamos.

Tendo-se aí deliberado alterar o pacto social, introduzindo-lhe um novo artigo que autoriza o Conselho de Administração a proceder a aumentos de capital social, por uma ou mais vezes e por entradas em dinheiro, até ao montante máximo de duzentos milhões de euros e também a deliberar sobre a emissão de acções preferenciais, sem voto, e outras acções preferenciais, remíveis ou não, o Conselho de Administração, reunido em plenário, no mesmo dia, deliberou aumentar o capital social do Finibanco-Holding de 115 milhões para 175 milhões de euros, por entradas em dinheiro, através da emissão de 60 milhões de novas acções, ordinárias, escriturais e nominativas, reservada a accionistas, com o valor nominal de um euro e emitidas a 1,25 euros.

O aumento do capital social constituiu um sucesso, na medida em que a procura excedeu largamente a oferta e o seu registo foi efectuado no dia 16 de Junho de 2009.

Procedeu-se também ao aumento do capital social do Finibanco, SA de 120 milhões para 160 milhões de euros, mediante a emissão de 40 milhões de novas acções, do valor nominal de um euro cada, sem prémio de subscrição, aumento que foi totalmente subscrito pelo Accionista Único Finibanco-Holding, SGPS S.A.

Concretizado este, deu-se continuidade às diligências oportunamente iniciadas no Finibanco Angola, SA, do qual a Holding detém uma participação accionista de 61%, para aumentar o seu capital social de 740 milhões de AKZ para 1.332 milhões de AKZ, facto que se concretizou em meados de Julho de 2009.

Finalmente, foi estabelecido com a Mapfre Seguros Gerais, SA, nas áreas de seguros de vida, não-vida e assurfinance, um acordo contemplando a venda de 50% da Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA, a distribuição exclusiva, pelas redes do Finibanco, dos produtos do ramo vida do Finibanco Vida e dos ramos não-vida da Mapfre, pelo período de vinte anos, e a distribuição de assurfinance dos produtos do Finibanco aos Balcões e na rede de mediadores da Mapfre.

Foi ainda aprovado pelo Conselho de Administração do Finibanco, SA um programa de emissão de obrigações, ou valores mobiliários perpétuos subordinados, com juros condicionados, até ao valor de 100 milhões de euros, em dívida em qualquer momento, consubstanciado na emissão periódica de obrigações ou valores mobiliários subordinados com juros condicionados, com validade até 31 de Dezembro de 2010, cabendo ao mesmo Conselho de Administração poderes para determinar as condições de cada emissão, designadamente montantes, prazo e taxas de juro.

Não obstante a conjuntura adversa que se continua a registar, o Finibanco-Holding e as suas Participadas desenvolveram iniciativas e concretizaram as acções programadas visando prosseguir os objectivos adoptados, consolidar o crescimento pretendido e ganhar quota de mercado.

Alicerçado no programa de desenvolvimento aprovado no ano anterior e acompanhado de perto pelo Comité de Direcção do Programa CRESCERE, que se empenhou arduamente na implementação e acompanhamento dos projectos aprovados, com vista à sua execução nos prazos estabelecidos, a actividade do Grupo prosseguiu no exercício as linhas de acção que havia traçado. Recorde-se que através deste Programa, com âmbito temporal de quatro anos, se pretendia clarificar o posicionamento estratégico do Grupo Finibanco, em ordem a uma melhor abordagem do mercado e à identificação de oportunidades de optimização a todos os níveis, mas com relevância especial no que respeita à utilização racional dos meios, à assunção de risco, à recuperação de crédito, à reorganização da estrutura e à dinâmica comercial.

Satisfazendo algumas necessidades prospectadas e procurando a adaptação à evolução do mercado, criaram-se no período a que nos reportamos alguns produtos novos e actualizaram-se as características de outros, a saber:

Produtos novos:

- Depósito Crescente 2 Anos, que substitui o DP Crescente 1 Ano, inserido na campanha designada por soluções poupança, é um depósito a prazo a vinte e quatro meses com possibilidade de mobilização antecipada;
- Depósito a Prazo FiniAniversário, a oferecer aos clientes do segmento médio/médio alto, na data do aniversário, com taxa de juro fixa pelo período de um ano, em função da idade;
- Depósito a Prazo 3.6.5. depósito a três anos, com total liquidez e taxa de juro atractiva;
- Cheques Não à Ordem, um produto criado na sequência da Carta Circular do Banco de Portugal, de 1 de Agosto de 2008;
- Finiconta Tesouraria / Finiconta Tesouraria Plus / Finiconta Tesouraria Empresas, produtos delineados numa perspectiva de captação de novos clientes e de aumento do cross-selling, em obediência ao desenvolvimento do Projecto Oferta, do Programa CRESCERE;
- DP Duplix, depósito a prazo a 15 meses, com vista a substituir o DP Crescente 2 Anos e a manter oferta competitiva a nível de captação de recursos a prazo;
- Finiconta Solução +, depósito à ordem, disponibilizando aos clientes um vasto conjunto de produtos e serviços, em condições vantajosas e a custo fixo mensal;
- DP Júnior, produto passivo direccionado ao segmento jovem até aos 18 anos, com vista à sua fidelização;
- DP Intercalar Reforma 2009, destinado à aplicação de fundos cujo destino final é o PPR.

Actualização de Produtos existentes:

- Finiconta Ordenado, que sofreu alteração de algumas características com vista ao reforço da sua competitividade;
- Conta FiniJúnior, reajustado ao nível de montante mínimo de abertura e de despesas de manutenção;
- Finiconta Poupança 181, produto poupança, caracterizado pela flexibilidade de movimentação, sem risco e com rentabilidade variável em função do saldo médio da conta, objecto de revisão do preço e de outras características em função do perfil do aforrador e da movimentação da conta.

A actividade comercial do Grupo continuou a desenvolver-se apoiada na rede de distribuição:

- Do Finibanco, constituída fundamentalmente pela rede tradicional de 173 Balcões dispersos pelo país, pela rede de Promotores de Negócios, cuja dinamização se vem impulsionando, pela Banca Telefónica e pelo Homebanking;
- Da Finicrédito, com 5 Delegações estrategicamente distribuídas;
- Do Finibanco Angola, com 4 Balcões em funcionamento: em Luanda (Balcão Sede), em Molemba (estrada do Cacucaco), em Viana (a escassos quilómetros a norte da capital) e na cidade de Huambo, no sul.

A ampliação da rede, em Portugal, que vinha sendo desenvolvida nos últimos anos, sofreu naturalmente um abrandamento, em consequência da situação conjuntural adversa que se vive e também do impacto negativo que os novos Balcões causam na Conta de Resultados nos primeiros anos de actividade.

Para além dos projectos de âmbito operacional do Programa CRESCERE, que foram referidos, outros há ainda a salientar, pelo interesse de que se podem revestir e pela finalidade com que foram criados, denominados Projecto Inovação e Proposta de Missão, Visão e Valores.

O Projecto Inovação visa estimular as vertentes críticas e criadoras dos colaboradores do Grupo Finibanco no sentido da procura de soluções inovadoras, visando a introdução de melhorias, na qualidade do serviço prestado e da satisfação dos clientes, no aumento de proveitos e na redução de custos.

Para o efeito, foi criado um espaço na Finiweb comunicando a todo o Grupo o arranque do Projecto, espaço posto à disposição dos colaboradores para a apresentação de sugestões, devidamente identificadas e estruturadas.

Paralelamente, procedeu-se à nomeação de um júri para apreciar as sugestões apresentadas e premiar as melhores ideias.

Os resultados da iniciativa são francamente animadores.

A Proposta de Missão, Visão e Valores visa criar na Instituição um ambiente propício ao escrupuloso cumprimento dos compromissos assumidos com clientes, fornecedores, colaboradores e accionistas, garantir que os negócios sejam realizados de forma clara e transparente, assegurar a reserva de confidencialidade em todas as transacções e contactos e promover em todos os ambientes e equipas de trabalho elevado sentido de missão e compromisso mútuo.

Neste âmbito, desenvolveram-se diversas acções de formação em que estiveram envolvidos todos os colaboradores do Grupo, com notável grau de participação e empenhamento, acções nas quais foi crucial o papel dos “facilitadores” pela dedicação demonstrada e pelo esforço dispendido na transmissão da carta de valores, visão e missão que se pretendia.

3.2.2.1. Modelo de Negócio

A origem do Grupo Finibanco remonta a 1989, data da fundação da Finindústria - Sociedade de Investimentos e Financiamento Industrial, SA.

Em 9 de Junho de 1993, aquela instituição financeira foi formalmente transformada em instituição de crédito, com a denominação social de Finibanco, SA.

Inicialmente centrado em Banco Comercial, o Finibanco, então na qualidade de cabeça do seu grupo financeiro, alargou a sua acção a outras áreas, designadamente à banca de Investimento e à gestão de activos, a partir de 1996, altura em que criou sociedades especializadas nas diversas áreas de negócio bancário, apoiado em adequadas estruturas humanas e materiais.

Em Junho de 2001, o Finibanco, SA transformou-se em sociedade gestora de participações sociais, com a denominação de Finibanco-Holding, SGPS S.A., e, simultaneamente, foi criado um novo Finibanco, SA, detido a 100% pela Holding, o qual recebeu do anterior o negócio bancário e a generalidade dos seus activos e passivos.

O Finibanco-Holding, SGPS S.A. passou então a gerir as participações sociais que detém a 100% na quase generalidade das suas Participadas.

O desenvolvimento do negócio do Grupo Finibanco apoia-se numa rede de Balcões e Delegações dispersos por todo o país, numa sucursal nas Ilhas Cayman, num Banco em Angola, agora com uma rede

de quatro Balcões, e num conjunto de sociedades instrumentais que cobrem as mais diversas actividades, actuando no mercado dos negócios nas seguintes áreas de intermediação, através das suas principais Participadas:

- Finibanco, SA – Realiza todas as operações que por lei são permitidas aos Bancos, desenvolvendo a sua estratégia de banca universal e trabalhando os segmentos de Particulares e de Pequenas Empresas, procurando disponibilizar-lhes vantagens competitivas e assumidamente diferenciadoras. Já no exercício de 2010, na sequência do acordo firmado com a Mapfre Seguros Gerais, SA, vai passar a distribuir em regime de exclusividade, através das suas redes, os produtos do ramo não-vida daquela e a rede de Balcões e de mediadores da Mapfre vai distribuir assurfinance dos produtos Finibanco;
- Finibanco Angola, SA – Constituído em Setembro de 2007, iniciou a sua actividade em Junho de 2008 e tem também por objecto a realização, em Angola, de todas as operações localmente permitidas aos Bancos;
- Finicrédito-Instituição Financeira de Crédito, SA – Realiza todas as operações que são permitidas aos Bancos, com a excepção da recepção de depósitos, e está vocacionada para o financiamento da aquisição a crédito de bens ou serviços, tanto ao adquirente, directamente, como ao fornecedor;
- Finivalor-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA – Tem por objecto a gestão de fundos de investimento mobiliários e imobiliários e ainda a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem. Tem sob gestão diversos Fundos: o Finicapital, o Finirendimento, o Finiglobal, o PPA Finibanco, o Finibond Mercados Emergentes, o Finifundo Acções Internacionais, o Finipredial, o Finifundo Taxa Fixa Euro e ainda outros Fundos de Subscrição Particular;
- Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA – Constituída em Dezembro de 2006, iniciou a sua actividade em Abril do ano seguinte e tem por objecto social a disponibilização de seguros do Ramo Vida, quer na vertente de coberturas de risco (associadas ou não a operações de crédito), quer na vertente de poupança e capitalização, completando e diversificando assim a oferta do Grupo aos seus clientes, numa perspectiva global de satisfação das suas necessidades em matéria de soluções financeiras, de previdência pessoal e de protecção familiar. Esta Participada passou, no final do exercício, como acima se refere, a ser detida a 50% pelo Finibanco-Holding, na sequência do acordo firmado com a Mapfre Seguros Gerais, SA, nos termos do qual esta assumiu o controlo da sociedade, passando a Finibanco Vida a estar registada na qualidade de Associada;
- Finisegur-Sociedade Mediadora de Seguros, SA – É, como a sua denominação indica, uma sociedade mediadora na área dos seguros, procurando no desenvolvimento da sua actividade proporcionar aos clientes as melhores e mais abrangentes garantias de risco, a custos ajustados, em colaboração com as mais qualificadas Companhias de Seguros a operar em Portugal;
- Finimóveis-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, SA – O seu objecto consiste na transacção e gestão dos imóveis indispensáveis à instalação e ao funcionamento das Participadas do Grupo, bem como na gestão e compra para revenda de imóveis adquiridos em resultado do reembolso de crédito.

Estratégia e Objectivos

O Finibanco-Holding, SGPS S.A. tem por missão a prestação de um serviço de qualidade e a disponibilização de uma vasta gama de produtos e serviços financeiros, apoiando a sua actuação nas respectivas actividades das suas Participadas.

No desenvolvimento da sua acção procura nas abordagens que faz ao mercado, nos segmentos Negócios de Particulares e Pequenas e Médias Empresas, formular propostas de valor diferenciadas, adequando-as às características de cada cliente, capazes de dar resposta às questões apresentadas e às suas necessidades próprias.

Por outro lado, procede à análise frequente da evolução do mercado e, em função do conhecimento obtido da situação presente nos diferentes segmentos, desenvolve a sua oferta de produtos e serviços adequados às necessidades identificadas.

No início do exercício de 2009 e em matéria de estratégia comercial, definiram-se linhas de actuação visando:

- A consolidação do Finibanco Angola, através da abertura de novos Balcões;
- O posicionamento do Finibanco como Banco de relação, moderno e inovador, através da dinamização dos segmentos mais dinâmicos;
- O desenvolvimento de alguns negócios característicos da Banca de Investimentos, certamente não concretizados na medida do desejável, por força dos efeitos da referida crise;
- O reforço da rede de Promotores de Negócios, que passou de 419 para 991 Promotores;
- A criação de novas funcionalidades do Net-Banking;
- A melhoria do produto bancário, designadamente através do controlo dos custos;
- A melhoria da competitividade na relação com o cliente e também da qualidade dos serviços, através:
 - Da focalização da estrutura no cliente;
 - Da aposta forte na formação dos efectivos;
 - Da criação de produtos e serviços ajustados a uma maior segmentação;
 - Da utilização de melhores tecnologias;
 - Da melhor transparência nos preços estabelecidos;
- A promoção da desintermediação financeira, a que era atribuída a máxima prioridade;
- A assunção de uma postura mais conservadora na gestão de todos os riscos da actividade financeira;
- O aperfeiçoamento dos modelos de governance e de controlo interno.

Análise Económica e Financeira

Balanço Consolidado

O activo líquido consolidado do Grupo Finibanco situou-se em 3.155 milhões de euros, registando um crescimento de 2,4%, face ao exercício anterior.

Este aumento resulta essencialmente do crescimento das rubricas Aplicações em instituições de crédito (+279,5%) e em Outros Activos (47,1%).

A carteira de títulos de negociação e disponíveis para venda registou um decréscimo de 55 milhões de euros (-49,5%), passando a representar 1,8% do activo total (3,6% em 2008). Esta redução está relacionada com as vendas na carteira de acções realizadas em 2009, resultando em mais-valias efectivas em consequência da valorização registada nos mercados financeiros, em particular no mercado bolsista.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A.

	Mil €		
Activos financeiros:	31-12-2009	31-12-2008	Δ% Descep/Desos
1. Detidos para negociação	7.192	9.468	(24,0)
...Obrigações de emissores públicos	0	1.396	-
...Outras obrigações	0	2.021	-
...Acções	3.712	454	717,0
...Unidades de participação	464	892	(48,0)
...Instrumentos de derivados com justo valor positivo	3.016	4.698	(35,8)
2. Disponíveis para venda	44.990	101.686	(31,8)
...Obrigações de emissores públicos	31.302	44.034	(28,9)
...Outras obrigações	8.538	14.276	(40,2)
...Acções	9.150	42.371	(78,4)
...Unidades de participação	0	1.005	-
Total	54.183	111.149	(49,5)

Os activos financeiros detidos para negociação eram de montante reduzido (7,2 milhões de euros), e destes, 3,7 milhões de euros referem-se a títulos de rendimento variável.

As obrigações de emissores públicos representam 55,7% do total dos activos financeiros para venda, enquanto a carteira de títulos de acções registou um decréscimo de 78,4% (-33,2 milhões de euros) e passou a representar apenas 16,3% do total desta rubrica (38,1% em 2008).

Os outros Activos financeiros ao justo valor situam-se em 51,6 milhões de euros, incorporando o investimento feito numa empresa no estrangeiro, no montante de 41,2 milhões de euros, referindo-se o restante a um instrumento de capital subscrito em 2009.

Os Investimentos em filiais e empresas associadas registaram uma diminuição de 11,7 milhões de euros, em resultado da venda de parte da Participada Prio (incluindo as prestações suplementares) e da venda de 50% do Finibanco Vida, de que resultou a passagem desta para o método de equivalência patrimonial. Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica incorpora na totalidade o valor da participação de 50% do Finibanco Vida.

Os Activos tangíveis e Intangíveis registaram em termos líquidos um decréscimo de 7,6%, em resultado da abertura de apenas um Balcão em Portugal em 2009, em contraponto com os 85 Balcões abertos nos 3 anos anteriores. Em 2009, o investimento total do Grupo atingiu 5,4 milhões de euros, dos quais 1 milhão de euros é relativo ao Finibanco Angola. As componentes que tiveram maior investimento foram os equipamentos (2,4 milhões de euros) e as aplicações informáticas (1 milhão de euros).

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A.

Activos Intangíveis e outros activos tangíveis	31-12-2009	31-12-2008	Mil €
			$\Delta\%$ Dez09/Dez08
1. Outros activos tangíveis	58.485	63.201	(7,1)
...Imóveis	68.273	66.969	1,9
...Equipamento informático	22.756	22.760	(0,0)
...Outros equipamentos	26.371	26.675	(1,1)
...Em curso	1.008	1.181	(14,6)
...Outros activos tangíveis	3.874	3.656	6,0
...Amortizações acumuladas	(63.598)	(58.040)	9,6
2. Intangíveis	3.700	4.513	(14,2)
...Sistemas de tratamento automático de dados	17.672	16.066	10,0
...Outros activos intangíveis	544	1.849	(70,6)
...Amortizações acumuladas	(14.517)	(13.602)	6,7
Total	62.185	67.715	(7,6)

Carteira de Crédito

A carteira de crédito bruta registou um acréscimo de 31,9 milhões de euros, relativamente a 31 Dezembro de 2008, correspondendo-lhe um crescimento de 1,3%. O ligeiro crescimento do crédito está associado ao significativo abrandamento da actividade económica em Portugal e ao esforço que tem vindo a ser feito internamente visando uma gestão do crédito mais criteriosa face às adversas condições económicas.

Crédito a clientes	31-12-2009	31-12-2008	Mil €
			$\Delta\%$ Dez09/Dez08
1. Particulares	960.682	979.346	(1,9)
...Habitação	287.081	275.395	4,2
...Outros créditos	673.551	704.144	(4,3)
2. Empresas	1.564.882	1.534.096	3,3
Total	2.545.484	2.513.442	1,3

O crédito à habitação registou um crescimento de 4,2%, representando cerca de 11,3% da carteira, enquanto o crédito a particulares para outras finalidades apresentou um decréscimo de 4,3%. O crescimento do crédito a empresas foi de 3,3% situando-se acima do crescimento médio da carteira total de crédito.

O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias (deduzido de créditos totalmente provisionados) passou a representar 2,4% do crédito total (2,1% em Dezembro de 2008). O grau de cobertura por provisões foi reforçado, passando de 124,2% (Dezembro de 2008) para 148,9%, em consequência do reforço de imparidade ocorrido no exercício em análise, na qual se incluem 8,3 milhões de euros adicionais para fazer face às consequências de uma envolvente económica muito adversa que se prevê se faça ainda sentir no exercício de 2010.

Recursos

O total dos Recursos de clientes (incluindo a desintermediação) registou um acréscimo de 2,6% (+73,5 milhões de euros) face a Dezembro de 2008.

Os Depósitos de clientes diminuíram 2,2%, em consequência da sua substituição por outras formas de financiamento com taxas mais atractivas, designadamente através do recurso ao Eurosistema.

Os Recursos de clientes no balanço diminuíram 59,8 milhões de euros face ao ano anterior (-2,5%), em parte pela amortização de empréstimos obrigacionistas junto dos clientes (12,3 milhões de euros).

Certamente em resultado da abertura de Balcões feita nos exercícios anteriores, foram angariados 29,5 mil novos clientes.

	Mil €		
Recursos totais de clientes	31-12-2009	31-12-2008	Δ%
...Depósitos	2.149.812	2.197.273	(2,2)
...Obrigações colocadas em clientes	160.992	173.306	(7,1)
Recursos de clientes no balanço ⁽¹⁾	2.310.804	2.370.579	(2,5)
Desintermediação ⁽²⁾	577.807	444.489	30,0
Total	2.888.611	2.815.068	2,6

⁽¹⁾ Não considerando juros e outros ajustamentos. Em 2008 e para efeitos de comparativos os Seguros de capitalização e PPR geridos pelo Finibanco Vida não foram incluídos nesta rubrica

⁽²⁾ Inclui Seguros de capitalização, PPR, fundos de investimento, PPA e gestão de carteiras corrigidos de duplicações de registos (depósitos de fundos de investimento, UP's em carteira e outros). Em 2009 e para efeitos de comparativos os Seguros de capitalização e PPR geridos pelo Finibanco Vida foram incluídos nesta rubrica

A Desintermediação teve um aumento, de 133,3 milhões de euros, como consequência da recuperação dos mercados e da confiança dos clientes nos activos geridos pelo Grupo Finibanco.

Os Recursos de outras instituições de crédito diminuíram 43,1 milhões de euros relativamente ao ano anterior (-35,2%), em resultado do recurso ao financiamento junto do Eurosistema que, em 31 de Dezembro de 2009, ascendia a 190 milhões de euros (6% do activo total), enquanto em 2008 era de 60 milhões de euros. O aumento desta fonte de financiamento deveu-se à sua estabilidade (prazo de contratação de um ano) e ao facto de as taxas serem inferiores às das restantes fontes de financiamento.

O Grupo continua a ter como principal fonte de financiamento os recursos de clientes, apresentando um muito bom rácio (110,2%) de transformação em crédito.

Com o objectivo de monitorização de activos ilíquidos de balanço, o Grupo tem estruturadas operações de securitização de créditos, no montante global de 440 milhões de euros, o que lhe permite a diversificação das fontes de financiamento, através do recurso ao Eurosistema.

A estrutura de financiamento do Grupo e a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez têm permitido ultrapassar, sem sobressaltos, as dificuldades sentidas no mercado.

O Grupo Finibanco não recorreu à emissão de dívida com garantia do Estado.

Em Junho, realizou-se, com sucesso, um aumento de capital de 115 milhões para 175 milhões de euros, com em encaixe de 75 milhões de euros.

Solvabilidade

O rácio de solvabilidade (não incluindo o resultado líquido de 2009) situa-se em 11,9% e o Core TIER I em 8,4%, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal, e aplicando-se o método padrão para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método do indicador básico para cálculo de requisitos para cobertura de risco operacional.

Os fundos próprios de base foram reforçados em 81,4 milhões de euros (+63,7%) e os requisitos de fundos próprios aumentaram 5,7 milhões de euros (3%).

Em Fevereiro de 2010 foi concretizada uma emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados, no montante de 15 milhões de euros, operação que é elegível para efeitos de cálculo do TIER I. A sua consideração à data do final de 2009 teria produzido um impacto positivo no rácio de solvabilidade, que passaria para 12,8%, com o TIER I a situar-se em 9%.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A.

	Mil €		
Fundos próprios e requisitos de fundos próprios	31-12-2009	31-12-2008	Δ%
			Dez08/Dez09
Fundos Próprios Elegíveis	206.120	176.777	67,5
...De base	209.203	127.778	63,7
...Complementares	104.728	63.889	63,9
...Deduções	(17.811)	(14.890)	19,6
Requisitos de fundos próprios	196.951	193.233	3,0
Core Tier I	8,4%	5,3%	3,12 pp
Tier II	3,5%	2,0%	1,47 pp
Rácio de solvabilidade	11,9%	7,5%	4,59 pp

Rating

Em 22 de Março de 2010 a agência de rating Fitch Ratings reafirmou para a participada Finibanco, SA a notação de risco BBB- (Longo Prazo), revendo o outlook de estável para negativo, o que se deve, segundo a Fitch, à pressão que o quadro actual da economia portuguesa possa vir a exercer na rentabilidade e qualidade dos activos do Banco.

A mesma agência de rating confirmou, também, o rating de Curto Prazo em F3.

De acordo com a Fitch, o rating do Finibanco, SA reflecte os adequados níveis de capital, bem como o nível confortável de provisionamento

Conta de Resultados

Produto Bancário

O Produto bancário ascendeu a 167,1 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 27,4 milhões de euros (+19,6%) relativamente a Dezembro de 2008.

	Mil €			
Demonstração de Resultados	31-12-2009	31-12-2008	Δ	
			Valor	%
Margem financeira	90.157	92.567	(2.410)	(2,6)
Outros resultados correntes	76.922	47.132	29.790	63,2
Comissões líquidas e Outros proveitos líquidos	50.274	57.231	(6.957)	(12,2)
Resultados em operações financeiras	26.648	(10.100)	36.747	-
Produto bancário	167.079	139.698	27.380	19,6
Provisões e imparidades líquidas	49.583	82.369	(32.785)	(39,8)
Crédito	48.325	29.992	18.333	61,1
Títulos	1.188	53.742	(52.555)	(97,8)
Outros	70	(1.365)	1.436	-
Encargos de estrutura	113.443	114.684	(1.241)	(1,1)
Gastos administrativos	103.937	105.190	(1.253)	(1,2)
Amortizações	9.506	9.495	12	0,1
Resultados por equivalência patrimonial	1.521	(208)	1.728	-
Resultados antes de impostos	8.578	(57.543)	66.121	(109,7)
Impostos sobre os lucros	(1.104)	980	(2.084)	-
Interesses minoritários	(2.785)	(997)	(1.788)	179,3
Lucro consolidado do período	6.689	(57.548)	64.237	(116,4)

A Margem financeira, no montante de 90,2 milhões de euros, registou uma redução líquida de 2,4 milhões de euros (-2,6%) relativamente a 2008, em consequência das seguintes variações:

	Mil €			
Margem Financeira	31-12-2009	31-12-2008	Δ	
			Valor	%
Margem financeira	90.157	92.567	(2.410)	(2,6)
Intermediação financeira	82.547	84.341	(1.794)	(2,1)
Custo amortizado	5.605	1.776	3.829	215,6
Rendimento de instrumentos de capital	2.006	6.450	(4.444)	(68,9)

A margem da intermediação financeira de 2009 continuou a ser afectada pela crise financeira internacional, que se agudizou no quarto trimestre de 2008 e que provocou um encarecimento no custo dos recursos, essencialmente dos depósitos, em comparação com as taxas de mercado que registaram uma quebra brusca, situando-se a Euribor 3 meses, em 31 de Dezembro de 2009, em 0,7%. A margem das operações activas, também foi afectada negativamente, na medida em que as operações de crédito estavam maioritariamente indexadas às taxas de mercado, registando uma actualização mais rápida que os recursos, constituídos em cerca de 80% por depósitos mais resistentes à baixa de taxas.

Não obstante o esforço desenvolvido no ajustamento do custo de funding às novas taxas de mercado do financiamento junto do BCE em substituição dos depósitos de elevado montante, cujas taxas eram mais elevadas, e do ajustamento dos spreads nas operações creditícias às novas condições de risco, não foi ainda possível contrariar o comportamento negativo da margem financeira no ano de 2009, embora no quarto trimestre já se tenha registado o início da sua recuperação.

O Custo amortizado, que integra a Margem financeira, aumentou 3,8 milhões de euros, em resultado da revisão de preçário e da redução significativa (cerca de 3,7 milhões de euros em termos homólogos) das comissões pagas pela angariação de contratos de crédito ao consumo.

Os Resultados em operações financeiras ascenderam a 26,6 milhões de euros, incorporando as mais-valias realizadas no trading. Em 31 de Dezembro de 2009 a carteira de negociação era reduzida, situando-se em 7,2 milhões de euros.

As Comissões líquidas e os Outros proveitos líquidos situaram-se em 50,3 milhões de euros, registando um decréscimo de 7 milhões de euros (-12,2%) face ao ano anterior. Esta rubrica incluía, em 2008, 1,6 milhões de euros da actividade seguradora. Em resultado da perda do controlo na sequência da venda de 50% do Finibanco Vida esta filial passou a ser registada como associada.

Os Outros proveitos líquidos incluem proveitos de 13,6 milhões de euros da venda de 50% do Finibanco Vida e da alienação de outras participações em associadas, dos quais 8,3 milhões de euros foram alocados ao reforço de imparidades para crédito.

Em termos comparativos, as Comissões líquidas e os Outros proveitos líquidos relacionados com a actividade bancária registaram um decréscimo de 7,2%, justificados pela diminuição das comissões associadas à operação de securitização “Aqua Finance N° 2” (-1,8 milhões de euros) e pelo contributo negativo da actividade de colocação de fundos de investimento e corretagem, em resultado da crise financeira internacional, que ainda persiste.

Os proveitos relacionados com a prestação de serviços a clientes tiveram um aumento de 22,9% (+1,9 milhões de euros).

A actividade de cartões e meios de pagamento registou igualmente um desempenho positivo, com um crescimento de 4,2%.

A área de retalho foi responsável por 88,1% do total das comissões e a da banca de investimento por 11,9%.

As Provisões e imparidades líquidas foram reforçadas em 49,6 milhões de euros, correspondendo-lhes um decréscimo de 32,8 milhões de euros (-39,8%) face ao ano anterior, dado que foram constituídas em 2008 imparidades para títulos, no montante de 53,7 milhões de euros (1,2 milhões de euros em 2009), em consequência da grave crise dos mercados financeiros.

Em resultado da degradação da conjuntura económica as Imparidades para crédito situaram-se em 48,3 milhões de euros, registando um reforço de 18,3 milhões de euros (+61,1% face a Dezembro de 2008), dos quais, 8,3 milhões de euros estão associados a uma imparidade adicional e de reforço de cobertura face à tendência de agravamento de indicadores de risco de crédito.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A.

Os Encargos de estrutura diminuíram 1,2 milhões de euros (-1,1%), para o que contribuiu a redução dos Gastos administrativos em 2,9 milhões de euros (-6,8%).

Os Custos com o pessoal registaram um acréscimo de 1,7 milhões de euros (+2,7%), justificado essencialmente pelo crescimento da actividade do Finibanco Angola. Em 31 de Dezembro de 2009, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 1.531, traduzindo-se num aumento de 31 elementos (+2,1%) face a 31 de Dezembro de 2008, dos quais 27 no Finibanco Angola. Em 2009, foram abertos 4 novos Balcões, sendo um em Portugal e 3 em Angola, passando a rede a dispor de 177 Balcões, dos quais 4 em Angola.

Para o decréscimo dos Gastos Administrativos, em 6,8%, contribuíram as medidas implementadas no programa de racionalização dos custos, iniciadas já em 2008.

As Amortizações situaram-se ao nível do exercício anterior, atingindo 9,5 milhões de euros, com as componentes “imóveis e equipamento” a registar o maior crescimento (0,2 milhões de euros).

Os Resultados de subsidiárias reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial ascenderam a 1,5 milhões de euros e referem-se à apropriação do resultado do exercício do Finibanco Vida.

O Cost to Income registou uma melhoria de 14,9 pontos percentuais, passando de 82,2% para 67,3%, em resultado do efeito conjugado do aumento do Produto Bancário e da redução dos custos de estrutura.

O Resultado consolidado foi positivo de 9,5 milhões de euros, superior em 67 milhões de euros ao obtido em Dezembro de 2008.

Neste exercício, os resultados consolidados foram afectados;

negativamente

- Pelo aumento das Imparidades e das provisões para crédito, em 18,3 milhões de euros;
- Pela redução das Comissões e outros proveitos líquidos, de 7 milhões de euros, em consequência da actividade dos fundos de investimento e corretagem;
- Pela redução da margem relativa da intermediação financeira (-2,1%);

e positivamente:

- Pela mais-valia de 12,2 milhões de euros resultante da venda de 50% do Finibanco Vida;
- Pelo bom desempenho dos custos de estrutura, sobretudo na actividade doméstica (-1,1%);
- Pelo bom desempenho da actividade em Angola.

Actividade Internacional

O Finibanco Angola, apesar da sua curta existência, apresenta já volumes de negócio e de resultados muito interessantes.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Crédito a clientes bruto ascendia a 33,5 milhões de euros (7,5 milhões de euros em 2008) e os Depósitos situavam-se em 42,5 milhões de euros (19,6 milhões de euros em 2008).

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A.

O Resultado líquido do exercício de 2009 foi de 5,3 milhões de euros (3,3 milhões de euros atribuíveis ao Grupo Finibanco), em contraposição com o resultado negativo de 1,4 milhões de euros no exercício anterior.

O Produto Bancário ascendeu a 13,1 milhões de euros (+11,6 milhões de euros face a 2008) e os Custos de estrutura atingiram 4,2 milhões de euros (+1,5 milhões de euros).

O Finibanco Angola dispõe de 4 Balcões, dos quais 3 abertos em 2009, e o quadro de colaboradores era composto por 52 elementos, mais 27 do que no final do exercício precedente.

Para 2010 está prevista a continuação do plano de expansão da rede de Balcões em Angola.

Indicadores de referência do Banco de Portugal

O quadro abaixo integra os indicadores de referência, de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal

Indicadores de referência do Banco de Portugal	31-12-2009	31-12-2008
1. Solvabilidade		
Rácio de adequação de fundos próprios		
Finibanco Holding, SGPS, SA (consolidado)	11,9%	7,3%
Finibanco, SA	11,7%	9,9%
Rácio de adequação de fundos próprios de base		
Finibanco Holding, SGPS, SA (consolidado)	8,4%	5,3%
Finibanco, SA	8,2%	6,8%
2. Qualidade do Crédito		
Crédito com incumprimento ^(a) / Crédito total	4,7%	3,3%
Crédito com incumprimento, líquido ^(b) / Crédito total, líquido ^(b)	1,4%	1,2%
3. Rentabilidade		
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio	0,2%	-1,9%
Produto bancário ^(c) / Activo líquido médio	5,5%	4,6%
Resultados antes de impostos / Capitais próprios líquido médio	3,0%	-29,9%
4. Eficiência		
Custos de funcionamento ^(c) + amortizações / Produto bancário ^(c)	67,3%	82,2%
Custos com o pessoal + amortizações / Produto bancário ^(c)	37,7%	44,4%

^(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/2003 do Banco de Portugal

^(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

^(c) De acordo com a definição constante da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (deduzidas as Recuperações de crédito e juros abatidos ao activo)

Perspectivas Futuras

Para o exercício de 2010 o Finibanco-Holding elegeu um conjunto de objectivos orientadores da acção das suas Participadas, certamente exigentes, tendo em conta as dificuldades que se nos deparam, mas também por isso motivadoras, de que se destacam as seguintes:

- A rentabilização dos capitais próprios através da fixação de uma adequada taxa interna de rentabilidade bruta, na utilização dos modelos de pricing;

- O reforço da liquidez, dando prioridade à captação de recursos domésticos na rede de Balcões e à reestruturação de operações de financiamento, para substituição da operação de titularização Aqua SME 1, que vai entrar em fase de amortização;
- O desenvolvimento do Finibanco Angola, prosseguindo o programa de alargamento da sua rede de Balcões;
- O reforço da rede de Promotores de Negócios, através da consolidação de 600 contratos activos, e o alargamento das funcionalidades do Net-Banking;
- O enfoque da actividade nos sectores mais dinâmicos, de forma a posicionar o Finibanco como uma Instituição de relação, moderna e inovadora, acessível e dotada de excelência, em cumprimento do estabelecido no Programa CRESCERE, designadamente no Private, Afluente, PME's, Upper-Mid Mass Market. Enfoque ainda nos produtos fidelizadores e na elaboração de pacotes de “cross-selling”, na centralização da relação no Balcão, na gestão integrada de canais com vista ao incremento do peso dos canais directos e na melhoria da qualidade do serviço, através da redução dos tempos de espera;
- O incremento do produto bancário e o controlo dos custos, através, designadamente, da dinamização de produtos âncora, da inovação em produtos e packaging da diferenciação de ofertas por fase de ciclo de vida ou sector, do desenvolvimento de bundles, do aumento da prestação de serviços, do aproveitamento das oportunidades de desintermediação que se nos deparem, do controlo sistemático dos custos e da reorganização da estrutura;
- A gestão de riscos, assumindo uma postura tendencialmente mais conservadora; obtendo a homologação dos modelos de quantificação de riscos, no âmbito de Basileia II e operacionalizando a sua utilização diária, impondo maior rigor nas fases do processo de gestão do risco de crédito: selectividade na originação, rigor na avaliação do risco, das garantias e do pricing, alinhamento da decisão com os objectivos, as políticas e as estratégias, melhor acompanhamento da carteira e maior agressividade na recuperação; adoptando sistemas de financiamento e de pricing orientados para a qualidade e discriminantes na alocação de fundos próprios, alinhados pelo normativo de Basileia II, e na transferência de fundos alheios em função do risco;
- A criação e o desenvolvimento da Academia de Formação Finibanco, projecto a implementar, através de meios próprios e também com o concurso do financiamento à formação, no âmbito do Plano Operacional de Potencial Humano, identificando temas a desenvolver e planos curriculares a estabelecer, com vista à obtenção de cerca de 50 horas de formação por colaborador;
- A assunção de uma postura socialmente responsável a todos os níveis, nas empresas do Grupo, baseada em atitudes ética e deontologicamente correctas na condução dos negócios e na adopção de procedimentos coerentes com os objectivos sociais da comunidade, actuando dentro do quadro legal e regulamentar, prevenindo tentativas de lavagem e branqueamento de capitais e usando a função creditícia com base na qualidade dos projectos, aferidos pelos grandes desígnios comunitários.

No âmbito do Programa CRESCERE iniciado no ano de 2008, cuja implementação se prolonga ainda pelo exercício de 2010, há a referir:

- Que se encontram em fase de conclusão os projectos transitados do exercício em análise, designadamente:
 - Na área comercial, as infraestruturas, a dinamização, a rede de Balcões, e o Factoring;
 - A optimização do pricing e dos riscos;

- A infraestrutura e a arquitectura dos sistemas de informação;
- Que se encontram em fase de estudo, para início no decurso do exercício de 2010, os projectos de Private, de Corporate Brand Strategy de ALM-Asset Liability Management e de estratégia a desenvolver em Angola.

O Programa CRESCERE contempla, para além destes, outras acções programadas e a aguardar melhor oportunidade, eventualmente no exercício do próximo ano.

Os objectivos eleitos que se descrevem, constituirão certamente uma meta muito ambiciosa, tendo em conta o momento de crise económica e financeira que se atravessa e que, tudo o indica, se manterá no decurso do exercício de 2010.

Esta situação constituirá, estamos em crer, um desafio à nossa capacidade de adaptação às circunstâncias menos favoráveis do mercado e de reacção perante as dificuldades que se nos apresentam.

4. Análise às contas Consolidadas

Nas contas consolidadas da APCL Financeira – S.G.P.S., S.A., atinge natural relevância o conjunto das operações das empresas financeiras.

Em 2009, e sobretudo após o mês de Março, os mercados financeiros retomaram um comportamento habitual. No entanto, os efeitos da crise financeira e económica estão a fazer-se sentir na economia, obrigando as nossas empresas financeiras a um substancial acréscimo na constituição de imparidades para crédito.

Por outro lado, a rápida redução do valor dos principais indexantes das taxas de juro (especialmente no decorrer do 1º semestre) teve um efeito negativo sobre a margem financeira.

O crédito concedido representa dois terços do total do activo, aproximadamente o mesmo que os recursos de clientes.

Sobretudo em resultado do aumento de capital realizado pelo Finibanco Holding, o capital próprio cresceu de 227,2 milhões para 290,4 milhões de euros, dos quais 134,6 milhões atribuídos a interesses minoritários.

Quanto à demonstração de resultados, a margem financeira atingiu 86,7 milhões de euros e o produto bancário foi de 169,7 milhões de euros.

Os custos do exercício (pessoal, administrativos e amortizações) foram de 113,5 milhões de euros, inferiores aos do ano anterior.

O Resultado Global após impostos foi de 10,6 milhões de euros, dos quais - após o registo de interesses minoritários - a parte atribuível aos accionistas da APCL se cifrou em 6,6 milhões de euros.

5. Perspectivas Futuras

A APCL Financeira continuará a gerir activamente as suas participações, tendo em vista a libertação de meios financeiros na actividade imobiliária e a progressiva concentração na actividade financeira.

6. Menções Obrigatórias

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., S.A.

A APCL Financeira não apresenta dívidas vencidas à Segurança Social nem pagamentos em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não foram adquiridas nem alienadas quotas próprias.

7. Agradecimentos

Gostaríamos, finalmente, de deixar expresso o nosso reconhecimento:

- Aos clientes das várias empresas, pela preferência concedida;
- Ao Banco de Portugal e à CMVM - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo connosco mantido;
- Aos Revisores Oficiais de Contas e Auditores, pelo apoio prestado;
- Aos Colaboradores do Grupo, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções.

Vale de Cambra, 09 de Abril de 2010

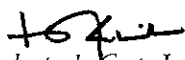
O Conselho de Administração



Maria Augusta Resende da Costa Leite



Maria Gabriela da Costa Leite



Humberto da Costa Leite



Arlindo da Costa Leite

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA

Balanço Consolidado a 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

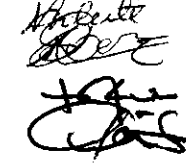
Activo	Notas / Quadros anexos	2009-12-31			2008-12-31	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2009-12-31	2008-12-31
		Valor antes de Imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	131.215	0	131.215	124.705	Recursos de bancos centrais	20	190.536	60.008
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	60.538	0	60.538	66.925	Passivos financeiros detidos para negociação	21	21.656	29.975
Activos financeiros detidos para negociação	5	7.192	0	7.192	9.463	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	22	144.004	150.813
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6	51.589	0	51.589	37.048	Recursos de outras instituições de crédito	23	144.485	169.545
Activos financeiros disponíveis para venda	7	49.061	0	49.061	101.755	Recursos de clientes e outros empréstimos	24	2.162.766	2.218.928
Aplicações em instituições de crédito	8	27.876	0	27.876	25.570	Responsabilidades representadas por títulos	25	9.943	25.898
Crédito a clientes	9	2.550.601	119.837	2.430.764	2.425.421	Passivos financeiros associados a activos transferidos	26	237.034	237.736
Investimentos detidos até à maturidade	10	10	0	10	5.158	Provisões	27	1.542	1.480
Activos não correntes detidos para venda	11	34.567	0	34.567	40.201	Provisões técnicas	28	0	25.544
Propriedades de investimento	12	36.789	0	36.789	55.908	Passivos por impostos correntes	29	186	260
Outros activos tangíveis	13	122.283	63.598	58.685	63.201	Passivos por impostos diferidos	30	4.475	6.824
Activos intangíveis	14	96.814	17.523	79.291	79.905	Outros passivos subordinados	31	26.072	26.058
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	15	16.045	341	15.704	27.498	Outros passivos	32	52.870	46.833
Activos por impostos correntes	16	1.098	0	1.098	2.765	Credores por seguro directo e resseguro		0	145
Activos por impostos diferidos	17	19.711	0	19.711	10.176	Outros passivos		52.870	46.688
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	0	0	0	99				
Outros activos	19	282.838	1.007	281.831	151.283	Capital	33	100.000	100.000
Devedores por seguro directo e resseguro		0	0	0	232	Outros instrumentos de capital		64.190	64.190
Outros activos		282.838	1.007	281.831	151.051	Reservas de reavaliação		(1.053)	(1.521)
						Outras reservas e resultados transitados		(13.920)	12.140
						Resultado do exercício		6.579	(29.196)
						Interesses minoritários	34	134.556	81.566
Total de Activo		3.488.227	202.306	3.285.921	3.227.081	Total de Passivo + Capital		3.285.921	3.227.081

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A ADMINISTRAÇÃO,



APCL FINANCEIRA S.G.P.S., S.A.

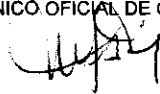
Demonstração Consolidada dos Resultados a 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

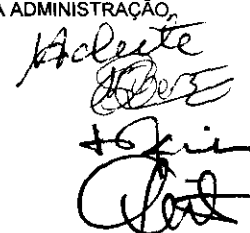
Rubricas	Notas Quadros Anexos	01-01-2009 a 31-12-2009	01-01-2008 a 31-12-2008	01-10-2009 a 31-12-2009	01-10-2008 a 31-12-2008
Juros e rendimentos similares		186.710	232.823	39.825	59.074
Juros e encargos similares		101.958	148.804	18.365	34.387
Rendimentos de instrumentos de capital		2.006	6.450	(64)	8
Rendimentos de serviços e comissões	36	25.841	27.339	7.393	7.876
Encargos com serviços e comissões	36	6.725	6.076	1.614	1.486
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	10.213	(25.844)	205	(8.160)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	8.791	9.298	119	(12.415)
Resultados de reavaliação cambial		7.632	6.446	1.529	1.180
Resultados de alienação de outros activos	39	19.145	14.361	8.738	10.799
Prémios líquidos de resseguro	40	0	14.199	(11.137)	(5.306)
Custos com sinistros líquidos de resseguro	41	0	1.708	(2.618)	549
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	42	0	10.719	(6.967)	(6.292)
Outros resultados de exploração	43	18.033	20.345	3.004	6.609
Custos com pessoal	44	63.572	61.892	16.536	14.654
Gastos gerais administrativos	45	40.406	43.355	11.871	13.589
Amortizações do exercício	13 e 14	9.507	9.495	2.136	2.588
Provisões líquidas de reposições e anulações	27	70	(446)	72	(448)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	46	48.134	29.755	8.775	7.088
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	46	1.189	53.751	107	53.744
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	46	0	(919)	0	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)*		631	(766)	1.110	(767)
Impostos		(3.149)	1.285	(4.802)	(534)
Correntes	47	4.050	2.526	1.017	(111)
Diferidos		(7.199)	(1.241)	(5.819)	(423)
Resultado consolidado do período atribuível a:					
Accionistas do Finibanco Holding	48	6.579	(29.196)	2.464	(29.058)
Interesses minoritários	34	4.011	(31.628)	3.169	(32.855)
Resultados por acção básicos (em Euros)		0,07	(0,29)	0,02	(0,29)
Resultados por acção diluídos (em Euros)		0,07	(0,29)	0,02	(0,29)

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração Consolidada de Resultados em 31 de Dezembro de 2009

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A ADMINISTRAÇÃO,



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados
7. Activos financeiros disponíveis para venda
8. Aplicações em instituições de crédito
9. Crédito a clientes
10. Investimentos detidos até à maturidade
11. Activos não correntes detidos para venda
12. Propriedades de investimento
13. Outros activos tangíveis
14. Activos intangíveis
15. Investimentos em associadas e subsidiárias excluídas da consolidação
16. Activos por impostos correntes
17. Activos por impostos diferidos
18. Provisões técnicas de resseguro cedido
19. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

20. Recursos de bancos centrais
21. Passivos financeiros detidos para negociação
22. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
23. Recursos de outras instituições de crédito
24. Recursos de clientes e outros empréstimos
25. Responsabilidades representadas por títulos
26. Passivos financeiros associados a activos transferidos
27. Provisões
28. Provisões técnicas
29. Passivos por impostos correntes
30. Passivos por impostos diferidos
31. Outros passivos subordinados
32. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

33. Capital
34. Interesses minoritários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

35. Margem financeira
36. Rendimentos e encargos de e com comissões
37. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
38. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
39. Resultados de alienação de outros activos
40. Prémios líquidos de resseguro
41. Custos com sinistros líquidos de resseguro
42. Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro
43. Outros resultados de exploração
44. Custos com o pessoal
45. Gastos gerais administrativos
46. Imparidade
47. Impostos correntes
48. Resumo da composição do lucro/(prejuízo) consolidado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

49. Rubricas extrapatrimoniais
50. Balanço de moeda estrangeira
51. Relato por segmento

APCL FINANCEIRA SGPS, SA

ANEXO I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- 52. Justo valor de instrumentos financeiros
- 53. Gestão do risco
- 54. Operações de titularização
- 55. Benefícios pós emprego
- 56. Partes relacionadas
- 57. Eventos subsequentes
- 58. Normas e interpretações recentemente emitidas que ainda não estão em vigor

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A APCL Financeira é uma sociedade constituída por escritura pública em 17 de Abril de 2006, sob a forma jurídica de sociedade por quotas, sendo transformada em sociedade anónima por deliberação da Assembleia Geral de 21 de Outubro de 2008 e registada na Conservatória do Registo Comercial de Vale de Cambra em 11 de Novembro, com sede em Vale de Cambra e que tem por objecto principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

No âmbito do previsto na regulamentação do Banco de Portugal, a APCL Financeira SGPS, SA apresentou pela primeira vez as suas contas consolidadas com referencia a 1 de Janeiro de 2007.

A estrutura do Grupo APCL a nível de empresas subsidiárias, detidas directa e indirectamente, em 31 de Dezembro de 2009 pode ser resumida da seguinte forma:

Nome da Sociedade	Detentor de Capital	Actividade	% Participação Directa	% Participação Efectiva
VIC (SGPS), S.A.	APCL Financeira SGPS, Lda.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	71,53	71,53
Lameira - Imobiliária, Lda.	VIC (SGPS), S.A. SAF - Imobiliária, S.A.	Imobiliária	72,50 27,50	71,087
VIC BETEILIGUNGS (Austria)	VIC (SGPS), S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	100,00	71,53
Sogibraga - Gestão Imobiliária,	VIC (SGPS), S.A. SAF - Imobiliária, S.A.	Imobiliária	40,00 60,00	70,564
Sogiporto - Gestão Imobiliária, Lda.	VIC (SGPS), S.A.	Imobiliária	100,00	71,53
SAF - Imobiliária, S.A.	VIC (SGPS), S.A.	Imobiliária	97,75	69,92
Finibanco Holding SGPS, S.A.	VIC (SGPS), S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	58,03	41,51
Finibanco, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Instituição de Crédito	100,00	41,51
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários	100,00	41,51
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Imobiliária	100,00	41,51
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Financeira	100,00	41,51
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Mediadora de Seguros	100,00	41,51
Finibanco Angola, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Instituição de Crédito	61,27	25,43
Lestinvest - Sociedade Gestora de Participações Sociais. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	21,95	9,11

APCL FINANCEIRA SGPS, SA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Gr. 10 AA su
ANEXO I 9

No exercício de 2009 a estrutura do grupo sofreu as seguintes alterações:

- . Dissolução da subsidiária Fini Internacional Luxembourg, SA no primeiro semestre de 2009.
- . Alienação de 50% do capital da subsidiária Finibanco Vida – Companhia de Seguros, SA, no final do segundo semestre de 2009 com perda de controlo (Nota 15).

No exercício de 2008 a subsidiária Finibanco Vida integrou o perímetro de consolidação. Na sequência da referida venda com perda de controlo esta empresa passou a ser associada, sendo registada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 2.2).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As empresas que fazem parte do perímetro de consolidação e sobre as quais o Grupo exerce controlo, bem como os seus principais indicadores em 31 de Dezembro de 2009 ajustados para IFRS, são os seguintes:

Empresa	Percentagem de participação efectiva %	Total de activo líquido	Capitais próprios (a)	Resultado líquido de 2009-12-31
VIC (SGPS), S.A. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	71,53	271.957	90.739	3.852
Lameira - Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	71,087	22.473	17.407	1.539
VIC BETEILIGUNGS (Austria) Gonzagagasse 17 1010 Wien	71,53	19	21	(7)
Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	70,564	926	828	9
Sogiporto - Gestão Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	71,53	11.963	4.599	(138)
SAF - Imobiliária, S.A. Nabais - Escariz 4540-312 Arouca	69,92	63.607	3.659	(338)
Finibanco Holding SGPS, S.A. Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	41,51	283.207	177.849	14.490
FINIBANCO, S.A. Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	41,51	3.027.095	188.581	(9.901)
FINVALOR-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A. Av. de Berna, 10 1000 Lisboa	41,51	6.956	3.456	2.444
FINICRÉDITO-Instituição Financeira de Crédito, S.A. Rua Júlio Dinis, 158/160 2º 4050-318 Porto	41,51	311.837	34.582	681
FINIMOVEIS-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	41,51	8.702	1.347	170
FINSEGUR-Mediadora de Seguros, S.A. Rua Júlio Dinis, 158/160 2º 4050-318 Porto	41,51	1.228	299	219
FINIBANCO ANGOLA Travessa Engrácia Fragoso nº 24 R/C Município de Ingombotas Luanda - Angola	25,43	68.702	10.011	5.320
LESTINVEST - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	9,11	53.167	19.403	(6.208)

(a) Não inclui o resultado do exercício de 2009

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Adopção de novas ou revistas normas internacionais de relato financeiro

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia com entrada em vigor em 2009. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade e do Grupo. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração de rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.

A demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade proceda à reexpressão dos comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, em vez das duas demonstrações anteriormente requeridas.

Revisão da IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Filiais, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpriram com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais – adopção antecipada

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009. A Sociedade adoptou antecipadamente esta Norma, embora sem efeitos nas demonstrações financeiras.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando *Goodwill* por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;
- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;
- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;
- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da IAS 27 apresentadas no parágrafo seguinte.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas - adopção antecipada

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009. A Sociedade adoptou antecipadamente esta Norma com efeitos na operação de venda da filial Finibanco Vida.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As alterações mais relevantes são as seguintes:

- Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda (Nota 15);
- Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) será reconhecida como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer Goodwill nem ganhos ou perdas;
- As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

Alterações na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgações

Com a revisão da IFRS 7 é requerida uma maior exigência de divulgação relativamente ao Justo Valor e Liquidez dos Investimentos financeiros [Nota 52].

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor é exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do Justo valor, utilizando três níveis de hierarquia:

- Cotações nos mercados activos (Nível 1);
- Inputs directos ou indirectos observáveis de dados de mercado (Nível 2);
- Inputs que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Esta obrigatoriedade de informação deverá ser dada por classe de Investimentos financeiros, sendo também requerida a divulgação das transferências ocorridas entre os níveis 1 e 2. Estes níveis de informação são apenas ao nível das divulgações, pois a valorização dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista IAS 39.

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgações sobre liquidez em relação a activos usados para a sua gestão e transacções com derivados.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definição dos segmentos passou a ser o full management approach i.e. a abordagem que tem por base a informação que é utilizada internamente para efeitos de decisões operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliação. Considerando que esta abordagem já tinha sido anteriormente utilizada na definição dos segmentos reportáveis, não se verificou a necessidade de proceder a alterações na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgações adicionais [Nota 51]:

- Explicação de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuração dos valores por segmento, alterações na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicável, na composição dos segmentos reportáveis;
- Substituição da extensa informação geográfica requerida na IAS 14 por informação sobre os resultados por cada grupo de serviços e produtos atribuídos ao país da sede e países estrangeiros (com divulgação individual por país se materialmente relevante);
- Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

- As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.
- Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o Cash Flow do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.

A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis:

- Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11
- Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18
- Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feito de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).

IFRIC 16 – Cobertura de Investimento líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambiais de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa – mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. A Sociedade [Grupo] teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance. Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

Na Nota 58 encontram-se descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram endossadas pela União Europeia e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O Grupo não espera que estas normas e interpretações tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

2.2. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia em 31 de Dezembro de 2009, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os Activos e Passivos financeiros detidos para negociação, incluindo derivados, Activos e passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento que foram mensurados ao justo valor.

O Grupo não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

Contudo, no comparativo de 2008 foram reclassificados da rubrica "Outros activos" para a rubrica "Propriedades de Investimento" e "Activos não correntes detidos para venda" os montantes de m.Euros 16.908 e m.Euros 11.267, respectivamente, na sequência das orientações do Banco de Portugal quanto ao tratamento contabilístico destes activos. Estes valores referem-se a imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio (dação em pagamento).

Os impactos desta alteração em capitais próprios não foram considerados materiais pelo que, de acordo com o parágrafo 42 da IAS 8 e IAS 1, não se mostra necessário reexpressar as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Contudo, para efeitos de apresentação e mais fácil leitura das quantias comparativas dos activos em causa, procedeu-se à reclassificação indicada.

Conforme referido na Nota 1, no exercício de 2008 a Finibanco Vida integrou o perímetro de consolidação. Em 2009, na sequência da venda de 50% do capital e perda de controlo daquela sociedade, foi efectuada a reclassificação para associada, não integrando esta o perímetro de consolidação.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os valores relevantes incluídos nos comparativos de 2008 relativos à Finibanco Vida mostram-se como segue:

Balanço	Valor
Activo	
Activos financeiros detidos para negociação	4.165
Activos financeiros disponíveis para venda	25.554
Investimentos detidos até à maturidade	5.158
Outros	1.852
	<u>36.729</u>
Passivo	
Recursos de clientes	10.540
Provisões técnicas	25.544
Outros	645
	<u>36.729</u>

Demonstração de resultados	Valor
Margem financeira	1.070
Outros resultados correntes	1.074
Produto bancário	2.144
Provisões e imparidades líquidas	(822)
Encargos de estrutura	(1.475)
Impostos	(28)
Resultado do exercício	<u>(181)</u>

As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo estão descritas nos pontos seguintes.

2.3 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a agregação das demonstrações financeiras separadas da APCL Financeira e das demonstrações financeiras individuais das entidades que sejam directa ou indirectamente por si controladas (filiais) e de entidades de finalidade especial em relação às quais o Grupo detenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade ou interesses residuais. Adicionalmente, foram efectuados ajustamentos ao nível da consolidação de forma a corrigir a aplicação dos princípios e critérios previstos nas IFRS e de forma a assegurar a sua uniformidade. As demonstrações financeiras de todas as filiais e entidades de finalidade especial referem-se ao mesmo período de reporte da empresa mãe, a APCL Financeira.

Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com o objectivo de obter benefícios das suas actividades.

As transacções e os saldos entre as subsidiárias e entidades de finalidade especial cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das subsidiárias na data de aquisição foram totalmente amortizados em anos anteriores por contrapartida de reservas, excepto quanto ao goodwill na APCL Financeira em relação ao subgrupo financeiro do Finibanco Holding.

O lucro consolidado do exercício resulta de agregação dos resultados líquidos da APCL Financeira e das filiais e entidades de finalidade especial, após se efectuarem ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como aqueles que uniformizam a aplicação dos princípios de contabilidade do Grupo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os interesses minoritários, quando existentes, representam a proporção nos resultados e nos activos líquidos dos passivos que não são detidos pelo Grupo directa ou indirectamente e são apresentados separadamente, respectivamente, na demonstração de resultados e no balanço na rubrica de "interesses minoritários", incluída no capital próprio.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Grupo tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos similares determinam perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares.

Imparidade em instrumentos de capital

Os Instrumentos de capital classificados em activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas.

Imparidade em instrumentos de dívida

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é elaborada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado. Os juros deverão ser especializados à taxa efectiva original na parte reduzida do valor do activo e registada na rubrica de "juros e proveitos equiparados". Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder estar objectivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade deve ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida nos resultados.

Testes de imparidade do Goodwill

Na realização de testes anuais de imparidade é necessário estimar o valor recuperável do investimento ao qual o goodwill foi alocado. Nessa estimativa são utilizados vários pressupostos e estimativas com base em julgamentos da gestão quanto às perspectivas futuras de evolução da actividade do Grupo (Nota 46).

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na (Nota 55) são apresentados os pressupostos utilizados.

Responsabilidades com contratos de seguro do ramo vida

Nos comparativos de 2008, os passivos por contratos de seguro do ramo vida celebrados pela Finibanco Vida reflectem a melhor estimativa de responsabilidades perante os tomadores de seguro considerando as condições contratuais e pressupostos considerados mais adequados à data sobre mortalidade e taxas de retorno dos investimentos, entre outros.

Operações de titularização

Como parte da sua actividade operacional o Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo, operações de aluguer de longa duração e crédito concedido a pequenas e médias empresas, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Grupo através da detenção de títulos de natureza residual. Consequentemente, os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização cujos títulos de natureza residual sejam detidos pelo Grupo são incluídos nas contas consolidadas.

2.5 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) **Instrumentos financeiros**

a) **Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros**

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

b) **Mensuração subsequente de instrumentos financeiros**

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 não existem situações equiparáveis na alíneas i) e ii) acima.

A rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados inclui activos designados no reconhecimento inicial ao justo valor por integrarem derivados embutidos e em aplicação do parágrafo 1 da IAS 31, o Grupo classificou nesta rubrica no exercício a participação detida pela Lestinvest numa entidade estrangeira conjuntamente controlada que se encontra a desenvolver um empreendimento imobiliário (Nota 6).

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

A valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados tem em conta o risco de crédito do emitente como sendo o spread de cada dívida emitida.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda". Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital". Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Derivados

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

O recurso a derivados pelo Grupo para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência
O Grupo emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;
- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes
O Grupo contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;
- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Grupo.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

Determinação do justo valor

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade em instrumentos financeiros

O Grupo avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

Créditos a clientes

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados da mesma rubrica de Imparidade acima referida.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio no justo valor dos activos, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente.

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é abordada por identificação de evidências objectivas de imparidade tal como um activo financeiro registado ao custo amortizado.

Em caso de imparidade, a diferença entre o justo valor e o valor de custo é registada na rubrica de demonstração de resultados "Imparidade de outros activos financeiros líquidos de reversões e recuperações".

c) *Desreconhecimento de activos e passivos financeiros****Activos financeiros***

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

d) *Reclassificação de activos e passivos financeiros*

Um activo financeiro que não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, pode ser retirado da categoria de justo valor através dos lucros e prejuízos. Este tem de ser reclassificado ao justo valor na data de reclassificação. Os ganhos e as perdas já reconhecidos nos lucros ou prejuízos não deverão ser revertidos. O justo valor do activo financeiro à data de reclassificação tornar-se-á o seu novo custo ou custo amortizado, conforme aplicável.

2) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, na rubrica "Resultados de reavaliação cambial", com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3) Operações de locação financeira

O Grupo classifica as operações de locação financeiras ou locação operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. As restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

Nas locações operacionais:

➤ Como locatário

os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito na rubrica "Gastos gerais administrativos".

➤ Como locador

Os activos em regime de locação operacional são registados no balanço como "Outros activos tangíveis", pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado.

Os activos em regime de locação operacional são amortizados no prazo do contrato, em regime de quotas constantes obtidas pela divisão da diferença entre investimento líquido e valor residual estimado pelo prazo do contrato.

As rendas e outros serviços recebidos são registados integralmente em proveitos, no período a que dizem respeito, na rubrica "outros resultados de exploração".

Os pagamentos efectuados relacionados com encargos relativos a contratos de locação operacional, são registados como custos dos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras:

➤ Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em "Outros activos fixos tangíveis", pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em resultados, como custos financeiros, na rubrica "Juros e encargos similares".

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

➤ Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em resultados, como proveitos financeiros, na rubrica "Juros e rendimentos similares".

4) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se houver suficiente prova de que o Grupo continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

Os activos registados nesta categoria e os imóveis registados em "Outros Activos" são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda. Nas avaliações os peritos utilizam normalmente pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: comparativo, do rendimento e do custo.

Estes activos não são amortizados.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido que cumpram as condições acima referidas. Para os casos em que tais condições não se encontram cumpridas os imóveis recebidos em dação em pagamento são registados em propriedades de investimento.

5) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são inicialmente valorizadas ao seu custo de aquisição, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são reavaliadas ao justo valor apurado através de avaliações efectuadas por peritos internos ou externos, as quais reflectem as condições de mercado na data de balanço. A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor é registada na rubrica da Demonstração de Resultados de "Outros resultados de exploração".

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

6) Inventários

Os imóveis destinados a comercialização pela subsidiária SAF – Imobiliária, S.A. são registados na rubrica de Outros Activos pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. Para determinação do valor realizável líquido são obtidas duas avaliações de peritos externos e apurado o valor médio.

7) Outros Activos Tangíveis

A rubrica de “Outros activos tangíveis” inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Em relação aos imóveis de serviço próprio, na data de transição para as IFRS/IAS (1 de Janeiro de 2004) foi utilizada a opção prevista na IFRS 1 de considerar como custo estimado o respectivo justo valor, obtido através de avaliações de peritos, considerando-se a diferença para o anterior valor de balanço em resultados transitados como ajustamentos de transição, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data sujeito a depreciação futura.

Os “Outros activos tangíveis” são registados ao custo, líquido de amortizações e/ou imparidade. Os custos de reparação e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorridos. Os valores residuais e métodos de amortização são revistos em cada fecho de contas e ajustados caso seja apropriado.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3 a 8
Outros activos tangíveis	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

8) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

O goodwill é inicialmente registado ao custo, correspondendo ao excesso do custo de uma aquisição sobre a quota parte do Grupo no justo valor dos activos, passivos e responsabilidades contingentes identificáveis. Subsequentemente o goodwill é mensurado ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas (Nota 46).

9) Investimentos em associadas

As partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade em que o Grupo exerça uma influência significativa na gestão mas não seja uma subsidiária ou empreendimento conjunto. Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de

imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer *goodwill* negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

10) Benefícios aos empregados

Plano de pensões de reforma por benefício definido

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, as entidades financeiras do Grupo dispõem de Fundos de Pensões autónomos geridos por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

O Grupo procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACT, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no grupo e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Grupo será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelos Fundos de Pensões do Grupo. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pela IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 55). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de alterações de pressupostos e diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalcularem os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Outros benefícios

Para além das pensões, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

No exercício de 2007 as responsabilidades com o SAMS e Subsídio por Morte passaram a ser financiados através do Fundo de Pensões anteriormente referido, pelo que o valor de responsabilidades apuradas com

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

referência a 31 de Dezembro de 2006 e registadas na rubrica Outros Passivos foram transferidas para as respectivas contas do Fundo de Pensões.

As responsabilidades com Prémio de Antiguidade são registadas na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de resultados “Custos com o pessoal”.

11) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for imaterial, a quantia de uma provisão é o valor nominal dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

12) Impostos

O Finibanco Holding e as suas filiais estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira do Finibanco SA, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Grupo regista ainda passivos ou activos por impostos diferidos respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos calculados sobre prejuízos fiscais apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal ou sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

13) Contratos de seguro e contratos de investimento

Até à data da alienação da filial Finibanco Vida a 30 de Dezembro de 2009 o Grupo classificou os contratos celebrados por esta como contratos de seguro ou contratos de investimento. Nos contratos de seguro a seguradora recebe do tomador um prémio correspondente ao risco de seguro significativo que é transferido

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

para esta, concordando em compensar o tomador, segurado ou beneficiário através do pagamento de indemnizações e/ou outros tipos de benefícios, caso a ocorrência de um acontecimento seguro (evento incerto) afecte adversamente o segurado ou beneficiário. A existência de risco significativo de seguro é medida tendo em conta as componentes e características económicas dos contratos, comparando os benefícios a pagar ao tomador de seguro na situação de ocorrer ou não o referido evento. Consideram-se contratos de investimento os contratos celebrados pela seguradora em que se verifica a transferência de um risco financeiro significativo sem risco de seguro ou com risco de seguro não significativo. O risco financeiro é o risco de possíveis alterações futuras em taxas de juro, cotações ou outras variáveis.

Os contratos de seguro e de investimento são adicionalmente classificados com ou sem participação discricionária de resultados, ou seja o direito do tomador receber benefícios adicionais aos garantidos que:

- provavelmente correspondem a uma parte significativa do total de benefícios contratados;
- o montante ou momento de pagamento está contratualmente à descrição da seguradora; e
- estão contratualmente baseados na performance de um grupo de activos detidos pela seguradora.

Os prémios de contratos de seguro e contratos de investimento com participação discricionária de resultados são reconhecidos como proveitos quando os respectivos recibos são emitidos para pagamento.

As responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento são reconhecidas quando celebrados os respectivos contratos e debitados os respectivos prémios. As responsabilidades relativas a contratos de seguro e contratos de investimento com participação discricionária de resultados correspondem ao valor actuarial estimado dos compromissos da seguradora.

As provisões matemáticas do ramo vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia, no que respeita a contratos de seguro. São calculadas para cada apólice de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A taxa técnica utilizada nos contratos com capital diferido, com contrasseguro de prémios e com participação nos resultados, assim como os contratos de seguros temporários anuais renováveis foi de 3% e a tábua de mortalidade a GKM80.

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a uma estimativa das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de Balanço (IBNR). Apesar da ausência de dados históricos significativos, em virtude de ser ainda o segundo exercício efectivo da Seguradora, foi já possível estimar o tempo médio que decorre entre a ocorrência do sinistro e a data em o mesmo é comunicado à seguradora, tendo em conta os registos efectivos da Seguradora. A aludida provisão foi constituída segundo métodos estatísticos aplicáveis a este contexto e com base em princípios e regras de prudência.

Para as modalidades que prevêem participação nos resultados, com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos às respectivas provisões técnicas, o valor das provisões matemáticas a 31 de Dezembro já reflecte a mencionada participação que foi distribuída, nessa data, a cada uma das apólices dessas modalidades. A excepção diz respeito aos contratos que foram anulados no decurso do exercício para os quais foi avaliada e constituída a consequente provisão para participação nos resultados.

As Taxas de Revalorização Efectivas (constituídas por taxa de participação + taxa de juro técnica) atribuídas às Apólices das modalidades com Fundos Autónomos de Investimento foram as seguintes:

Produto	Taxa Técnica	Taxa de Revalorização Efectiva
PPR Finibanco	3,00%	3,21%
Capitalização Finibanco	3,00%	3,20%

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As responsabilidades relativas a contratos de investimento sem participação discricionária de resultados são inicialmente reconhecidos pelo valor dos prémios debitados e depósitos recebidos e subsequentemente valorizadas ao custo amortizado à taxa efectiva dos contratos com base nas seguintes premissas:

Tábuas de Mortalidade e Taxas Técnicas:

PRODUTO	TAXA TÉCNICA	TÁBUA DE MORTALIDADE
- Capital diferido a prémio único, com contrasseguro de prémios, sem participação nos resultados, por 8 anos e 1 dia (emitido e fechado em 2008)	4,50%	GKM 80
- Capital diferido a prémio único, com contrasseguro de prémios, sem participação nos resultados, por 5 anos e 1 dia (emitido e fechado em 2008)	4,90%	GKM 80
- Capital diferido a prémio único, com contrasseguro de prémios, sem participação nos resultados, por 5 anos e 1 dia (emitido e fechado em 2009)	3,90%	GKM 80

14) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

15) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

16) Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

17) Garantias financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 49).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As garantias financeiras são reconhecidas como um passivo, pelo justo valor, quando a mesma se encontrar vencida ou seja provável que seja necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e haja uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito.

As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

18) Fundo de garantia de depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito. Seguindo o previsto na IAS 37, os compromissos irrevogáveis assumidos perante o FGD são reconhecidos em contas extrapatrimoniais como compromissos perante terceiros (Nota 49).

19) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Caixa	44.073	47.120
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	76.478	75.377
Disponibilidades sobre bancos centrais no estrangeiro	10.664	2.208
	131.215	124.705

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos à ordem	23.295	18.574
Cheques a cobrar	30.297	34.297
	<u>53.592</u>	<u>52.871</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	3.532	11.013
Cheques a cobrar	3.414	3.035
Juros de Disponibilidades	-	6
	<u>6.946</u>	<u>14.054</u>
	<u>60.538</u>	<u>66.925</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2009 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2010.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica de outros "Activos financeiros detidos para negociação" era em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 como a seguir se mostra:

	31-12-2009	31-12-2008
<u>Títulos</u>		
Instrumentos de dívida		
Emitidos por não residentes	-	3.417
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes		
Acções	667	35
Emitidos por não residentes		
Acções	3.045	420
	<u>3.712</u>	<u>455</u>
Outros		
Emitidos por residentes	1	1
Emitidos por não residentes - Hedge Funds	463	891
	<u>464</u>	<u>892</u>
	<u>4.176</u>	<u>4.764</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo</u>		
Swaps		
Divisas	1	1.172
Taxa de juro	2.955	2.558
	<u>2.956</u>	<u>3.730</u>
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	-	969
Taxa de juro	60	-
	<u>3.016</u>	<u>4.699</u>
	<u>7.192</u>	<u>9.463</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Exceptuando os investimentos em *hedge funds*, não existem títulos não cotados nesta rubrica.

Os valores nominais dos instrumentos de derivados com justo valor positivo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2009 a m.Euros 66.975 (m.Euros 29.780 em 31 de Dezembro de 2008).

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento (Nota 52).

No âmbito do Regulamento da CE 1004/2008 de 15 de Outubro que introduziu alterações à IAS 39, atentas à particular turbulência dos mercados e às informações recolhidas sobre alguns instrumentos que motivaram o alargamento do prazo inicialmente previsto para a sua detenção foi decidido reclassificar da carteira de negociação para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda três activos.

Os activos reclassificados (três Hedge Funds, sendo um deles um investimento de capital garantido) tinham um justo valor à data da reclassificação de m.Euros 11.627. Estes investimentos provocaram na conta de resultados no exercício de 2008 perdas por ajustamento de justo valor no total m.Euros 382. Caso não tivesse ocorrido esta reclassificação teriam sido registados no ano ganhos adicionais de m.Euros 2.566 (ano de 2008 perdas no valor de 3.042), os quais se encontram registados na rubrica reservas de reavaliação em capitais próprios.

6. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em aplicação do parágrafo 1 da IAS 31, esta rubrica inclui o montante de mEuros 41.235 (m.Euros 37.048 em 2008) relativo à participação da Lestinvest numa entidade no estrangeiro conjuntamente controlada com outros dois accionistas e que se encontra a desenvolver um empreendimento imobiliário na Hungria, no qual a percentagem de participação da Lestinvest é de 45% (33,75% em 31 de Dezembro de 2008). A percentagem final de interesse do Grupo na Lestinvest é de 9,11% (10,18% em 31 de Dezembro de 2008).

Considerando que parte do capital da Lestinvest foi subscrito e realizado por clientes do Grupo foram registados interesses minoritários de 78,05% sobre os capitais e resultado da Lestinvest (78,79% em 31 de Dezembro de 2008) (Nota 34 – interesses minoritários).

Adicionalmente foi efectuado no exercício o investimento em obrigações com derivados embutidos de risco de crédito no montante de m.Euros 10.354 (Anexo II).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” era, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, como a seguir se mostra:

	31-12-2009	31-12-2008
<u>Títulos</u>		
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	10.590	12.756
De outros residentes	-	1.498
	<u>10.590</u>	<u>14.254</u>
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	20.712	31.278
De outros não residentes	8.538	12.778
	<u>29.250</u>	<u>44.056</u>
	<u>39.840</u>	<u>58.310</u>
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes		
Acções	9.353	85.815
Imparidade acumulada (Nota 46)	(2.875)	(49.899)
	<u>6.478</u>	<u>35.916</u>
Emitidos por não residentes		
Acções	154	8.619
Imparidade acumulada (Nota 46)	0	(4.589)
	<u>154</u>	<u>4.030</u>
	<u>6.632</u>	<u>39.946</u>
Outros		
Emitidos por residentes	0	1.005
Emitidos por não residentes	2.589	2.494
	<u>2.589</u>	<u>3.499</u>
	<u>49.061</u>	<u>101.755</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 20.996 (m.Euros 16.897 em 31 de Dezembro de 2008) que se referem a instrumentos de capital e instrumentos de dívida m.Euros 5.353, m.Euros 15.643 respectivamente (m.Euros 3.170, m.Euros 13.727 respectivamente em 31 de Dezembro de 2008).

Do valor de m.Euros 10.590 dos títulos da dívida pública portuguesa e m.Euros 20.712 relativos a instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros, conforme se segue:

- A favor do Banco de Portugal no âmbito e condições da Instrução 35/2007 Mercado de Crédito Intradiário m.Euros 10.493.
- A favor do Sistema de Indemnização aos Investidores no âmbito e condições da Instrução 2/2000 da CMVM m.Euros 713.
- A favor do Fundo de Garantia de Depósitos no âmbito e condições do Aviso 11/94 do Banco de Portugal m.Euros 2.998.
- A favor da LCH.Clearnet SA no âmbito e condições do "Clearing Rule Book" m.Euros 1.396.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Aplicações em instituições de crédito" era, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, como a seguir se mostra:

	31-12-2009	31-12-2008
Aplicações		
No país		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos	17	59
Empréstimos	5.190	7.400
	<u>5.207</u>	<u>7.459</u>
No estrangeiro		
Sucursais de outras instituições de crédito nacionais		
Aplicações a muito curto prazo	213	-
Em outras instituições de crédito		
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Outras aplicações	22.446	18.046
	<u>22.659</u>	<u>18.046</u>
	<u>27.866</u>	<u>25.505</u>
Juros a receber		
De aplicações em instituições de crédito		
Instituições de crédito no país	4	23
Instituições de crédito no estrangeiro	6	42
	<u>10</u>	<u>65</u>
	<u>27.876</u>	<u>25.570</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. CRÉDITO A CLIENTES

O detalhe da rubrica “Crédito a clientes” era, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, como a seguir se mostra:

	31-12-2009	31-12-2008
<u>Crédito</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	1.750.279	1.915.990
Interno - titularizado	671.061	474.217
Ao exterior	13.366	18.273
Ao exterior - titularizado	4.458	4.566
	<u>2.439.164</u>	<u>2.413.046</u>
Crédito e juros vencidos		
Crédito interno e juros vencidos	91.919	72.715
Crédito interno e juros vencidos - titularizado	7.884	1.705
Crédito externo e juros vencidos	184	55
Crédito externo e juros vencidos - titularizado	-	30
Despesas de crédito vencido	887	988
	<u>100.874</u>	<u>75.493</u>
	<u>2.540.038</u>	<u>2.488.539</u>
Imparidade acumulada (Nota 46)	<u>(119.728)</u>	<u>(78.418)</u>
	<u>2.420.310</u>	<u>2.410.121</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	1.250	1.247
Créditos e juros vencidos		
Outros créditos vencidos	110	110
Imparidade acumulada (Nota 46)	<u>(110)</u>	<u>(110)</u>
	<u>1.250</u>	<u>1.247</u>
<u>Juros a receber, Receitas com rendimento diferido e Despesas com encargo diferido</u>		
Juros a receber		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	5.984	11.207
Interno - titularizado	3.149	2.649
Externo	59	197
	<u>9.204</u>	<u>14.053</u>
	<u>2.430.764</u>	<u>2.425.421</u>

Do total da carteira de crédito 28,37% foi objecto de análise individual de imparidade e 71,63% objecto de análise colectiva (em 31 de Dezembro de 2008 26% e 74% respectivamente).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o detalhe da rubrica "Crédito não representado por valores mobiliários" por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	173.358	217.209
Empréstimos	459.674	364.858
Créditos em conta corrente	670.310	660.039
Descoberto em depósitos à ordem	24.648	52.278
Créditos tomados - factoring	16.596	-
Locação financeira mobiliária	61.527	63.108
Locação financeira imobiliária	95.384	94.471
Outros créditos	16.271	17.922
	<u>1.517.768</u>	<u>1.469.885</u>
Particulares		
Habitação		
Locação financeira	15.786	16.594
Outros créditos	317.771	355.084
	<u>333.557</u>	<u>371.678</u>
Consumo		
Locação financeira	28.896	28.666
Outros créditos	340.492	367.437
	<u>369.388</u>	<u>396.103</u>
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	8.040	11.377
Descoberto em depósitos à ordem	14.399	14.964
Locação financeira	14.437	15.124
Outros créditos	13	13
	<u>218.451</u>	<u>175.380</u>
	<u>2.439.164</u>	<u>2.413.046</u>

O total de créditos em Locação financeira apresenta a seguinte desagregação:

Prazo	31-12-2009			31-12-2008		
	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido
Até 1 ano	26.126	32.793	6.667	28.371	39.351	10.980
De 1 ano a 5 anos	100.763	126.244	25.481	96.973	129.322	32.349
Superior a 5 anos	89.141	113.044	23.903	92.620	129.420	36.800
TOTAL	216.030	272.081	56.051	217.964	298.093	80.129

Os valores residuais, são sempre, contratualmente, com opção de compra realçando-se que nos processos sem incidentes, são sempre repassados aos locatários.

A dedução acumulada para pagamento de incobráveis da locação a receber foi de m.Euros 5.643 (m.Euros 4.319 em 31 de Dezembro de 2008).

As rendas contingentes foram durante o período m.Euros 56.551 (m.Euros 63.915 em 31 de Dezembro de 2008).

Nos contratos de locação financeira em carteira não existem acordos da espécie.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica “Investimentos detidos até à maturidade” tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Títulos detidos até à maturidade		
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	-	5.059
Rendimentos a receber		
Juros de investimentos detidos até à maturidade	10	99
	10	5.158

Em 31 de Dezembro de 2008 a totalidade dos activos desta rubrica era proveniente da Finibanco Vida que deixou de fazer parte do perímetro de consolidação em 2009 (Nota 2.2.)

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica “Activos não correntes detidos para venda”, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009 era como a seguir se mostra:

	31-12-2008					31-12-2009
	Valor de Balanço	Aquisições	Ajustamentos a)	Saídas	Transferências b)	Valor de Balanço
Activos tangíveis não correntes detidos para venda						
Imóveis	33.339	22.761	(179)	(19.654)	(2.088)	34.179
Equipamento	474	1.421	94	(1.625)	-	364
Outros	31	-	-	(7)	-	24
Outros activos não correntes detidos para venda						
Associadas	6.357	-	-	(6.357)	-	-
	40.201	24.182	(85)	(27.643)	(2.088)	34.567

a) Ajustamentos referentes a activos adquiridos em anos anteriores

b) Reflecte :

b1) Imóveis recebidos em dação em anos anteriores e enquadrados na IFRS5 neste exercício

b2) Saídas referentes a imóveis recebidos em dação em anos anteriores e que deixaram de estar enquadrados na IFRS5 no exercício

Do saldo inicial de m.Euros 33.339 referente a imóveis permanecem a 31 de Dezembro de 2009 o montante m.Euros 17.904.

As vendas não se concretizaram por questões relacionadas com a fragilidade verificada no lado da procura do próprio mercado imobiliário, sem que para isso o Grupo tivesse qualquer influência, uma vez que se manteve comprometido com o cumprimento dos respectivos planos de venda. Como prova do comprometimento registamos o forte empenho no acompanhamento e manutenção dos planos de venda, quer por via do reforço dos meios de promoção da sua exposição ao mercado, quer por diversos ajustes nos valores de promoção.

Os ajustamentos de valor estão divulgados na Nota 43.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009 na rubrica "Propriedades de investimento" são detalhados como a seguir se demonstra:

	Valor de balanço 31-12-2008	Aquisições	Reava- liações	Alienações	Valor de balanço 31-12-2009
Propriedades de investimento					
Outras propriedades de investimento					
Imóveis	55.908	2.478	1.403	(23.000)	36.789

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos de avaliadores independentes externos e/ou internos de acordo com os critérios geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

As propriedades de investimento apresentam neste exercício os seguintes valores:

- . Rendimento de rendas: m.Euros 66 (m.Euros 22 em 31 de Dezembro de 2008)
- . Gastos operacionais directos: m.Euros 52 (m.Euros 52 em 31 de Dezembro de 2008)

O saldo de propriedades de investimento em 31 de Dezembro de 2009 no valor de m.Euros 16.908 foi reclassificado de "Outros activos" conforme Nota 2.2

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido no ponto 6) da Nota 2.5 os imóveis de serviço próprio do Grupo, existentes na data de transição para IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004), foram reavaliados ao justo valor com base em avaliações de peritos, tendo sido utilizado a opção prevista na IFRS1, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data, sujeito a depreciação futura.

Em 31 de Dezembro de 2009 o Grupo tinha compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis num total de m.Euros 2.056 (m.Euros 997 em 31 de Dezembro de 2008) referentes a contratos promessa de compra e venda de imóveis de serviço próprio, para os quais já havia pago o respectivo sinal m.Euros 714 (m.Euros 288 em 31 de Dezembro de 2008).

Em 31 de Dezembro de 2009 a subsidiária Finicrédito tinha activos fixos tangíveis em regime de locação operacional conforme segue:

Maturidade residual	Valor bruto	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 ano	-	-	-
Entre 1 e 5 anos	305	89	-
Superior a 5 anos	-	-	-

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Decorrente dos activos em locação operacional acima referidos a Finicrédito tinha em 31 de Dezembro de 2009 os seguintes compromissos contratuais:

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 ano	-	-	-
Entre 1 e 5 anos	191	63	-
Superior a 5 anos	-	-	-

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009 na rubrica "Outros activos tangíveis" são apresentados no Anexo III.

14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009 na rubrica "Activos intangíveis", são apresentados no anexo III.

Esta rubrica é constituída essencialmente por software, sendo que em 31 de Dezembro de 2009 se encontram totalmente amortizados m.Euros 12.259 (m.Euros 11.239 em 31 de Dezembro de 2008).

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

O detalhe da rubrica "Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação", em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009, era como a seguir de mostra:

	31-12-2009	31-12-2008
Associadas no país		
Saldo inicial	27.839	15.698
Aquisições	3.750	708
Aumentos de capital	-	-
Alienações	(23.103)	-
Transferências de prestações suplementares		24.000
Apropriação de resultados	1.389	(765)
Outros ajustamentos em capitais próprios	6.170	(11.802)
	<u>16.045</u>	<u>27.839</u>
Imparidade acumulada (Nota 46)	<u>(341)</u>	<u>(341)</u>
	<u>15.704</u>	<u>27.498</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

No início do 3º trimestre de 2009 procedeu-se à venda de 17,5% do capital social da Prio SGPS SA e correspondentes prestações suplementares a entidades não relacionadas com o grupo Finibanco.

Esta operação teve um impacto na rubrica " Resultados de alienação de outros activos" da Demonstração de Resultados do Grupo no valor de m.Euros 1.395. Actualmente o Grupo detém 2,5% desta sociedade reclassificados para "Activos disponíveis para venda".

Em Dezembro de 2009 o Finibanco Holding formalizou, com o grupo Mapfre, um acordo geral que se traduz numa parceria estratégica para a área dos seguros e "assurfinance".

Esta parceria consubstancia-se na:

- Transmissão para a Mapfre Seguros Gerais, SA de 50% do capital e do controlo da gestão da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA;

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Concretização de um acordo de distribuição exclusiva pelas redes Finibanco dos produtos do Ramo Vida da Finibanco Vida;
- Concretização de um acordo de distribuição exclusiva pelas redes Finibanco dos produtos dos Ramos Não-Vida da Mapfre Seguros Gerais, SA;
- Concretização de um acordo de distribuição "assurfinance" dos produtos do Finibanco na rede de Mediadores da Mapfre Seguros Gerais, SA (Portugal).

Como consequência deste acordo a Mapfre Seguros Gerais, SA assumiu o controlo de gestão da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA, tendo a possibilidade de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração.

As condições de pagamento do preço acordado para as Acções compreendem um Pagamento Inicial de Valor Fixo, um Pagamento Complementar de Valor Fixo e um Pagamento Complementar de Valor Variável, correspondendo portanto a três pagamentos:

a) O Pagamento Inicial de Valor Fixo será de m.Euros 9.000, em dinheiro, a liquidar na data em seja obtida a não oposição à transacção por parte das autoridades competentes, e determina, sem outra condição ou reserva, a transferência imediata da plena titularidade das Acções e de todos os seus direitos; A não oposição por parte do ISP foi obtida em 4 de Março de 2010, já tendo ocorrido a liquidação desta parcela.

b) O Pagamento Complementar de Valor Fixo será de m.Euros 1.000, em dinheiro, a liquidar depois de decorrido um ano sobre a data do pagamento inicial de valor fixo;

c) O Pagamento Complementar de Valor Variável (terceiro e último pagamento), também em dinheiro, será o resultado de multiplicar a "Relação do crescimento do Adjusted Embedded Value (AEV) 2009-2013 Conseguido/Previsto" pelo valor de referência estabelecido em m.Euros 5.595. Este valor corresponde à capitalização de m.Euros 5.000 desde 31.12.2009 até 31.12.2013. A "Relação do Crescimento do AEV 2009 – 2013 Conseguido/Previsto" será calculada nos termos de anexo (Metodologia de Cálculo do Pagamento Complementar de Valor Variável). No entanto estabelece-se que se esta relação for superior aos 200%, dará origem a um pagamento máximo de m.Euros 11.190 (200% x m.Euros 5.595). Os cálculos relativos ao AEV serão realizados por Entidade externa especializada.

O método de avaliação, dado tratar-se de uma entidade seguradora de Vida, baseou-se no valor do Embedded Value (Valor intrínseco da carteira de apólices) acrescido de um valor adicional correspondente ao potencial de criação de valor futuro para os accionistas, com base aos dados disponibilizados pela própria Finibanco Vida e posteriormente confirmados pela Mapfre Seguros Gerais no processo de Due Diligence (revisão aprofundada de todos os aspectos e contas da companhia).

Dado que a venda ocorreu nos últimos dias do ano de 2009, foi reconhecido nas contas consolidadas na rubrica "Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)" da Demonstração de Resultados o montante de m.Euros 1.521.

Como resultado da venda dos 50% do capital foi registado na rubrica de "Resultados de alienação de outros activos" da Demonstração de Resultados um ganho de m.Euros 6.250.

Adicionalmente, na data da venda procedeu-se à reclassificação dos remanescentes 50%, da rubrica "Investimentos em filiais" para a rubrica "Investimentos em associadas", revalorizados ao justo valor de acordo com o parágrafo 34 da IAS 27 alterada, originando um ganho de m.Euros 5.973 registado na rubrica de "Resultados de alienação de outros activos" da Demonstração de Resultados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os principais indicadores das empresas associadas detidas em 31 de Dezembro de 2009 ajustados para IFRS, são os seguintes:

Empresa	Percentagem de participação efectiva (%)	Total de activo líquido	Capitais próprios (a)	Resultado líquido 2009-12-31
FINIBANCO VIDA - Companhia de Seguros				
Rua Júlio Dinis, 166				
4050-318 Porto	50%	75.634	7.895	1.601
SOGILEÇA - Gestão Imobiliária, Lda.				
Armental Codal	46,92%	10.195	9.020	67
3730 Vale de Cambra				

(a) Não inclui o resultado do exercício de 2009

16. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 na rubrica "Activos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2009	31-12-2008
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	902	2.676
Outros	196	89
	1.098	2.765

17. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 na rubrica "Activos por impostos diferidos" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2009		31-12-2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias				
Provisões não aceites fiscalmente	10.700	-	3.555	-
Activos tangíveis	139	253	150	257
Activos intangíveis	0	-	1	-
Benefícios de empregados	5.459	2.101	4.369	448
Instrumentos financeiros	387	470	836	592
Activos não correntes disponíveis para venda	45	-	91	-
Reavaliações legais de imobilizado	-	6	-	6
Provisões, activos e passivos contingentes	-	33	-	67
Prejuízos fiscais	5.844	-	2.544	-
	22.574	2.863	11.546	1.370
Impostos diferidos líquidos	19.711		10.176	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais vencem nos anos conforme é detalhado no quadro seguinte:

	31-12-2009	31-12-2008
Ano de vencimento dos impostos diferidos por prejuízos fiscais:		
2014	2.544	-
2015	3.300	2.544
Total	5.844	2.544

Apesar dos prejuízos fiscais registados em 2008 e 2009 que estão na origem dos impostos diferidos activos referidos no quadro supra, é convicção da Administração que tendo sido gerados em condições financeiras e económicas muito adversas serão compensados por lucros fiscais dentro dos prazos legalmente exigidos.

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Provisões técnicas de resseguro cedido" tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Provisões técnicas - Ramo vida		
De seguro directo		
Provisão para sinistros	-	99
	-	99

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

19. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Devedores por seguro directo e resseguro	-	232
	-	232
Outros activos		
Outras disponibilidades	3	3
Devedores e outras aplicações vencidas	999	896
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	476	792
Aplicações diversas	5.851	1.638
Sector público administrativo	2.178	294
Devedores diversos	107.663	67.073
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	76	93
Outros activos	51.826	1.021
Outros juros e rendimentos similares	712	754
Outros rendimentos a receber	980	4.498
Outras despesas com encargo diferido	10.914	13.511
Receitas com rendimento diferido de operações activas	(27)	(49)
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Flutuação de valores	13.914	15.254
Outras contas de regularização	87.273	46.173
	282.838	151.951
Imparidade acumulada (Nota 46)	(1.007)	(900)
	281.831	151.051
	281.831	151.283

O saldo da rubrica “Devedores por operações sobre futuros e opções” refere-se a margens depositadas em instituições financeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica “ Outras contas de regularização” inclui em 31 de Dezembro de 2009 m.Euros 27.605 de operações cambiais a liquidar e m.Euros 51.179 relativos a transacções de títulos cuja regularização ocorreu em Janeiro de 2010 (m.Euros 36.965 relativos a operações cambiais a liquidar em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica “Devedores diversos” inclui m.Euros 15.313 relativos à venda de 17,5% Prio – SGPS, SA cujo recebimento ocorrerá em 30 de Setembro de 2010 e ainda m.Euros 10.000 relativos à venda de 50% da Finibanco Vida – Companhia de Seguros SA cuja data de recebimento se encontra descrita na Nota 15. Esta rubrica inclui ainda m.Euros 30.203 relativos a suprimentos concedidos a associadas.

A rubrica “Outros Activos” refere-se ao inventário de imóveis da subsidiária SAF – Imobiliária, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

20. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Recursos de bancos centrais" tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Recursos do Banco de Portugal		
Outros recursos	190.000	60.000
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos de banco de portugal	536	8
	<u>190.536</u>	<u>60.008</u>

Os Recursos de Bancos Centrais correspondem a operações de financiamento do Banco Central Europeu no âmbito de operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis tal como referido na Nota 54 relativa aos títulos emitidos na operação Aqua Mortgage nº 1 e ainda na operação Aqua Finance Nº 3.

21. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Instrumentos derivados com justo valor negativo		
Swaps		
Divisas	49	-
Taxa de juro	21.603	29.950
Cotações (equity swaps)	-	-
Eventos de crédito	-	-
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	4	3
Taxa de juro	-	22
	<u>21.656</u>	<u>29.975</u>

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nominais dos instrumentos de derivados com justo valor negativo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2009 a m.Euros 157.256 (m.Euros 246.930 em 31 de Dezembro de 2008).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Dívida emitida não subordinada		
Obrigações	61.995	63.024
Dívida readquirida	(874)	(867)
Dívida emitida subordinada		
Obrigações	99.917	104.916
Dívida readquirida	-	(57)
Outros recursos	-	6.300
	<u>161.038</u>	<u>173.316</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	(4.732)	(8.794)
Obrigações subordinadas	(12.542)	(16.354)
Outros recursos	-	(203)
	<u>(17.274)</u>	<u>(25.351)</u>
Juros de dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	240	161
Obrigações subordinadas	-	2.687
	<u>240</u>	<u>2.848</u>
	<u>144.004</u>	<u>150.813</u>

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos (*fair value option*). A estes passivos estão associados instrumentos financeiros que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor (*fair value option*).

O justo valor destes instrumentos financeiros foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de valorização de opções (Montecarlo). Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Nas correcções de justo valor de passivos objecto de opção pelo justo valor está incluído um efeito positivo dem.Euros 3.696 relativo ao efeito do risco de crédito da instituição (m.Euros 4.105 em 31 de Dezembro de 2008).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O detalhe da rubrica " Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2009 é como se segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
Emitidos em anos anteriores			
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	14.406	A	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	2.337	B	19 de Dezembro de 2011
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.700	C	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.220	D	20 de Junho de 2011
Obrigações de caixa "FNB Dezembro 07/17"	27.332	E	19 de Dezembro de 2017
Emitidos no exercício			
Obrigações de caixa "FNB Private Commodities 2008/2010"	1.000	F	23 de Janeiro de 2010
	61.995		
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
Emitidos em anos anteriores			
Obrigações de caixa subordinadas "Finicrédito 07/17"	17.535		29 de Novembro de 2017
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Grandes Empresas 07/16"	32.872	H	9 de Maio de 2016 p/ 1ª série 20 de Junho de 2016 p/ 2ª e 3ª séries
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Índices Estratégicos 07/15"	49.510	I	9 de Maio de 2015 p/ 1ª série 11 de Junho de 2015 p/ 2ª e 3ª séries
	99.917		

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

Considerando o seguinte cabaz de referência:

Acção	Bloomberg	Bolsa
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

o cupão será igual a:

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance (PerfAcçãoij), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 (PerfIndi) para o mesmo período e

$$\text{PerfAcçãoij} = (\text{Acçãoij} - \text{Acção0j}) / \text{Acção0j}$$

$$\text{PerfIndi} = (\text{Indi} - \text{Ind0}) / \text{Ind0}$$

Acçãoij = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

Acção0j = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

Indi = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

Ind0 = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior * n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

C - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

3% * valor nominal.

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:

21% * valor nominal, se Euribor 6 meses $\leq$ Euribor 6 meses $0 + 0,90\%$;

3% * valor nominal, no caso contrário.

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a 13% * valor nominal.

Entende-se por:

Euribor 6 meses 0 a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;

Euribor 6 meses 6 a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

D - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0%* (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0%* (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0%* (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0; 7,5%* (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

E - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 * (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;
15 * (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- F - A remuneração que será paga na data de vencimento, poderá variar entre 3,5% e 15%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Mín} \left[\text{Máx} \left[\sum_{i=1}^3 \frac{F_i - I_i}{I_i} \times W_i; 3,5\% \right]; 15\% \right],$$

onde,

i	Matérias-primas	W _i (Peso no Cabaz)
1	Trigo ("Wheat")	1/3
2	Soja ("Soybean")	1/3
3	Petróleo ("WTI")	1/3

F_i – Valor final da matéria-prima i, tal como definido abaixo.
I_i – Valor inicial da matéria-prima i, tal como definido abaixo.

F1 - cotação oficial de fecho, em USD por "bushel", do primeiro contrato de futuros sobre trigo ("Wheat") cotado na Chicago Board of Trade no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: W 1 <CMDTY>). Se esta data coincidir ou for posterior à primeira data de notificação do primeiro contrato de futuros sobre trigo ("Wheat"), utiliza-se o segundo contrato de futuros sobre trigo ("Wheat") (Bloomberg Ticker: W 2 <CMDTY>).

F2 - cotação oficial de fecho, em USD por "bushel", do primeiro contrato de futuros sobre soja ("Soybeans") cotado na Chicago Board of Trade no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: S 1 <CMDTY>). Se esta data coincidir ou for posterior à primeira data de notificação do primeiro contrato de futuros sobre soja ("Soybeans"), utiliza-se o segundo contrato de futuros sobre soja ("Soybeans") (Bloomberg Ticker: S 2 <CMDTY>).

F3 - cotação oficial de fecho, por barril, do primeiro contrato de futuros sobre petróleo ("WTI; Light Sweet Crude") cotado na NYMEX no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: CL1 <CMDTY>).

I1 - cotação de fecho oficial, em USD por "bushel", para o primeiro contrato de futuros sobre trigo ("Wheat") cotado na Chicago Board of Trade na Data de Liquidação.

I2 - cotação de fecho oficial, em USD por "bushel", para o primeiro contrato de futuros sobre soja ("Soybeans") cotado na Chicago Board of Trade na Data de Liquidação.

I3 - cotação final oficial, em USD por barril, do primeiro contrato de futuros sobre petróleo ("WTI; Light Sweet Crude") cotado na NYMEX na Data de Liquidação.

- G - A remuneração será paga semestralmente. Os quatro primeiros cupões serão fixos (taxa anual de 5%). Para os seguintes a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N \times (\text{Euribor 6 meses} + 0,90\%)$, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Taxa fixa	Intervalos
1º semestre	29-Mai-08	5%	-
2º semestre	29-Nov-08	5%	-
3º semestre	29-Mai-09	5%	-
4º semestre	29-Nov-09	5%	-
5º semestre	29-Mai-10	-	[3,00%; 5,50%]
6º semestre	29-Nov-10	-	[3,00%; 5,50%]
7º semestre	29-Mai-11	-	[3,00%; 5,50%]
8º semestre	29-Nov-11	-	[3,00%; 5,50%]
9º semestre	29-Mai-12	-	[2,50%; 5,35%]
10º semestre	29-Nov-12	-	[2,50%; 5,35%]
11º semestre	29-Mai-13	-	[2,50%; 5,25%]
12º semestre	29-Nov-13	-	[2,50%; 5,25%]
13º semestre	29-Mai-14	-	[2,50%; 5,25%]
14º semestre	29-Nov-14	-	[2,50%; 5,25%]
15º semestre	29-Mai-15	-	[2,50%; 5,00%]
16º semestre	29-Nov-15	-	[2,50%; 5,00%]
17º semestre	29-Mai-16	-	[2,50%; 5,00%]
18º semestre	29-Nov-16	-	[2,50%; 5,00%]
19º semestre	29-Mai-17	-	[2,50%; 5,00%]
20º semestre	29-Nov-17	-	[2,50%; 5,00%]

Euribor a 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor a 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- H - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

<u>Data Cupão</u>	<u>Taxa</u>	<u>Data Cupão</u>	<u>Taxa</u>
1º cupão	5,50%		
2º cupão	5,50%		
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]		
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]		
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]		
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]		
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]		
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]		
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]		, onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

I - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% * valor nominal;

2º ano= 5,50% * valor nominal;

3º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se

Min (SDk/SD0-SXk/SX0 ; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
No país		
Mercado monetário interbancário	-	10.000
Depósitos	76.924	87.758
Empréstimos	64.682	48.108
Outros recursos	0	20.000
	<u>141.606</u>	<u>165.866</u>
No estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos	547	651
Outros recursos	1.844	1.920
	<u>2.391</u>	<u>2.571</u>
	<u>143.997</u>	<u>168.437</u>
Despesas com encargo diferido		
Despesas com encargo diferido de operações passivas (associadas ao custo amortizado)		
Recursos de outras instituições de crédito	(152)	(110)
	<u>(152)</u>	<u>(110)</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de instituições de crédito no país	640	1.218
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	-	-
	<u>640</u>	<u>1.218</u>
	<u>144.485</u>	<u>169.545</u>

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

24. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo		
À ordem	13.649	25.704
A prazo	28.629	138.830
	<u>42.278</u>	<u>164.534</u>
De emigrantes		
À ordem	1.511	1.329
A prazo	11.329	12.327
De poupança	5.693	6.399
	<u>18.533</u>	<u>20.055</u>
De outros residentes		
À ordem	482.632	417.175
A prazo	1.516.805	1.474.190
De poupança	16.646	17.687
Outros	267	112
	<u>2.016.350</u>	<u>1.909.164</u>
De não residentes		
À ordem	13.487	18.122
A prazo	50.072	59.719
	<u>63.559</u>	<u>77.841</u>
Outros recursos de clientes		
Cheques e ordens a pagar	8.925	8.379
Operações de venda com acordo de recompra	0	6.724
Outros	0	10.540
	<u>8.925</u>	<u>25.643</u>
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo	92	827
De emigrantes	200	314
De outros residentes	12.424	19.702
De não residentes	405	760
Outros recursos de clientes	0	88
	<u>13.121</u>	<u>21.691</u>
	<u>2.162.766</u>	<u>2.218.928</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

25. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Dívida emitida		
Obrigações	6.712	13.856
Outras responsabilidades representadas por títulos	3.100	11.100
	<u>9.812</u>	<u>24.956</u>
Despesas com encargo diferido		
Despesas com encargo diferido de operações passivas (associadas ao custo amortizado)		
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(3)	(15)
	<u>(3)</u>	<u>(15)</u>
Encargos a pagar		
Juros e encargos similares		
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	134	957
	<u>134</u>	<u>957</u>
	<u>9.943</u>	<u>25.898</u>

O detalhe da rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" em 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
<u>Emitidos em anos anteriores</u>			
Obrigações "VIC (SGPS)/2005 - 1ª Emissão"	168	A	20 de Janeiro de 2011
Obrigações "VIC (SGPS)/2005 - 2ª Emissão"	1.064	B	15 de Abril de 2012
Obrigações "VIC (SGPS)/2006 - 1ª Emissão"	3.234	C	17 de Janeiro de 2011
Obrigações "Finibanco Holding 05/10 Agosto"	212	D	29 de Agosto de 2010
Obrigações "Finibanco Holding 08/11 Junho"	2.034	E	19 de Junho de 2011
<u>Emitida no exercício</u>			
Papel Comercial Lestinvest SGPS I S. 7ª Em.	3.100	F	4 de Janeiro de 2010
	<u>9.812</u>		

- A - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.
- B - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 12 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.
- C - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.
- D - A taxa de juro será a correspondente à "Euribor de 12 meses", reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 0,5%.
- E - O 1º cupão tem uma taxa fixa de 6%. Para os restantes cupões, a taxa de juro será a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 0,75%.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- F - A taxa de juro a aplicar a cada emissão de papel comercial será determinada com referência à Euribor (Base 360), para o prazo de emissão, em vigor no 2º dia útil anterior à data de cada emissão, acrescida de 1,25%.

26. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos" tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização		
Por crédito a clientes - titularizado		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	236.797	236.800
	<u>236.797</u>	<u>236.800</u>
Despesas com encargo diferido		
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Encargos a pagar		
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	237	936
	<u>237</u>	<u>936</u>
	<u>237.034</u>	<u>237.736</u>

27. PROVISÕES

O Saldo da rubrica "Provisões" em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009 é apresentado no quadro seguinte:

	Acções judiciais	Responsabilidades contingentes	Responsabilidades contratuais	Garantias e compromissos	Total
Saldo de abertura 31.12.2008	446	279	755	-	1.480
Aumentos	-	173	-	-	173
Utilizações	-	(8)	-	-	(8)
Reposições	(103)	-	-	-	(103)
Saldo final 31.12.2009	<u>343</u>	<u>444</u>	<u>755</u>	<u>-</u>	<u>1.542</u>

Dado que o efeito do valor temporal do dinheiro é imaterial, a quantia da provisão é o valor nominal dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Entendem-se como:

- Acções judiciais obrigações presentes resultantes de eventos passados onde é provável o futuro dispêndio de recursos relacionados com acções judiciais de clientes contra o grupo.

Neste contexto somos a divulgar que na sequência da inspecção fiscal à subsidiária Finicrédito realizada ao ano de 2005, a mesma foi confrontada com uma interpretação diversa, por parte da Direcção de Serviços de Inspecção Tributária, no que se refere ao apuramento da percentagem do "prorata" definitivo do IVA. Esta interpretação origina que as operações de Leasing e de Aluguer de Longa Duração, sejam divididas por componentes, amortização financeira e juros, desconsiderando a primeira destas do numerador da fracção prevista para o apuramento da referida percentagem. A Finicrédito entende, fundamentada em pareceres jurídicos e fiscais e na realidade das legislações vigentes nos restantes países da União Europeia nesta matéria, as quais respeitam o princípio da neutralidade do IVA, que uma instituição financeira com actividades mistas deverá incluir nos numeradores dos respectivos prorata de dedução os montantes totais das rendas de

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

locação financeira. Neste contexto, foi interposta impugnação judicial da correspondente liquidação adicional de IVA e juros compensatórios, com pedido de reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça das Comunidades, atendendo ao facto de o imposto em causa se tratar de um imposto harmonizado sujeito à legislação comunitária e de a administração tributária, no entender da Finicredito, estar a violar não apenas o Código do IVA, mas também as Directivas Comunitárias nesta matéria.

Não obstante, entende-se que é possível, mas não provável, que os tribunais fiscais, especialmente o Tribunal de Justiça das Comunidades decidam contrariamente aos princípios defendidos e utilizados pela Finicredito. O impacto financeiro desta contingência corresponde a cerca de m. Euros1.264.

- Responsabilidades contingentes obrigações presentes resultantes de eventos passados onde é provável o futuro dispêndio de recursos relacionados com situações de natureza diversa. Não existe nenhum passivo contingente desta natureza que mereça divulgação.

- Responsabilidades contratuais obrigações presentes resultantes de eventos passados onde é provável o futuro dispêndio de recursos relacionados com situações de natureza contratual. Não existe nenhum passivo contingente desta natureza que mereça divulgação.

28. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Provisões técnicas", detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Provisões técnicas - Ramo vida		
De seguro directo		
Provisão matemática	-	25.239
Provisão para sinistros	-	302
Provisão para participação nos resultados	-	3
	<u>-</u>	<u>25.544</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 a totalidade dos saldos nesta rubrica era proveniente da Finibanco Vida que deixou de fazer parte do perímetro de consolidação em 2009 (Nota 2.2.).

29. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 da rubrica "Passivos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2009	31-12-2008
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	136	260
Outros	50	-
	<u>186</u>	<u>260</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

30. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 da rubrica "Passivos por impostos diferidos" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2009		31-12-2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias				
Activos tangíveis	150	1.070	153	1.086
Instrumentos financeiros	2	2	4	3
Activos não correntes disponíveis para venda	47	2	61	2
Reavaliações legais de imobilizado	-	85	-	89
Provisões, activos e passivos contingentes	-	538	-	640
Propriedades de investimento	-	2.977	-	5.222
	<u>199</u>	<u>4.674</u>	<u>218</u>	<u>7.042</u>
Impostos diferidos líquidos		<u><u>4.475</u></u>		<u><u>6.824</u></u>

31. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Outros passivos subordinados" tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Dívida emitida subordinada		
Obrigações	26.011	26.011
Juros a pagar de dívida emitida subordinada		
Obrigações	<u>61</u>	<u>47</u>
	<u><u>26.072</u></u>	<u><u>26.058</u></u>

O detalhe da rubrica "Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
Emitida em anos anteriores			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Garantido 05/13"	410	A	9 de Maio de 2013
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Seguro 05/15"	238	B	9 de Junho de 2015
Aqua SME1 Class B units	15.000	C	Ver nota 51
Obrigações de caixa subordinadas "FNB 08/18"	10.363	D	9 de Dezembro de 2018 p/ 1ª série 16 de Dezembro de 2018 p/ 2ª série
	<u><u>26.011</u></u>		

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- A - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%, \text{ onde}$$

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- B - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%, \text{ onde}$$

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

C - Taxa de juro: Euribor 1 mês + 0,1%

D - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2º ao 10º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

Por Euribor 6 meses entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários denominados em Euros, oferecidos na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de 1ª linha, cotados na base actual/360, e divulgada na página EURIBOR01 da Reuters.

Será fixada para efeitos de cálculo a taxa Euribor de 6 meses, fixada 2 dias úteis antes da data de início de cada período de contagem de juros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

32. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Outros passivos subordinados" tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Credores por seguro directo e resseguro	-	145
	-	145
Outros credores		
Credores e outros recursos		
Recursos diversos	2.426	3.446
Sector público administrativo	7.516	6.687
Cobranças por conta de terceiros	39	37
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar	9	9
Contribuições para outros sistemas de saúde	220	203
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	101	97
Credores por fornecimento de bens	5.774	6.200
Outros credores	9.594	5.885
	25.679	22.564
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 53)	-	1.915
Encargos a pagar		
Outros juros e encargos similares	248	138
Outros encargos a pagar		
Prémio de antiguidade	4.198	2.036
Outros	10.142	11.969
	14.588	14.143
Receitas com rendimento diferido		
Outros receitas com rendimento diferido	7.733	6.887
Outras contas de regularização	4.870	1.179
	52.870	46.688
	52.870	46.833

A rubrica "Sector público administrativo" inclui m.Euros 819 de IVA e m.Euros 3.473 de retenções na fonte de impostos, os quais foram pagos ao estado nos prazos legais (m.Euros 1.197 e m.Euros 4.840 respectivamente em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica "Credores por fornecimentos de bens" refere-se a compras de bens e serviços no âmbito da actividade corrente do grupo, a aguardar liquidação.

A rubrica "Credores diversos - outros credores" inclui m.Euros 74 de sinais recebidos em contratos de promessa de compra e venda e m.Euros 2.491 relativos a contratos de vendas a crédito (m.Euros 1.383 e m.Euros 2.090 respectivamente em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica "Encargos a pagar outros" inclui m.Euros 8.186 relativos a estimativas para férias e subsídio de férias a pagar em 2009 (m.Euros 7.569 em 31 de Dezembro de 2008).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A rubrica " Outras receitas com rendimento diferido" inclui m.Euros 6.263 de comissões recebidas, as quais estão a ser objecto de linearização (m.Euros 5.630 em 31 de Dezembro de 2008).

33. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital subscrito da APCL Financeira ascende a m.Euros 100.000 e encontra-se integralmente realizado.

A APCL Financeira não detinha em 31 de Dezembro de 2009 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

34. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009, os Interesses Minoritários desdobram-se como segue:

Descrição	FNB Angola	Lestinvest	Holding Consolidado	VIC SGPS Consolidado	Saf	Total 2009
Capitais próprios	10.011	19.403	210.460	81.144	4.087	325.105
% Interesses minoritários	38,726%	78,05%	41,97%	28,47%	2,25%	
Interesses minoritários sobre os capitais próprios sem resultado do exercício (a)	3.877	15.144	88.330	23.102	92	130.545
Resultado do exercício	5.320	(6.208)	9.462	9.951	(338)	18.187
Interesses minoritários nos resultados do exercício (b)	2.060	(4.845)	3.971	2.833	(8)	4.011
Total de Interesses minoritários (a) + (b)	5.937	10.299	92.301	25.935	84	134.556

Em 31 de Dezembro de 2008, os Interesses Minoritários desdobram-se como segue:

Descrição	FNB Angola	Lestinvest	Holding Consolidado	VIC SGPS Consolidado	Saf	Total 2008
Capitais próprios	7.074	20.000	186.007	117.144	4.070	334.295
% Interesses minoritários	39,00%	78,79%	32,92%	28,47%	2,25%	
Interesses minoritários sobre os capitais próprios sem resultado do exercício (a)	2.759	15.758	61.234	33.351	92	113.194
Resultado do exercício	(1.352)	(596)	(57.545)	(41.038)	(128)	(100.659)
Interesses minoritários nos resultados do exercício (b)	(527)	(470)	(18.944)	(11.684)	(3)	(31.628)
Total de Interesses minoritários (a) + (b)	2.232	15.288	42.290	21.667	89	81.566

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

35. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades	703	2.316
Aplicações em instituições de crédito	10.970	16.188
Crédito a clientes	116.801	159.387
Crédito vencido	5.340	6.873
Outros activos financeiros		
Activos detidos para negociação	8.163	16.701
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (fair value option)	48	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6.364	1.476
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	25.061	19.615
Derivados de cobertura	-	0
Devedores e outras aplicações	2.901	1.885
Outros juros e rendimentos similares	250	111
Comissões recebidas no crédito a clientes	10.109	8.271
	186.710	232.823
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de bancos centrais	1.135	47
Recursos de outras instituições de crédito	4.736	8.687
Recursos de clientes	68.137	90.433
Juros de empréstimos	281	893
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	10.269	15.343
Passivos financeiros de negociação	5.968	19.721
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	3.122	15
Passivos subordinados	3.679	6.907
Outros juros e encargos similares	127	264
Comissões pagas no crédito a clientes	4.504	6.494
	101.958	148.804
Rendimentos provenientes de :		
Activos financeiros disponíveis para venda	162	2.361
Outros instrumentos de capital	1.844	4.089
	2.006	6.450
	86.758	90.469

A rubrica "Outros juros e rendimentos similares" incluem m.Euros 9.650 de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Grupo é locador (m.Euros 15.386 em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica "Outros juros e encargos" similares incluem m.Euros 0,2 de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Grupo é locatário (m.Euros 4 em 31 de Dezembro de 2008).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

36. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Rendimentos de serviços e comissões por :		
Garantidas prestadas	2.235	2.159
Compromissos assumidos perante terceiros	539	124
Operações sobre instrumentos financeiros	205	792
Serviços prestados	12.677	14.546
Operações realizadas por conta de terceiros	691	650
Outras comissões recebidas	9.494	9.068
	25.841	27.339
Encargos com serviços e comissões por :		
Garantidas prestadas	4	11
Compromissos assumidos perante terceiros	-	1
Serviços bancários prestados por terceiros	3.091	2.203
Operações realizadas por terceiros	387	461
Outras comissões pagas	3.243	3.400
	6.725	6.076
	19.116	21.263

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	27.349	8.199
Instrumentos derivados	17.324	31.649
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	590	-
Activos financeiros designados ao justo valor (fair value option)		
Operações passivas		
Outras	5.378	14.026
	50.641	53.874
Perdas em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	10.259	26.924
Instrumentos derivados	11.621	37.947
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	5.143	-
Activos financeiros designados ao justo valor (fair value option)		
Operações passivas		
Outras	13.405	14.847
	40.428	79.718
	10.213	(25.844)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	8.853	22.587
Perdas em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	62	13.289
	8.791	9.298

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Resultados de alienação de outros activos" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos na alienação de:		
Crédito a clientes	-	11.000
Ganhos em investimentos em filiais excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos		
Investimentos em filiais	19.216	-
Investimentos em associadas	2.208	-
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	297	3.213
Outros activos tangíveis	335	221
	22.056	14.434
Perdas na alienação de :		
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	2.828	3
Outros activos tangíveis	83	70
	2.911	73
	19.145	14.361

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

40. PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Prémios líquidos de resseguro”, detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Prémios de seguro directo vida		
Prémios processados	-	15.599
Prémios anulados	-	(114)
Prémios estomados	-	(419)
Apólices e actas adicionais	-	24
Prémios de resseguro cedido		
De seguro directo vida		
Prémios	-	(891)
	<u>-</u>	<u>14.199</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 a totalidade dos saldos nesta rubrica era proveniente da Finibanco Vida que deixou de fazer parte do perímetro de consolidação em 2009 (Nota 2.2.).

41. CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Custos com sinistros líquidos de resseguro”, detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Custos com sinistros de seguro directo vida		
Montantes pagos	-	1.710
Variação da provisão para sinistros	-	297
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros vida		
De seguro directo vida		
Nos montantes pagos	-	(200)
Na variação da provisão para sinistros	-	(99)
	<u>-</u>	<u>1.708</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 a totalidade dos saldos nesta rubrica era proveniente da Finibanco Vida que deixou de fazer parte do perímetro de consolidação em 2009 (Nota 2.2.).

42. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro”, detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Variação das outras provisões técnicas		
Variação da provisão para sinistros		
De seguro directo vida		
Provisão matemática	-	10.638
Participação nos resultados		
Participação nos resultados atribuída	-	81
	<u>-</u>	<u>10.719</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 a totalidade dos saldos nesta rubrica era proveniente da Finibanco Vida que deixou de fazer parte do perímetro de consolidação em 2009 (Nota 2.2.).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

43. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Outros resultados de exploração" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em :		
Outros ganhos em operações financeiras		
Operações activas		
Outros	-	3
Rendas de locação operacional	9	278
Ganhos em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	279	866
Outras propriedades de investimento	516	1.309
Outros activos tangíveis	330	748
Outros activos não financeiros	848	120
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	12.113	13.757
Prestação de serviços diversos	6.176	6.830
Outros	3.831	2.535
	<u>24.102</u>	<u>26.446</u>
Perdas em :		
Outros perdas em operações financeiras		
Operações activas		
Outros	2	31
Outros impostos	745	1.255
	400	
Quotizações e donativos	181	243
Contribuições para o FGD e FGCAM	560	464
Perdas em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	1.085	1.188
Propriedades de Investimento	377	
Outros activos tangíveis	701	734
Outros activos não financeiros	119	145
Outros encargos e gastos operacionais	1.899	2.041
	<u>6.069</u>	<u>6.101</u>
	<u>18.033</u>	<u>20.345</u>

O saldo da rubrica "Rendas de locação operacional" refere-se a proveitos provenientes de locação operacional na óptica do locador.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

44. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Custos com o pessoal” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização (Nota 56)	3.034	2.583
De empregados	44.387	44.953
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	8.079	7.837
Fundo de pensões (Nota 55 alínea g)		
Benefícios de reforma	5184	4.431
SAMS	383	330
Subsídio de morte	201	177
Outros	228	604
Outros custos com o pessoal		
Indemnizações contratuais	105	156
Transferências de pessoal	20	49
Outros custos com o pessoal	1.951	772
	63.572	61.892

O desdobramento do valor afecto ao fundo de pensões é apresentado na Nota 55.

Em 31 de Dezembro de 2009, o número médio de efectivos do Grupo APCL, por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2009	31-12-2008
Administração	10	9
Direcção	104	89
Chefia	308	283
Técnicos	415	410
Administrativos	555	490
Outros	45	42
	1.437	1.323

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

45. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Com fornecimentos :		
Água, energia e combustíveis	1.888	2.407
Material de consumo corrente	1.103	1.370
Publicações	26	55
Material de higiene e limpeza	35	51
Outros fornecimentos de terceiros	118	190
	<u>3.170</u>	<u>4.073</u>
Com serviços :		
Rendas e alugueres	8.571	9.092
Comunicações	4.381	3.968
Deslocações, estadas e representação	1.547	1.519
Publicidade e edição de publicações	3.722	2.509
Conservação e reparação	1.385	2.319
Transportes	336	388
Formação de pessoal	197	132
Seguros	876	720
Serviços especializados	12.577	13.567
Outros serviços de terceiros	3.644	5.068
	<u>37.236</u>	<u>39.282</u>
	<u>40.406</u>	<u>43.355</u>

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui locação operacional de imóveis no valor de m.Euros 5.273 onde o Grupo tem instaladas parte das suas agências e serviços centrais (m.Euros 4.956 em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui locação operacional de equipamento informático e de transmissão no valor de m.Euros 2.323 (m.Euros 1.559 em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui ainda locação operacional de viaturas de serviço próprio no valor de m.Euros 340 (m.Euros 139 em 31 de Dezembro de 2008).

A duração dos contratos de locação operacional é a seguinte:

Para imóveis 1 ano renovável.
 Para equipamento informático 60 meses.
 Para equipamento de transmissão 35 meses.
 Para viaturas 48 meses.

Quanto à forma de actualização das rendas de locação operacional temos o seguinte:

Locação operacional de imóveis, actualização à taxa legal
 Locação operacional de equipamento informático, taxas fixas
 Locação operacional de equipamento de transmissão, taxas fixas.
 Locação operacional de viaturas, taxas fixas.

Os pagamentos mínimos futuros associados a contratos de locação operacional não canceláveis são os seguintes:

Equipamento informático

	31-12-2009	31-12-2008
Pagamentos até 1 ano	151	33
Pagamentos entre 1 e 5 anos	529	-
Pagamentos à mais de 5 anos	-	-
	680	33

Equipamento de transmissão

	31-12-2009	31-12-2008
Pagamentos até 1 ano	724	-
Pagamentos entre 1 e 5 anos	845	-
Pagamentos à mais de 5 anos	-	-
	1.569	-

Viaturas

	31-12-2009	31-12-2008
Pagamentos até 1 ano	685	-
Pagamentos entre 1 e 5 anos	1.910	-
Pagamentos à mais de 5 anos	-	-
	2.595	-

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

46. IMPARIDADE

O detalhe da rubrica "Imparidade", em 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009, era como a seguir se mostra.

Imparidade	Saldo 31-12-2008	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Outras	Saldo 31-12-2009
<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u> (Nota 7)	<u>54.488</u>	<u>1.081</u>	<u>(51.894)</u>	<u>-</u>	<u>(800)</u>	<u>2.875</u>
<u>Crédito de cobrança duvidosa</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	34.109	46.033	(1.724)	(22.474)	(82)	55.862
Activos titularizados não desreconhecidos	3.543	3.850	-	(824)	-	6.569
	<u>37.652</u>	<u>49.883</u>	<u>(1.724)</u>	<u>(23.298)</u>	<u>(82)</u>	<u>62.431</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	40.343	45.447	(18.322)	(12.562)	-	54.906
Activos titularizados não desreconhecidos	425	2.052	-	(87)	-	2.390
Outros créditos e valores a receber (titulados)	110	-	-	-	-	110
	<u>40.878</u>	<u>47.499</u>	<u>(18.322)</u>	<u>(12.649)</u>	<u>-</u>	<u>57.406</u>
(Nota 9)	<u>78.530</u>	<u>97.382</u>	<u>(20.046)</u>	<u>(35.947)</u>	<u>(82)</u>	<u>119.837</u>
<u>Devedores e outras aplicações</u> (Nota 19)	<u>900</u>	<u>110</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>1.007</u>
<u>Investimentos em filiais excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos</u> (Nota 15)	<u>341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>341</u>
	<u>134.259</u>	<u>98.573</u>	<u>(71.940)</u>	<u>(35.950)</u>	<u>(882)</u>	<u>124.060</u>

O valor das utilizações corresponde a créditos abatidos ao activo.

A demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações" inclui o saldo da conta "Recuperações de crédito, juros e despesas" no valor de m.Euros 13.300.

Na coluna "Outras" está incluído o montante de m.Euros 821 relativo à saída da imparidade existente em 31 de Dezembro de 2008 na filial Finibanco Vida.

A APCL Financeira não realizou o teste de imparidade à valorização dos seus activos por entender que a situação de turbulência vivida nos mercados de capitais desde Setembro de 2008 retiraria validade aos possíveis critérios de avaliação a investimentos de longo prazo.

Por outro lado, a cotação em Bolsa do seu principal investimento indirecto na Finibanco Holding poderá não constituir um indicio suficientemente forte para a avaliação dessa participação, dada a reduzida liquidez em Bolsa e a ausência de prémio de controlo nessas transacções."

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

47. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2009 e 2008 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2009	31-12-2008
Imposto corrente :		
1. Resultado antes de impostos	15.426	(36.981)
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama) (*)	30,88%	0,00%
3. Carga fiscal normal (1*2)	4.764	0
4. Variações patrimoniais positivas	3.479	-
5. Variações patrimoniais negativas	(3.684)	(5.943)
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
6.1. Reintegrações não aceites	51	57
6.2. Provisões não dedutíveis	7.255	6.727
6.3. Mais valias fiscais	501	409
6.4. Menos valias contabilísticas	-	1.394
6.5. Derivados	-	-
6.6. Imputação de lucros de sociedades não residentes	-	-
6.7. Encargos financeiros com a aquisição de participações	3.072	7.180
6.8. Imparidade de títulos disponíveis para venda	1.686	48.397
6.9. Outros custos não dedutíveis	8.425	18.424
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
7.1. Redução de provisões não tributadas	(7.140)	(6.081)
7.2. Menos valias fiscais	-	(1.394)
7.3. Benefícios fiscais	(2.378)	(2.123)
7.4. Derivados	-	-
7.5. Excesso de estimativa de impostos	(330)	(124)
7.6. Rendimentos nos termos do artigo 46º	(7.406)	(31.223)
7.7. Outros proveitos não tributados	(21.626)	(7.670)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	(434)	16
9. Prejuízos fiscais reportáveis	(4.016)	-
10. Lucro tributável (1+4+5+6+7-8+9)	(6.251)	(8.967)
11. Imposto antes da tributação autónoma	3.688	2.208
12. Dupla tributação internacional	-	-
13. Tributações autónomas	362	318
14. Imposto total (11+12+13)	4.050	2.526
15. Taxa efectiva (14/1)	26,26%	-

(*) Taxa média do Grupo

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Quando haja lugar a prejuízos fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), o período a considerar é de seis anos.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

48. RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO LUCRO/(PREJUÍZO) CONSOLIDADO

A formação do lucro/(prejuízo) consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, pode ser resumida como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Subconsolidação do grupo Finibanco Holding		
Lucro/(prejuízo) das empresas filiais, consolidadas pelo método de integração global		
Finibanco Holding SGPS	14.466	(53.261)
Finibanco SA	(9.902)	871
Finicrédito SA	681	815
Finivalor SA	2.444	2.977
Finimóveis SA	170	(139)
Finibanco International Luxemburg	-	11
Finibanco Angola SA	5.320	(1.352)
Finisegur SA	219	256
Finibanco Vida	-	(181)
Lestinvest SA	(6.208)	(595)
Sub total	7.190	(50.598)
Apropriação de resultados pela equivalência patrimonial		
Prio SGPS SA	-	(207)
Finibanco Vida	1.521	
Dividendos recebidos de filiais	(3.605)	(7.310)
Interesses minoritários		
Finibanco Angola SA	(2.060)	527
Lestinvest SA	4.845	470
Sub total	701	997
Outros ajustamentos de consolidação	1.571	(427)
Lucro/(Prejuízo) na subconsolidação do Finibanco Holding	9.462	(57.545)
Subconsolidação do grupo VIC SGPS SA		
Lucro/(prejuízo) das empresas filiais, consolidadas pelo método de integração global		
VIC SGPS SA	3.852	11.400
VIC Beteiligungs (Austria)	(7)	(6)
Lameira	1.538	512
Sogibraga	8	7
Sogiporto	(138)	(821)
Saf	(338)	(129)
Finibanco Holding Consolidado	9.462	(57.545)
Sub Total	14.377	(46.582)
Apropriação de resultados pela equivalência patrimonial		
Sogileça	31	(12)
Estia	(921)	(546)
Sub total	(890)	(558)
Dividendos recebidos de filiais		(17.668)
Interesses minoritários		
Saf	8	3
Finibanco Holding Consolidado	(3.971)	18.943
Sub total	(3.963)	18.946
Outros ajustamentos de consolidação	427	4.824
Lucro/(Prejuízo) na subconsolidação da VIC SGPS SA	9.951	(41.038)
Consolidação do grupo APCL SGPS SA		
Lucro/(prejuízo) das empresas filiais, consolidadas pelo método de integração global		
APCL	(303)	(78)
VIC SGPS Consolidado	9.951	(41.038)
Sub total	9.648	(41.116)
Dividendos recebidos de filiais	-	-
Interesses minoritários		
VIC SGPS Consolidado	(2.833)	11.684
Outros ajustamentos de consolidação	(236)	236
Lucro/(Prejuízo) consolidado	6.579	(29.196)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

49. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :		
Garantias pessoais/institucionais	106.638	110.908
Garantias reais (activos dados em garantia)	284.712	214.566
	<u>391.350</u>	<u>325.474</u>
Garantias recebidas :		
Garantias pessoais/institucionais	1.874.748	2.046.800
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.593.244	1.465.458
	<u>3.467.992</u>	<u>3.512.258</u>
Compromissos perante terceiros :		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas crédito irrevogáveis	126.029	170.424
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para FGD	2.428	2.366
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	552	563
Outros compromissos irrevogáveis	-	-
Compromissos revogáveis	327.512	234.893
	<u>456.521</u>	<u>408.246</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados :		
Operações cambiais à vista	9.685	20.465
Instrumentos de negociação	383.413	548.302
Instrumentos de cobertura	831.766	814.210
	<u>1.224.864</u>	<u>1.382.977</u>
Responsabilidades por prestação de serviços :		
Depósito e guarda de valores	2.097.300	1.058.041
De cobrança de valores	59.872	71.337
Valores administrados pela instituição	80.650	555.723
	<u>2.237.822</u>	<u>1.685.101</u>
Serviços prestados por terceiros :		
Por depósito e guarda de valores	1.050.092	709.565
Por cobrança de valores	40.925	52.636
	<u>1.091.017</u>	<u>762.201</u>
Outras contas extrapatrimoniais :		
Consignações	17	23
Créditos abatidos ao activo	188.901	163.607
Juros vencidos	9.846	6.564
Despesas de crédito vencido	7.359	6.297
Contratos com recurso - facturas não financiadas	20.150	3.082
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	204.590	249.091
Obrigações de caixa emitidas	164.682	164.682
Crédito renegociado	42.913	19.835
Provisões acumuladas para crédito renegociado	1.689	1.405
Activos obtidos em operações de titularização	1.331	1.141
Outras	154.697	45.861
	<u>796.175</u>	<u>661.588</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

50. BALANÇO DE MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante global dos elementos do activo e passivo do Grupo expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

Activos		Passivos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16.069	Recursos de outras instituições de crédito	6.134
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.655	Recursos de clientes e outros empréstimos	65.618
Activos financeiros detidos para negociação	5	Provisões	22
Activos financeiros disponíveis para venda	16.077	Outros passivos	14.193
Aplicações em instituições de crédito	2.822	Capital	10.419
Crédito a clientes	36.936	Reservas de reavaliação	(847)
Investimentos detidos até à maturidade	10	Outras reservas e resultados transitados	(581)
Outros activos tangíveis	1.805	Resultado do exercício	5.236
Activos intangíveis	831		
Activos por impostos diferidos	6		
Outros activos	20.978		
	100.194		100.194

51. RELATO POR SEGMENTO

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2009 é apresentada no Anexo VI.

O Grupo Finibanco desenvolve a sua actividade principal na Banca de Retalho e no território nacional. Esta segmentação foi efectuada tendo em conta a divisão das actividades para efeitos de gestão.

Em 2008 o Grupo Finibanco iniciou a sua actividade no mercado internacional, designadamente em Angola, apresentando-se no Anexo V a segmentação por mercados geográficos.

Actividade dos segmentos de negócio

Actividade de Retalho focaliza-se na actividade dos clientes particulares e pequenas empresas, cujo volume de negócio seja inferior a m.Euros 2.500 e um envolvimento inferior a m.Euros 1.000, conforme modelo de segmentação definido pelo Grupo Finibanco. A Actividade de Retalho realiza um conjunto de operações comerciais, nomeadamente a captação de recursos, concessão de empréstimos e garantias, seguros e prestação de serviços bancários. Este segmento de negócio é apoiada por uma rede multicanal que inclui balcões, promotores de negócio, banca telefónica e serviço homebanking.

A Actividade de retalho é desenvolvida pelo Finibanco, SA, pela Finicrédito, pelo Finibanco Angola, pela Finisegur e pela Finibanco Vida.

Banca Comercial focaliza-se na actividade das empresas, cujo volume de negócio seja superior a m.Euros 2.500 e um envolvimento superior a m.Euros 1.000, conforme modelo de segmentação definida pelo Grupo Finibanco. A Banca comercial realiza um conjunto de operações comerciais, nomeadamente a captação de recursos, concessão de empréstimos e garantias, seguros e prestação de serviços bancários. Este segmento de negócio é apoiada pelos centros de empresas, rede de balcões e serviço homebanking.

A Banca comercial é desenvolvida apenas pelo Finibanco, SA.

Corporate Finance desenvolve a actividade no mercado de capitais, nomeadamente, na montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e prestação de serviços, sendo desenvolvida pelo Finibanco, SA.

Trade & Sales focaliza-se na actividade da banca de investimento, nomeadamente, no trading da carteira de negociação e disponíveis para venda, actividade cambial, gestão financeira do Grupo e relacionamento com Institucionais conduzida pela Direcção Financeira do Finibanco.

Corretagem (Retalho) engloba a actividade de corretagem dos clientes, apoiada pela rede de balcões e pelo serviço de corretagem on-line. Este segmento de negócio é desenvolvido apenas no Finibanco, SA.

Pagamentos e liquidações incorpora a actividade de transferências e meios de pagamento, assegurada pela rede de balcões, POS e ATMs. Esta actividade é desenvolvida apenas no Finibanco, SA.

Custódia engloba o serviço de custódia de títulos dos clientes e das carteiras de fundos de investimento assegurada por estrutura própria no Finibanco, SA.

Gestão de activos está centrada na actividade da gestão de fundos de investimento e da gestão de patrimónios assegurada pela Finivalor.

Outros inclui a gestão de participações financeiras assegurada pelo Finibanco Holding, SGPS e actividades não integradas nos segmentos anteriores.

Segmentos geográficos

O segmento geográfico é baseado na localização da actividade desenvolvida pelos segmentos de negócio, dividindo-se em dois segmentos:

Actividade Nacional desenvolvida no território de Portugal pelas empresas do grupo Finibanco;

Actividade Internacional desenvolvida fora do território de Portugal pelo Finibanco Angola.

Os valores afectos a cada segmento de negócio ou geográfico resultam da agregação das empresas integrantes do perímetro de consolidação. Os proveitos e custos apurados para cada um dos segmentos têm subjacentes os valores contabilizados directamente nos segmentos respectivos e a afectação resultante de modelos internos.

Os valores resultantes de afectação por modelos internos são essencialmente os custos de estrutura que estão associados a vários segmentos de negócio. A sua repartição tem como base um conjunto de pressupostos definidos internamente e estão relacionados com volume de negócio de cada segmento.

Os preços de transferência entre empresas e segmentos são similares aos praticados com entidades externas.

Os impostos são geridos numa lógica de cada uma das empresas integrantes do perímetro de consolidação, não sendo alocados a cada um dos segmentos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

52. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No seguinte quadro apresenta-se uma análise dos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

31-12-2009	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
	Cotação em Bolsa	Técnica de valorização	NAV*		
Activos					
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	51.589	-	-	51.589
Activos financeiros detidos para negociação	3.713	3.016	463	-	7.192
Activos financeiros detidos para venda	16.937	-	11.128	20.996	49.061
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	21.656	-	-	21.656
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	144.004	-	-	144.004

31-12-2008	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
	Cotação em Bolsa	Técnica de valorização	NAV*		
Activos					
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	37.048	-	-	37.048
Activos financeiros detidos para negociação	3.874	4.698	891	-	9.463
Activos financeiros detidos para venda	75.267	-	9.591	16.897	101.755
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	29.975	-	-	29.975
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	150.813	-	-	150.813

* NAV - Net Assets Value

De acordo com as alterações na IFRS 7 as fontes de pressupostos utilizados na determinação do justo valor utilizam os seguintes níveis de hierarquia:

Nível 1 – Cotações nos mercados activos

Nível 2 – Inputs directos ou indirectos observáveis de dados de mercado

Nível 3 – Inputs que não sejam baseados em dados de mercado observáveis

Contudo, a valorização ao justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.5. do anexo às demonstrações financeiras de acordo com a IAS 39.

Os activos financeiros valorizados ao justo valor classificados no nível 3 são valorizações referentes a *Hedge Funds*.

Para os instrumentos considerados na coluna ao custo de aquisição não foi possível determinar valorizações fiáveis.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Para a determinação do justo valor dos Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados foram obtidas avaliações de entidades externas certificadas para o efeito.

As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros.

O desconto dos cash-flows futuros baseia-se na curva de cupão zero que não é mais que uma estimativa da Estrutura Temporal de Taxas de Juros.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva de taxa de juro designada de cupão zero com referência a 31 de Dezembro de 2009, para o Euro são as seguintes:

Prazo	Taxa	Prazo	Taxa
3 meses	0,639%	6 anos	3,038%
6 meses	0,905%	7 anos	3,223%
9 meses	1,127%	8 anos	3,383%
1 ano	1,315%	9 anos	3,519%
2 anos	1,872%	10 anos	3,636%
3 anos	2,261%	15 anos	3,993%
4 anos	2,567%	20 anos	4,099%
5 anos	2,822%	30 anos	3,961%

A essa curva é adicionado um "spread" considerado adequado às características de cada emissão e os indicadores observáveis no mercado.

Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull & White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

53. GESTÃO DO RISCO

Sendo que a cada Participada cumpre fazer a gestão individualizada dos Riscos que lhe são inerentes, ao Finibanco-Holding compete assegurar a sua gestão integrada, de forma a garantir a completa adequação dos níveis de tolerância ao risco, pré-definidos ao nível do Grupo.

Nestes termos, o Conselho de Administração do Finibanco-Holding produziu documentação a recomendar aos Conselhos de Administração das Empresas do Grupo a gestão criteriosa dos riscos que lhes incumbe gerir e o cumprimento integral dos limites prudenciais de exposição aos diferentes riscos, a nível individual e consolidado, estabelecidos pelo Banco de Portugal, bem como os limites definidos internamente.

Os limites internos são definidos por empresa e são estabelecidos em termos nominais, bem como em alocação percentual de fundos próprios.

Em documento intitulado "Gestão de Risco no Grupo", divulgado a todas as Participadas, é feita referência à estrutura, objectivos, políticas e estratégias para a gestão dos riscos, bem como as unidades de medida e o reporte a utilizar.

O conhecimento, em profundidade, dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

O Conselho de Administração aprovou, no final do ano de 2008, uma estrutura e estratégia corporativa para as funções de compliance, controlo de riscos e auditoria interna, a qual assentou na identificação de princípios e linhas orientadoras, para dar a resposta às necessidades do Grupo face aos requisitos impostos pelo Aviso n.º 5/2008, de 25 de Junho, do Banco de Portugal.

Os princípios orientadores que serviram de base à estratégia corporativa aprovada foram os seguintes:

- Vantagens ao nível do desenvolvimento de uma cultura de controlo interno e partilha de responsabilidades na sistematização do modelo;
- Apoio de diversas correntes conceptuais do mercado, que apontam os três domínios – Controlo de Riscos, Compliance (e Controlo Interno) e Auditoria Interna – como tendo ligações operacionais e estratégicas suficientemente fortes para aumentar os níveis de eficiência através de uma gestão integrada;
- Questões de proporcionalidade e dimensionamento de aplicação do modelo – estender a visão global de controlo interno e gestão de riscos pelas várias entidades, processos e direcções através de funções corporativas;

Esta estrutura corporativa permitirá que as entidades pertencentes ao mesmo grupo financeiro estabeleçam serviços comuns para o desenvolvimento das tarefas associadas às funções requeridas, numa óptica de prestação interna de serviços, o que permite munir o órgão de administração e a alta direcção de informação relevante em termos regulamentares e de gestão.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e, pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciados em documento próprio emanado do Conselho de Administração e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rentabilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o rating, o produto, as garantias/colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjectivos e objectivos.

Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.

O Finibanco desenvolveu um novo modelo de notação de risco empresas que introduz, além das componentes quantitativa e qualitativa, a componente comportamental, já submetida a avaliação e aprovada por entidade independente.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de Credit Scoring, com módulos específicos para cada tipo de crédito.

Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de Credit Scoring é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento "Regulamento Geral de Pricing", estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como a delegação de competências para a respectiva aprovação. Como base do processo de decisão, é utilizado um sistema de pricing e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito, está no âmbito do Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo. No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades pretende identificar antecipadamente clientes com elevada probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades pretende tipificar, atempadamente, o nível de gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação.

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se ainda à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, de forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com utilização da metodologia RAROC, é apurada a rentabilidade de cada portfolio em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento, verificados os prazos limite de permanência nesta condição no âmbito das Direcções Comerciais, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Contencioso, órgãos que empreendem todas as acções necessárias à recuperação do crédito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Exposição em Risco

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

	Mil €	
Exposição total a risco de crédito	31-12-2009	31-12-2008
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76.478	77.585
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.628	66.898
Activos financeiros detidos para negociação	3.016	4.698
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10.354	0
Activos financeiros disponíveis para venda	39.840	58.310
Aplicações em instituições de crédito	97.051	25.570
Crédito a clientes	2.434.476	2.449.322
Outros activos	56.831	25.211
Sub-total	2.778.675	2.707.504
Passivos contingentes	106.638	110.908
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	126.029	170.424
Sub-total	232.666	281.332
Total	3.011.341	2.988.836

Concentração de Risco – Sectorial

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso (portfolio líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

	Mil €			
Concentração risco de crédito por desembolso e assinatura	31-12-2009		31-12-2008	
	Exposição máxima		Exposição máxima	
Sector de actividade	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Agricultura, Silvicultura e Pescas	15.812	8.528	27.189	15.424
Alimentação, Bebidas e Tabaco	37.312	25.154	28.850	22.828
Comércio, Restaurantes e Hotéis	378.245	249.864	378.314	285.169
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	541.469	261.430	391.014	190.249
Electricidade, Água e Gás	596	591	1.093	1.093
ENIS	38.919	23.551	35.206	23.496
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	25.727	13.167	25.400	17.318
Indústria Química e Actividades Conexas	26.769	21.729	29.117	24.707
Indústrias Extractivas	15.303	8.611	13.540	6.543
Actividades SGPS, Intermediação Financeira e Seguros	57.599	42.030	88.552	76.011
Madeira, Cortiça e Papel	35.905	27.013	44.190	37.297
Metalúrgicas de Base	6.109	5.288	6.086	4.662
Outros	71.136	71.068	43.674	43.021
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	12.000	6.519	12.707	6.879
Particulares	863.175	363.873	897.571	411.175
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	72.851	52.161	74.754	53.057
Produtos Minerais não Metálicos	19.655	13.055	22.839	14.674
Serviços	139.989	78.877	123.407	70.504
Têxteis, Vestuário e Calçado	43.684	27.624	43.744	30.614
Transportes e Actividades Conexas	22.963	13.080	25.015	14.071
Sub-total	2.428.320	1.818.128	2.484.792	1.824.417
Passivos contingentes	106.638	94.282	110.908	85.592
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	126.029	110.431	170.424	141.903
Sub-total	232.666	204.714	281.332	227.495
Total ⁽¹⁾	2.660.986	2.022.842	2.766.124	2.051.912

⁽¹⁾ Excluída de proveitos a receber no total de 9,3 milhões de euros em 2009, e 14,5 milhões de euros em 2008.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

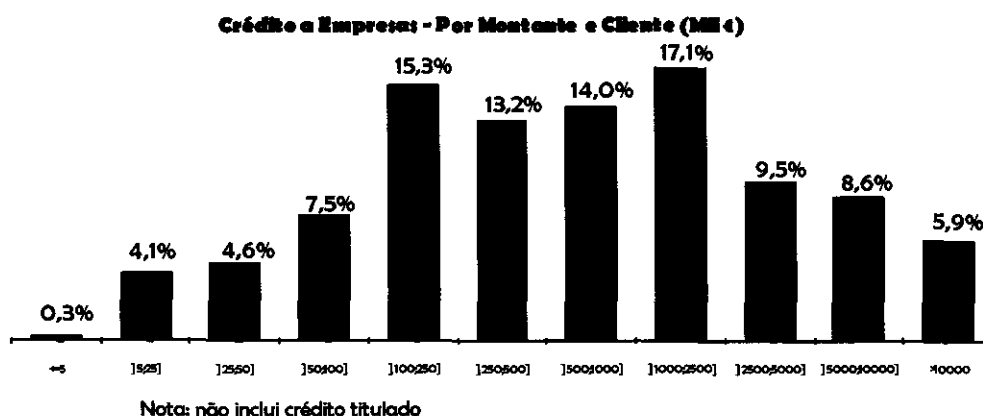
O tipo e o valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

- Hipotecas
- Penhores de instrumentos financeiros
- Penhores de bens físicos

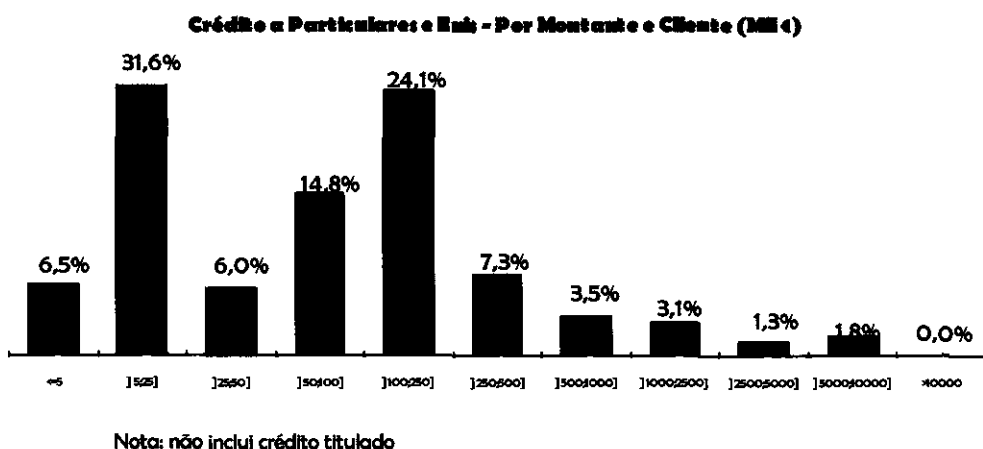
Nas diversas operações de crédito, o grupo também obtém garantias pessoais e avales, que no entanto não estão reflectidos no quadro anterior. A exposição a entidades não residentes representa menos de 1% da exposição total a risco de crédito.

Concentração de Risco – Montantes

Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.



Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil euros e 2,5 milhões de euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no portfolio de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 17,1% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 1 milhão de euros e 2,5 milhões de euros.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Nos clientes particulares, 31,6% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 5 mil euros e 25 mil euros, reflectindo a relevância do crédito ao consumo.

Em 31 de Dezembro de 2009, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte ascendia a 29,9 milhões de euros antes e depois de colaterais (27,3 milhões de euros antes de colaterais e 4,0 milhões de euros depois de colaterais, em 31 de Dezembro de 2008).

O montante de crédito a clientes desagregado por notação interna de risco é o que a seguir se indica:

	Mil €	
Crédito a clientes bruto por notação de risco ⁽¹⁾	31-12-2009	31-12-2008
A	29.182	20.441
B	109.316	140.511
C	408.664	435.712
D	573.645	538.085
E	259.891	192.677
Sem notação	204.790	206.402
Sub-total Empresas	1.585.488	1.533.829
Particulares	959.996	979.719
Total	2.545.484	2.513.548
(dos quais com indícios de imparidade individual)	66.490	31.384

⁽¹⁾ Rubrica de crédito a clientes bruto, excluída de proventos a receber no total de 9,3 milhões de euros em 2009, e 14,54 milhões de euros em 2008.

O montante de créditos renegociados relativos à Participada Finibanco, SA, desagregado por tipo de cliente em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, é como a seguir se indica:

	Mil €	
Tipo de Cliente	31-12-2009	31-12-2008
Empresas	31.430	14.929
Particulares	11.483	4.906
Total	42.913	19.835

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A desagregação do crédito vencido por antiguidade, em 31 de Dezembro de 2009, é como segue:

Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares: Consumo	Particulares: Imobiliário	Particulares: Outros	Mil €
					Total
< 3 meses	7.638	2.028	155	523	10.344
3 - 6 m	15.657	1.413	137	468	17.675
6 - 9 m	6.907	1.442	306	633	9.288
9 - 12 m	8.022	1.864	300	801	10.987
12 - 15 m	5.731	1.997	404	520	8.651
15 - 18 m	4.475	2.793	107	401	7.777
18 - 24 m	5.838	4.526	566	201	11.130
24 - 30 m	3.150	4.655	192	244	8.242
30 - 36 m	1.284	6.821	237	100	8.442
36 - 48 m	1.323	4.445	397	109	6.274
48 - 60 m	896	76	109	46	1.126
> 60 m	397	7	137	11	552
Juros vencidos a regularizar	320	76	32	69	496
Total	61.689	32.142	3.077	4.125	100.984

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascende a 17,2 milhões de euros, assim distribuídos:

Tipo de colateral	Mil €
	Montante
Hipotecas	12.900
Títulos	607
Depósitos de Clientes	167
Outros Penhores	3.563
Total	17.238

A desagregação do crédito vencido por antiguidade, em 31 de Dezembro de 2008, consta do quadro seguinte:

Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares: Consumo	Particulares: Imobiliário	Particulares: Outros	Mil €
					Total
< 3 meses	5.406	1.967	301	630	8.304
3 - 6 m	5.685	2.210	247	567	8.710
6 - 9 m	5.563	2.014	520	580	8.677
9 - 12 m	5.153	1.837	258	587	7.835
12 - 15 m	3.684	3.041	515	409	7.649
15 - 18 m	1.941	2.836	488	257	5.522
18 - 24 m	4.917	7.845	1.553	944	15.259
24 - 30 m	2.583	4.967	482	310	8.342
30 - 36 m	602	213	891	96	1.802
36 - 48 m	997	173	682	147	1.999
48 - 60 m	292	7	197	68	565
> 60 m	121	18	22	6	166
Juros vencidos a regularizar	483	159	98	36	776
Total	37.427	27.288	6.254	4.636	75.405

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascendia a 18,3 milhões de euros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Imparidade

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

O Grupo inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade, cujos montantes se encontram apresentados nos quadros seguintes.

A desagregação do crédito com indícios de imparidade individual, em 31 de Dezembro de 2009, é como a seguir se indica:

					Mil €
Crédito com indícios de imparidade individual	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Vencido < 3 meses	3.268	1	5	27	3.301
Vencido 3 - 6 m	11.280	1	4	34	11.319
Vencido 6 - 9 m	2.903	32	42	118	3.095
Vencido 9 - 12 m	3.075	11	0	202	3.288
Vencido 12 - 15 m	1.999	7	26	1	2.034
Vencido 15 - 18 m	1.040	3	0	0	1.043
Vencido 18 - 24 m	1.600	0	0	0	1.600
Vencido 24 - 30 m	521	0	0	0	522
Vencido 30 - 36 m	75	0	0	0	75
Vencido 36 - 48 m	557	0	0	0	557
Vencido 48 - 60 m	600	0	0	0	600
Vencido > 60 m	0	0	0	0	0
Juros vencidos a regularizar	6	0	0	0	6
Vencendo	31.365	1.627	1.354	5.009	39.355
Total	58.291	1.682	1.481	5.390	66.794

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A desagregação do crédito com indícios de imparidade individual, em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

Crédito com indícios de imparidade individual					Mil €
	Empresas	Particulares: Consumo	Particulares: Imobiliário	Particulares: Outros	Total
Vencido < 3 meses	1.109	0	0	12	1.121
Vencido 3 - 6 m	1.231	20	17	0	1.268
Vencido 6 - 9 m	1.443	5	28	0	1.475
Vencido 9 - 12 m	1.291	0	0	0	1.291
Vencido 12 - 15 m	372	0	0	0	372
Vencido 15 - 18 m	0	0	0	0	0
Vencido 18 - 24 m	1.077	0	0	158	1.235
Vencido 24 - 30 m	1.281	0	0	0	1.281
Vencido 30 - 36 m	0	0	0	0	0
Vencido 36 - 48 m	466	0	317	0	783
Vencido 48 - 60 m	0	0	0	0	0
Vencido > 60 m	0	0	0	0	0
Juros vencidos a regularizar	39	0	0	0	39
Vencendo	16.575	511	2.103	3.481	22.670
Total	24.888	511	2.464	3.491	31.354

Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, a fim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

Neste contexto, para efeitos da análise colectiva, o Banco procedeu à estratificação da sua carteira de crédito em segmentos homogéneos, implementando um modelo de análise de imparidade de crédito baseado na análise das frequências de incumprimento (PD-Probability of default), perdas históricas incorridas (LGD-Loss Given Default) e exposição total ao risco (EAD-Exposure at default).

Cálculo da Probabilidade de Incumprimento (PD)

O cálculo da probabilidade de incumprimento, foi efectuado tendo por base o número de contratos em incumprimento numa determinada data (normalmente um trimestre), face ao número total de contratos do grupo homogéneo de créditos. Seguidamente, esta mesma relação é anualizada e extrapolada em função do índice macroeconómico seleccionado, obtendo-se desta forma o valor da PD.

Cálculo da Perda em Caso de Incumprimento (LGD)

O cálculo da perda económica máxima esperada assentou na análise do histórico de perdas/recuperações efectivas, o qual foi agregado e atribuído a cada segmento com base na sua média histórica e utilizado no cálculo das respectivas provisões económicas.

Cálculo da exposição de risco (EAD)

Para cada segmento foi determinada a exposição total enquadrável nas suas condições (EAD), compreendendo:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- A responsabilidade patrimonial (crédito por desembolso vincendo e vencido), excluindo os créditos que foram objecto de análise individual, para os quais foram apuradas perdas por imparidade;
- A responsabilidade extrapatrimonial (valor da responsabilidade extrapatrimonial ponderada pelo respectivo credit conversion factor (CCF), utilizando-se para o efeito os indicadores do Banco de Portugal).

As perdas por imparidade atribuíveis a cada segmento foram calculadas como segue:

- Perdas por imparidade em clientes sem crédito vencido = $PD * LGD * EAD$
- Perdas por imparidade em clientes com crédito vencido = $100\% * LGD * EAD$

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais, em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios e cotações e índices).

No que respeita ao risco de cotações, diariamente são produzidos mapas com a constituição e a performance do portfolio. É também efectuado o cálculo do VaR – “Value at Risk” – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente distribuição normal de variações dos preços, avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado.

As metodologias VaR, baseando-se em dados históricos, não capturam alterações nos factores de risco, podendo portanto subestimar a probabilidade de ocorrência de movimentos bruscos e acentuados nos mercados. Assim, são também quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de stress, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados.

VaR	Dezembro de 2008 a Dezembro de 2009				Mil €
	Final	Média	Máximo	Mínimo	31-Dez-08
Risco de Cotações e Índices	308,0	2.898,7	5.584,4	308,0	5.243,6
Risco Cambial	6,5	104,0	158,8	6,5	38,3
Total	314,5	3.002,7	5.743,1	314,5	5.281,9

A evolução verificada no risco de cotações explica-se pela redução dos montantes em carteira, resultado do desinvestimento efectuado.

Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e no cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.

Mil €

Análise de sensibilidade
Impacto de uma variação positiva de 200 pontos base na curva de taxas de juro

31 de Dezembro de 2009	
Impacto na Situação Líquida	(26.016)
Fundos Próprios	296.120
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	(8,8%)
Impacto na Margem Financeira, a doze meses	10.578
Margem Financeira	90.158
Impacto % na Margem Financeira anual	11,7%

Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.

31 de Dezembro de 2008	
Impacto na Situação Líquida	(26.839)
Fundos Próprios	176.479
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	(15,2%)
Impacto na Margem Financeira, a doze meses	(8.681)
Margem Financeira	92.567
Impacto % na Margem Financeira anual	(9,4%)

Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.

Mil €

Sensibilidade da Situação Líquida				
<= 6 Meses	6 - 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 Anos	Total
-10.979	1.575	-10.674	-5.938	-26.016

Procede-se ainda à análise de gaps de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

Mil €

Risco Taxa de Juro - Gaps de Repricing/Vencimento						
31 de Dezembro de 2009						
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-438.348	-115.179	59.072	218.230	73.465	9.437
Gap Acumulado	-438.348	-553.526	-494.454	-276.224	-202.759	-193.322
31 de Dezembro de 2008						
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-524.936	-74.324	-26.569	149.900	161.594	10.312
Gap Acumulado	-524.936	-599.260	-625.829	-475.929	-314.335	-304.023

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado nos mercados monetários.

A responsabilidade da gestão do risco de liquidez assenta em três órgãos: o Conselho de Administração, a Comissão de Gestão de Activos e Passivos e a Direcção Financeira e Internacional.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão e planos de contingência, bem como os princípios orientadores e as recomendações emanados do Comité de Basileia.

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez e que passam fundamentalmente por:

- Valores à ordem junto do Banco Central e outras IC's
- Disponibilidade de linhas de crédito
- Carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez, onde se incluem títulos elegíveis para colateralizar operações com o Banco Central Europeu

É privilegiada a diversidade de fontes de financiamento e evitada a excessiva concentração numa contraparte. Às áreas comerciais são transmitidas com regularidade as orientações sobre quais os produtos a privilegiar, não apenas na busca do melhor combinação de produtos passivos como também nos produtos activos, de forma a potenciar futuras operações de titularização de créditos.

O Grupo continua a deter como principal fonte de financiamento da actividade recursos de clientes, apresentando um muito bom rácio de 110,2% de transformação em crédito. Com o crescimento da actividade em Angola é expectável uma melhoria deste rácio, atendendo a que a estrutura do seu balanço é muito líquida (rácio de transformação de 78,9%).

O Grupo dispõe de títulos elegíveis para colateralizar operações de cedência de liquidez no âmbito do Eurosistema, sendo que no ano de 2009 procedeu ao reforço dessa capacidade com a estruturação de uma operação de titularização de créditos ao consumo, através da Participada Finicrédito, no montante de 207 milhões de euros. No ano de 2009, esta facilidade de liquidez foi utilizada, em termos médios, em cerca de 59,6% do plafond.

Os Recursos de outras instituições de crédito diminuíram 43,1 milhões de euros relativamente ao ano anterior (-35,2%), em resultado do recurso ao financiamento junto do Eurosistema que, em 31 de Dezembro de 2009 ascendia a 190 milhões de euros (6% do activo total), com uma maturidade de contratação de 1 ano.

Resulta importante referir que no contexto atribulado de liquidez, verificado a partir do final de 2008, o Grupo Finibanco não recorreu ao mecanismo de garantia pessoal do Estado.

No que respeita a recursos alheios de médio e longo prazo, o Grupo tem vindo a recorrer à emissão de empréstimos obrigacionistas e às já referidas operações de titularização de créditos. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante emitido de obrigações ascendia a cerca de 172 milhões de euros, com maturidades entre 2011 e 2018, pelo que não haverá necessidade de renovar estas emissões no próximo ano.

A estrutura de financiamento do Grupo e a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez têm permitido ultrapassar, sem sobressaltos, as dificuldades sentidas no mercado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em Junho, realizou-se, com sucesso, um aumento de capital de 115 milhões para 175 milhões de euros, com um encaixe de 75 milhões de euros.

Na gestão de tesouraria são, também, considerados as seguintes rubricas:

	Mil €	
GAP de tesouraria	31-12-2009	31-12-2008
Caixa e outras disponibilidades	191.840	191.598
Débitos de curto prazo junto de Instituições de crédito	(35.109)	(86.667)
GAP de tesouraria I	156.731	104.931
Títulos elegíveis como colateral junto do Eurosistema	218.358	118.468
Títulos elegíveis utilizados em 31 de Dezembro	(190.000)	(60.000)
GAP de tesouraria II	185.089	163.399

Em 31 de Dezembro de 2009, o Gap de tesouraria era positivo em 185.089 mil euros, existindo ainda a possibilidade de transformar títulos em meios líquidos, junto do Banco Central Europeu, no valor de 118.468 mil euros, estando utilizados 60.000 mil euros

A distribuição dos activos e passivos por prazos de maturidade, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, apresenta-se como segue:

	Mil €				
31-12-2009	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos
Activo financeiro					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	131.212	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.628	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	7.192	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	10.000
Activos financeiros disponíveis para venda	959	1.173	19.234	9.635	9.529
Aplicações em instituições de crédito	22.735	42.700	30.130	0	0
Crédito a clientes	76.105	562.327	485.415	663.718	656.935
Total do Activo	291.640	606.200	541.972	673.353	676.464
Passivo financeiro					
Recursos de bancos centrais	0	0	190.000	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	1.000	0	33.676	127.236
Recursos de outras instituições de crédito	17.385	58.091	3.850	0	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	67.742	1.355.556	713.440	13.074	0
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	5.409	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	237.034	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	15.410	10.601
Total do Passivo	85.127	1.414.647	907.290	304.402	137.837
GAP	206.513	(808.447)	(365.318)	368.951	538.627
GAP Acumulado	206.513	(601.934)	(967.232)	(596.501)	(59.874)

	Mil €				
31-12-2008	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos
Activo financeiro					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	124.701	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	66.904	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	9.463	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	6.940	10.698	26.126	14.546
Aplicações em instituições de crédito	59	20.546	0	4.900	0
Crédito a clientes	76.012	624.705	465.378	440.084	831.765
Total	277.129	652.191	476.076	471.110	846.311
Passivo					
Recursos de bancos centrais	0	60.000	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros justo valor através de resultados	0	4.100	2.200	37.734	130.206
Recursos de outras instituições de crédito	7.808	105.163	9.123	0	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.669	1.344.897	729.660	67.784	0
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	15.271	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	237.736	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	410	25.647
Total do Passivo	45.477	1.514.160	740.983	350.995	155.853
GAP	231.651	(861.969)	(264.907)	112.115	690.458
GAP Aumentado	231.651	(830.307)	(255.235)	(763.040)	(92.582)

No caso dos Depósitos à Ordem e das Contas Correntes Cauçionadas foram utilizados os prazos comportamentais para o vencimento. As rubricas constantes, dos referidos mapas, não incluem juros e correcções de valor.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível de sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

A implementação da plataforma de Gestão de Risco Operacional é composta pelas seguintes funcionalidades, disponível na intranet do Grupo Finibanco:

- Recolha e formalização dos pareceres dos processos, riscos e estruturas orgânicas identificados no "Relatório de Identificação de Riscos Operacionais", o qual é submetido à apreciação dos Chefes de Risco;
- Divulgação dos processos em portal, após aprovados pelos respectivos Chefes de Risco, com detalhe dos procedimentos, tarefas, sistemas e riscos, sediados na cadeia de valor da Instituição;
- Registo de eventos pelas estruturas orgânicas da Instituição, de acordo com as hierarquias de apreciação e decisão implementadas;
- Realização de questionários de auto-avaliação (Self Assessment), sobre todos os processos da Instituição, por interpelação às estruturas orgânicas, sobre a frequência e o impacto dos eventos históricos em que são e/ou foram intervenientes;
- Realização de relatórios de gestão, de forma a acompanhar os registos de custos operacionais, por tipo de risco e por processo, assim como as respectivas acções de mitigação;

- Gestão dos indicadores chave de risco (KRI's) utilizando o modelo de balance scorecard, parametrizando-o em função dos riscos sediados nos diferentes quadrantes;
- Identificação e monitorização dos controlos internos mitigantes dos riscos não financeiros mais relevantes (exposição ao risco) para as áreas funcionais de peso mais elevado.

De forma a assegurar o arranque da referida plataforma está a ser dada prioridade à integração de todos os processos na cadeia de valor do Finibanco, da Finicrédito e da Finivalor.

54. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

AQUA FINANCE Nº 2 PLC

Em Agosto de 2003 as filiais Finicrédito e Leasecar realizaram uma operação de titularização efectiva e completa no valor global de m.Euros 175.000. Adicionalmente em Julho de 2004 estas duas entidades efectuaram, ao abrigo da mesma operação, uma oferta adicional de m.Euros 50.000. Em Dezembro de 2005 a Leasecar foi incorporada por fusão na Finicrédito.

Seguidamente destacam-se os aspectos mais relevantes desta operação:

Genéricos

Data da realização da operação: 07 de Agosto de 2003
Montante cedido : m.Euros 225.000
Duração do programa: 9 anos e 2 meses
Revolving: 3 anos
Identificação do programa: Aqua Finance nº 2 PLC
Natureza dos activos cedidos:
Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
Rating médio da carteira cedida: AAA 90,5%; AA 5%; A 4,5%

Operação inicial

Data da realização da operação: 07 de Agosto de 2003
Montante cedido : m.Euros 175.000
Natureza dos activos cedidos:
Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
Duração média ponderada remanescente: 41,5 meses
Taxa de juro média ponderada dos activos: 14,8%

Oferta adicional

Data da realização da operação: 26 de Julho de 2004
Montante cedido : m.Euros 50.000
Natureza dos activos cedidos:
Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
Duração média ponderada remanescente: 49,8 meses
Taxa de juro média ponderada dos activos: 14,1%

Características dos instrumentos de dívida emitidos:

Denominação do instrumento	Montante emitido	Taxa de juro
Obrigações classe A1	203.700	Euribor 3M+0,30%
Obrigações classe A2	11.200	Euribor 3M+0,55%
Obrigações classe A3	10.100	Euribor 3M+0,85%
Títulos subordinados—classe D	11.675	Não definida

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de “revolving” e conforme ritmo de amortização de capital efectuado, conforme prioridade abaixo estabelecida.

Hierarquia em termos de subordinação / reembolso dos vários instrumentos:**Rating atribuído**

Obrigações classe A1	AAA
Obrigações classe A2	AA
Obrigações classe A3	A
Títulos subordinados	-

À data de 31 de Dezembro de 2009, as obrigações da Classe A1, encontravam-se amortizadas no montante de m.Euros 203.700, correspondente a 100% do valor da sua emissão.

À data de 31 de Dezembro de 2009, as obrigações da Classe A2, encontravam-se amortizadas no montante de m.Euros 4.446, correspondente a 39,7% do valor da sua emissão.

O montante total dos activos adquiridos pelo veículo para suporte da emissão dos instrumentos financeiros foi de m.Euros 225.000.

Não existem compromissos assumidos nem interesses retidos pela Finicrédito.

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Entidades que intervêm na operação:

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada
Aqua Finance No. 2 PLC	Irlanda	Entidade de finalidade especial	Emissor
Finicrédito Instituição Financeira de Crédito, SA	Portugal	Instituição Financeira	Originador e Servicer
Finibanco Holding SGPS, SA	Portugal	Sociedade Gestora de Participações Sociais	Backup Servicer
Finibanco SA	Portugal	Instituição financeira	Tomador do swap
CRC GSCF (Lux SARL)	Luxemburgo	Hedge Fund	Comprador das Notes Classe D
Aqua Finance No 2 Fundo	Portugal	Fundo de Titularização de créditos	Fundo
Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, SA	Portugal	Sociedade Gestora	Gestora
Deutsche Bank (Portugal) SA	Portugal	Instituição de Crédito	Banco Depositário
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Note & Security Trustee
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Accounts Bank
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Principal Paying Agent
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Transaction Manager
Credit Suisse First Boston International	Inglaterra	Banco de Investimento	Provedor do Swap
Standard and Poor's	Inglaterra	Agência de rating	Agência de Rating
Moodys Investor Services	Inglaterra	Agência de rating	Agência de Rating
Ernst & Young	Portugal	Auditoria	Audidores dos Originadores
KPMG Irlanda	Irlanda	Auditoria	Audidores do Emissor
Simmons & Simmons Rebelo de Sousa Rebelo de Sousa & Associados	Portugal	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Portuguesa
Arthur Cox	Irlanda	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Irlandesa
Norton Rose	Inglaterra	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Inglesa
Credit Suisse First Boston (Europe) Limited	Inglaterra	Banco de Investimento	"Lead Manager" da operação
Investidores institucionais	-	-	Investidores

Durante o exercício de 2006 o certificado representativo do interesse residual no Aqua Finance nº 2 PLC foi alienado pelo que esta sociedade deixou de integrar o perímetro de consolidação.

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Descontinuidade do reconhecimento no Balanço dos activos cedidos: Os créditos foram expurgados das contas patrimoniais da Finicrédito, tendo transitado para as correspondentes contas extrapatrimoniais.

Provisionamento dos activos cedidos: Os activos cedidos não estão a ser provisionados, uma vez que os detentores dos títulos subordinados são entidades externas ao Grupo Finibanco.

Reconhecimento dos resultados obtidos na cedência: Tratando-se de uma cedência efectiva e completa, os resultados obtidos na cedência dos activos foram reconhecidos nos anos em que se verificaram.

AQUA SME Nº 1

Em Junho de 2007 o Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007

Montante: m.Euros 250.000

Duração do programa: 10 anos

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua SME 1

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas

Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos

Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%

Rating médio da carteira cedida: n.a.

Características dos instrumentos emitidos

Denominação do instrumento	Montante emitido	Montante detido	Taxa de juro
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

- 1º Classe A units
- 2º Classe B units
- 3º Classe C units

As classe C foram integralmente tomadas pelo Finibanco S.A.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo**Montantes a título de:**

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.

Linhas de liquidez: n.a.

Outros financiamentos: n.a.

Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000

Garantias: n.a.

Proveitos residuais: a reverter para o Finibanco S.A. como remuneração das Classe C units.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.

Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.

Outros n.a.

n.a. Não aplicável

No exercício de 2008, o Finibanco, S.A. alienou 20,6% dos títulos da Classe C, tranche até então integralmente detida por esta sociedade.

Entidades que intervêm na operação

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada	Relação de participação
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Investimento S.A.	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A.	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Grupo detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

AQUA MORTGAGE N°1

Em Dezembro de 2008, o Finibanco, S.A. efectuou uma operação de titularização de créditos à habitação, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites como colateral no âmbito das operações do Eurosistema, da qual se destaca o seguinte:

Identificação da Operação: Aqua Mortgages N° 1

Tipo de operação: RMBS Tradicional

Montante da operação: 233 Milhões de Euros

Data de realização da operação: 09 de Dezembro de 2008

Prazo de vencimento da operação: Dezembro de 2063

Data prevista para o exercício da clean-up call: a partir do ano de 2033

Caracterização da operação de titularização

Instituição cedente: Finibanco S.A.

Tipos de posições em risco: Crédito à habitação

Descrição dos principais critérios de selecção dos activos para a carteira titularizada: Crédito à habitação, em euros, imóvel localizado em Portugal, com data de maturidade inferior a Dezembro de 2060, com montante máximo de Eur 1.000.000,00, sem pagamentos em atraso há mais de 30 dias e com taxa de juro indexada

Grau de risco médio da carteira cedida: 63,23% (método padrão)

Revolving: por um período de 2 anos após o início da operação

Caracterização das posições em risco titularizadas

Limite máximo de posições em risco titularizadas: Eur 233.000.000,00

Valor das posições em risco titularizadas, na data de início da operação:

-Valor médio dos contratos: Eur 66.059,08

-Posição em risco mais significativa: Eur 620.529,65

-Duração média ponderada remanescente: 25 anos

Desagregação do valor das posições de titularização

Caracterização das tranches					euros
Denominação da posição de titularização	Tranche (notação)	Quant	Montante	Taxa de Juro	Data de reembolso
Classe A	AAA		203.176.000,00	Euribor 6M + 15bps	Dez-63
Classe B	-		29.824.000,00	Euribor 6M + 40bps	Dez-63
Classe C	-		3.500.000,00	Excess Spread	Dez-63
TOTAL	-		236.500.000,00		

Detentores das tranches				euros
Denominação do Instrumento	Entidade Detentora Dos títulos	Tranche (notação)	Montante Detido	
Classe A	Finibanco, S.A	AAA	203.176.000,00	
Classe B	Finibanco, S.A	-	29.824.000,00	
Classe C	Finibanco, S.A	-	3.500.000,00	
		Total	236.500.000,00	

Compromissos assumidos e/ou interesses retidos / a reter pela instituição ou por uma instituição do grupo

Reserva de caixa inicial, limite máximo e mínimo: Montante inicial de Eur 3.500.000; máximo de Eur 3.500.000; mínimo de Eur 1.200.000,00.

Linhas de liquidez: não existem linhas de liquidez associadas à operação

Garantias: não existem linhas de garantias adicionais associadas à operação

Proveitos residuais: n.a.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: não existem swaps de taxa de juro ou outros instrumentos derivados associados à operação.

Os títulos classe A e B foram dados em garantia ao BCE no âmbito das operações do Eurosistema (Nota 19).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Entidades que intervêm na operação:

Designação da entidade	País da Sede	Tipo de entidade/actividade	Função Desempenhada	Relação de Participação
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Arranger	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Servicer	n.a.
Tagus - Soc.Titularização Créditos S.A.	Portugal	Soc. Tit. Créditos	Emitente	não tem
Deutsche Bank AG, London Branch	Inglaterra	Banco	Agente pagador	não tem
Deutsche Trustee Company Limited	Inglaterra	Serviços Financ.	Common representative	não tem
Standard & Poors	Espanha	Agência de Rating	Agência de Rating	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Grupo detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

AQUA FINANCE Nº 3

Em Junho de 2009 a Finicrédito efectuou uma operação de titularização denominada por "Aqua Fiance Nº 3, no valor de m.Euros 207.000, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites e passíveis de serem apresentados para efeitos de obtenção de financiamento. Esta operação tem um período de "revolving" de 3 anos, que terminará em Junho de 2012.

Seguidamente destacam-se os aspectos mais relevantes desta operação:

Genéricos

Data da realização da operação: 30 de Junho de 2009

Montante cedido : m.Euros 207.000

Duração do programa: 14 anos e 6 meses

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua Finance Nº 3

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Crédito ao consumo, aluguer de longa duração e leasing

Rating médio da carteira cedida: AAA 53,15%; Não definido 46,85%

Operação inicial

Data da realização da operação: 30 de Junho de 2009

Montante cedido : m.Euros 207.000

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Crédito ao consumo, aluguer de longa duração e leasing

Duração média ponderada remanescente: 49,5 meses

Taxa de juro média ponderada dos activos: 11,97%

Características dos instrumentos de dívida emitidos:

Denominação do instrumento	Montante emitido	Taxa de juro
Obrigações classe A	110.020	5,00%
Obrigações classe B	96.980	5,75%
Obrigações subordinadas	6.210	Não definida

(*) A taxa de juro é fixa.

Denominação do instrumento	Entidade detentora dos títulos	Montante detido
Obrigações classe A	Finicrédito	110.020
Obrigações classe B	Finicrédito	96.980
Obrigações subordinadas	Finicrédito	6.210

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de "revolving" o reembolso é efectuado conforme o ritmo de amortização de capital dos créditos cedidos, e de acordo com a prioridade abaixo estabelecida.

Hierarquia em termos de subordinação / reembolso dos vários instrumentos:**Rating atribuído**

Obrigações classe A
Obrigações classe B
Títulos subordinados

AAA
Não definido
-

Entidades que intervêm na operação

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade/actividade	Função desempenhada	Relação de participação
Finicrédito SA	Portugal	Instituição de crédito	Cedente	-
Finicrédito SA	Portugal	Instituição de crédito	Arranger	-
Finicrédito SA	Portugal	Instituição de crédito	Servicer	-
Tagus-Soc.Titularização Créditos SA	Portugal	Soc. Tit Créditos	Emitente	Não tem
Deutsche Bank AG London Branch	Inglaterra	Banco	Agente pagador	Não tem
Deutsche Trustee Company Limited	Inglaterra	Serviços Financeiros	Common representative	Não tem
Standard & Poor	Espanha	Agência de Rating	Agência de Rating	Não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidas

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que a Finicrédito detém a totalidade das obrigações emitidas, incluindo os títulos subordinados, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

55. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Conforme referido no nº 9 da Nota 2.5. e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de calculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

a) **Pressupostos actuariais**

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA , foram:

	31.12.2009			31.12.2008		
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo			O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo		
Método actuarial	Projected Method	Unit	Credit	Projected Method	Unit	Credit
Tábua de Mortalidade	TV 88/90			TV 88/90		
Tábua de Invalidez	EKV 80			EKV 80		
Taxa anual de crescimento salarial	3%			3%		
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5%			5%		
Taxa de desconto	5,5%			5,25%		
Taxa de crescimento das pensões	3%			3%		
SAMS	6,5% *			6,5% *		

* sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

No exercício de 2009 a taxa anual de rendimento dos activos do Fundo foi de 7,73% (-11,99% em 2008) e a taxa anual de crescimento salarial e das pensões de 4,93%(2,6% em 2008). As pensões acompanharam o crescimento da tabela ACTV (1,5%).

De acordo com as informações obtidas do actuário responsável pela preparação do estudo actuarial, não foi considerada no cálculo actuarial qualquer taxa de rotação dada a ausência de referências estatísticas de mercado credíveis e pelo facto de, com os dados internos do Grupo, as análises históricas efectuadas ao comportamento da rotação interna demonstrarem comportamentos irregulares, que ao serem incorporados no estudo poderiam conduzir a variações futuras de responsabilidades difíceis de justificar de forma consistente.

b) População

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 da seguinte forma:

	31.12.2009	31.12.2008
	(*)	
1. Empregados no activo	1.404	966
2. Pensionistas	15	13
3. Total (1+2)	1.419	979
4. Ex – participantes com direitos adquiridos	443	449
5. Total (3+4)	1.862	1.428

(*) - Após o esclarecimento jurídico sobre a interpretação legal a dar ao novo ACT-SB e a sua implicação na população a abranger, foi entendido incluir na população do Fundo 405 participantes que, embora tenham antiguidade anterior a Março de 2009, ainda não estavam a ser considerados para efeitos de Fundo de Pensões, na medida em que era expectável não serem abrangidos pelo regime de complementaridade, o que não se veio a confirmar.

c) Valores reconhecidos no balanço

31.12.2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	64.691	4.154	1.939	70.784
2. Pensionistas	2.315	150	108	2.573
3. Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	67.006	4.304	2.047	73.357
4. Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	74.510	4.633	2.265	81.408
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 32) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 19) (4-3)	7.504	329	218	8.051
% de cobertura do financiamento	111,2%	107,6%	100,2%	111,0
Ganhos/ (Perdas) actuariais não reconhecidos				
7. Dentro do corredor	4.956	366	143	5.465
8. Fora do corredor	65	330	3	398
9. Activo reconhecido no Balanço (Nota 19) (7+8)	5.021	696	146	5.863

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31.12.2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	63.310	3.512	2.011	68.833
2. Pensionistas	2.001	130	86	2.217
3. Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	65.311	3.642	2.097	71.050
4. Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	63.561	3.474	2.101	69.136
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 32) (3-4)	-	-	-	1.914
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 19) (4-3)	-	-	-	-
% de cobertura do financiamento	97,3%	95,4%	100,2%	97,3%
Ganhos/ (Perdas) actuariais não reconhecidos				
7. Dentro do corredor	6.450	299	183	6.932
8. Fora do corredor	7.548	399	375	8.322
9. Activo reconhecido no Balanço (Nota 19) (7+8)	13.998	698	558	15.254

d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados

31.12.2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	65.311	3.642	2.097	71.050
2. Custos do serviço corrente	5.781	391	217	6.389
3. Custo de juros	3.426	191	110	3.727
4. Pensões pagas	120	6	-	126
5. Perdas (ganhos) actuariais	(7.392)	86	(376)	(7.682)
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	1.695	662	(49)	2.308
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	67.006	4.304	2.048	73.358

31.12.2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	56.990	3.202	1.704	61.896
2. Custos do serviço corrente	5.435	337	187	5.959
3. Custo de juros	2.989	168	90	3.247
4. Pensões pagas	118	7	-	125
5. Perdas (ganhos) actuariais	15	(58)	116	73
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	8.321	440	393	9.154
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	65.311	3.642	2.097	71.050

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

e) Movimento registado nos activos do Fundo

31.12.2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	63.561	3.474	2.100	69.135
2. Rendimento líquido do fundo	5.097	287	163	5.547
3. Contribuição entregue ao fundo	5.972	878	3	6.853
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	120	6	-	126
5. Outras variações líquidas	-	-	-	-
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	74.510	4.633	2.266	81.409

31.12.2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	64.499	3.151	1.819	69.469
2. Rendimento líquido do fundo	(7.731)	(378)	(218)	(8.327)
3. Contribuição entregue ao fundo	6.911	708	499	8.118
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	118	7	-	125
5. Outras variações líquidas	-	-	-	-
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	63.561	3.474	2.100	69.135

f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:

	31.12.2009	31.12.2008
Terrenos e edifícios	11,8%	13,9%
Ações e unidades de participação	21,4%	24,4%
Obrigações – Dívida pública	19,7%	26,1%
Obrigações – Outros emissores	36,0%	17,6%
Depósitos em instituições de crédito	10,4%	17,4%
Outros	0,7%	0,6%
	100%	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados a empresas do Grupo Finibanco.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

g) Gastos reconhecidos no exercício

31.12.2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	5.781	391	217	6.389
2.Custo dos juros	3.426	191	110	3.727
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.810	212	128	4.150
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	298	14	1	313
5. Contribuições dos funcionários	511	-	-	511
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	5.184	384	200	5.768

O custo dos serviços correntes relativo a Membros dos Órgãos de Administração do Grupo encontra-se divulgado na Nota 55.

31.12.2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	5.435	337	187	5.959
2.Custo dos juros	2.989	168	90	3.247
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.494	174	100	3.768
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	499	-	-	499
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	4.431	330	177	4.938

A contribuição esperada para o Fundo de 2010 ascende m.Euros 6.239.

h) Análises de sensibilidade

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento de responsabilidades em cerca de 4,7 milhões de euros.

A variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 662 m.Euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário).

i) Análise evolutiva

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos quatro anos:

	2009	2008	2007	2006	2005
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	(67.006)	(65.311)	(56.990)	(55.766)	(47.292)
Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	74.510	63.561	64.499	56.389	29.411
Excesso / (insuficiência) de cobertura	7.504	(1.750)	7.509	623	(17.881)
% de cobertura do financiamento pelo Fundo	111,2%	97,3%	113%	101%	62%
Ajustamento de experiência em passivos do plano	2.175	(15)	(888)	(154)	(242)
Ajustamentos de experiência em activos do plano	1.286	(11.225)	4.897	1.273	346

56. PARTES RELACIONADAS

Accionistas

MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE - Accionista com controlo final
HERANÇA INDIVISA DE ÁLVARO PINHO DA COSTA LEITE

Membros do Conselho de Administração

MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE
HUMBERTO COSTA LEITE
ARLINDO COSTA LEITE
MARIA GABRIELA COSTA LEITE

Empresas subsidiárias e associadas do Grupo APCL

VIC (SGPS), SA
FINIBANCO-HOLDING, SGPS SA
FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA,SA
FINICRÉDITO-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA
FINIMÓVEIS SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE SERVIÇOS AUXILIARES,SA
FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS,SA
FINIVALOR-SOCIEDADE GESTORA FUNDOS MOBILIÁRIOS,SA
FINIBANCO SA - ANGOLA
FINIBANCO, SA
LESTINVEST, SGPS SA
OBOL INVEST KFT
IBERPARTNERS CAFÉS - SGPS, SA
SAF - IMOBILIÁRIA, S A
SOGIPORTO-GESTÃO IMOBILIÁRIA, S A
SOGILEÇA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA
SOGIBRAGA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA
LAMEIRA - IMOBILIÁRIA, LDA
ESTIA SGPS
Vic Beteiligungsverwaltungs GmbH
ROSUD SRL
MAMAIA INVERMENTS, SRL.

Sociedades onde Accionistas e membros da Administração têm influência significativa

VICAIMA FINANCE - SGPS, LDA
VICAIMA INVEST - SGPS, LDA
VICAIMA PARTICIPA - SGPS, LDA
VICAIMA MADEIRAS (SGPS), SA
VICAIMA-INDÚSTRIA DE MADEIRAS E DERIVADOS, SA
PROMOQUATRO-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
Vicaima Beteiligungsverwaltungs GmbH
ESTIA RETAIL & WAREHOUSING, SRL
PEDRAL-PEDREIRAS DO CRASTO DE CAMBRA, SA
GLOBAL DIS-DISTRIBUIÇÃO GLOBAL MATERIAIS, SA
VICAIMA - Puertas y Derivados, S.L.
VICAIMA - Türenwerk Handels GmbH
VICAIMA, Limited
EMPICAIMA-CONSTRUÇÕES SA
STOCKTRANS - LOGÍSTICA TRANSPORTES, LDA
VICAIMA/CIFIAL, ACE
VICAIMA INVESTMENTS LIMITED
PREDICAIMA - COMÉRCIO IMOBILIÁRIO, SA
SOGICAIMA-GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
SITAPE - INDÚSTRIA METALÚRGICA, SA
IMOBILIÁRIA DA CAVADA, LDA
IMOCAMBRA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA

Fundo de Pensões de colaboradores do Grupo Finibanco

FUNDO PENSÕES FNB – GERIDO POR CGD PENSÕES

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

	Accionistas	Membros do Conselho de Administração	Empresas associadas	Sociedades onde Accionistas e Membros da Administração têm influência significativa	Fundo de pensões de colaboradores do Grupo APCL	Total
Activo						
Crédito	11	16	4.243	3	-	4.273
Prestações acessórias/suplementares	-	-	54.439	743	-	55.182
	11	16	58.682	746	-	59.455
Passivo						
Passivos financeiros	10	210	-	-	-	220
Depósitos	785	2.511	15	512	8.289	12.112
Outros Passivos	313	-	-	-	-	313
	1.108	2.721	15	512	8.289	12.645
Rendimentos						
Juros e rendimentos similares	-	-	232	-	1	233
Rendimentos com serviços e comissões	2	2	15	9	-	28
	2	2	247	9	1	261
Encargos						
Juros e encargos similares	8	24	-	-	151	183
	8	24	-	-	151	183
Extrapatrimoniais						
Garantias e avals	-	-	0	-	-	0
Responsabilidades por prestação de serviços	1.008	1.528	5.753	62.648	-	70.937
	1.008	1.528	5.753	62.648	-	70.937

As prestações acessórias/ suplementares sobre empresas associadas no montante de m.Euros 54.439, líquidas de imparidade, não são remuneradas.

Para os restante Activos mencionados não foram constituídas quaisquer provisões ou imparidade.

As remunerações dos membros dos órgãos sociais desdobram-se da seguinte forma:

Remunerações dos membros dos órgãos sociais	2009	2008
Benefícios de curto prazo (Nota 44)	3.034	2.583
Benefícios pós emprego	43	79
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Pagamentos com base em acções	-	-
Total	3.077	2.662

57. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

58. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram endossadas pela União Europeia e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

Normas e interpretações endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios que terminem em 2010:

- Alterações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis para cobertura

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

- IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

- IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.

- IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de Imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

- Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

- Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento.

De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

- IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num equity swap devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO,



INVENTARIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
CONSOLIDADO

ANEXO II

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação	Valor do balanço (em moeda)	Valor de Balanço em Euros				
						Bruto	Líquido			
CREDITOS TITULADOS										
Emitidos por residentes										
Títulos de dívida										
De outros residentes										
Dívida não subordinada										
INCOMPOL-Industria de Componentes, Lda.	25	EUR	50.000,00	50.000,00	-	EUR	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO										
Títulos										
Emitidos por residentes										
- Instrumentos de capital										
MARTIFER SGPS NOM.	8.910	EUR	0,50	9,34	EUR	3,340	EUR	29.759,40	29.759,40	29.759,40
COPINA SGPS.	103.631	EUR	0,25	0,77	EUR	1,060	EUR	109.848,86	109.848,86	109.848,86
SONAE CAPITAL	634.700	EUR	1,00	0,66	EUR	0,830	EUR	526.801,00	526.801,00	526.801,00
REN - Redes Electricas Nacionais	160	EUR	1,00	2,731	EUR	3,000	EUR	480,00	480,00	480,00
- Outros										
FINIRENDIMENTO	206	EUR	5,00	5,14	EUR	5,3449	EUR	1.101,04	1.101,04	1.101,04
Emitidos por não residentes										
- Instrumentos de capital										
QUEENS - S WALK INVESTMENT	21.220	EUR		8,11	EUR	2,750	EUR	58.355,00	58.355,00	58.355,00
VALLOUREC	23.473	EUR	4,0000	87,58	EUR	127,050	EUR	2.982.244,65	2.982.244,65	2.982.244,65
ABERCROMBIE & FITCH	200	USD	0,0100	27,15	USD	34,850	USD	6.970,00	4.838,26	4.838,26
- Outros										
GLG EMERGING MARKETS SPECIAL ASSETS FUND E	7.214,14	EUR		91,66	EUR	64,140	EUR	462.714,94	462.714,94	462.714,94
OUTROS ATIVOS FINANC. AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS (FAIR VALUE OPTIONS)										
Títulos										
Emitidos por residentes										
- Instrumentos de capital										
NOMURA CLN 07/12/14	100,00	EUR	100.000,00	100.000,00	EUR	103.540,50	EUR	10.354.051,00	10.354.051,00	10.354.051,00
OBOL INVEST KFT	-	EUR	-	-	EUR	-	EUR	41.234.728,25	41.234.728,25	41.234.728,25
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA										
Títulos										
Emitidos por residentes										
Instrumentos de dívida										
Instrumentos de dívida pública										
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,011213	EUR	0,0110	EUR	2.794.851,00	2.794.851,00	2.794.851,00
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,009854	EUR	0,0105	EUR	1.262.208,00	1.262.208,00	1.262.208,00
O.T. - JUN 2014 4,375%	50.000.000	EUR	0,01	0,010037	EUR	0,0106	EUR	529.690,00	529.690,00	529.690,00
O.T. - JUN 2018 4,45%	50.000.000	EUR	0,01	0,009999	EUR	0,0104	EUR	519.405,00	519.405,00	519.405,00
O.T. - ABR 2011 3,20%	533.000.000	EUR	0,01	0,009606	EUR	0,0102	EUR	5.454.098,00	5.454.098,00	5.454.098,00
O.T. - OUT 2015 3,35%	3.000.000	EUR	0,01	0,009399	EUR	0,0099	EUR	29.550,00	29.550,00	29.550,00
De outros residentes										
- Instrumentos de capital										
MARTIFER - SGPS, SA	372.307	EUR	0,50	8,31	EUR	3,3400	EUR	3.373.300,16	3.373.300,16	1.243.505,38
REN - REDE ELECTRICA NACIONAL	960	EUR	1,00	2,65	EUR	3,0000	EUR	2.880,00	2.880,00	2.880,00
EDP - RENOVAVEIS	1.900	EUR	5,00		EUR	6,6300	EUR	12.597,00	12.597,00	12.597,00
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,979822	-	-	EUR	690.907,53	690.907,53	0,00
FCP SAD	14.770	EUR	5,00	5,00	EUR	1,320	EUR	73.786,45	73.786,45	19.496,40
VICALMA PUERTAS Y DERIVADOS SL	25	EUR	6,01	6,01	EUR		EUR	150,65	150,65	150,65
IMOCAMBRA - GESTÃO IMOBILIARIA SA	50	EUR	5,00	670,00	EUR	-	EUR	33.500,00	33.500,00	33.500,00
MATUR	50	EUR	4,99	0,498798	-	-	EUR	24,94	24,94	24,94
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	5.882	EUR	4,99	63,60	-	-	EUR	374.098,42	374.098,42	374.098,42
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,92	-	-	EUR	1.638.351,57	1.638.351,57	1.638.351,57
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	20.000,00	20.000,00	20.000,00
PME INVESTS	1.000	EUR	5,00	4,99	-	-	EUR	4.987,98	4.987,98	4.987,98
PME INOV CAPITAL	1.000	EUR	4,99	4,99	-	-	EUR	4.987,98	4.987,98	4.987,98
IBERPARTNERS CAFES SGPS	35.000	EUR	1,00	1,00	-	-	EUR	35.000,00	35.000,00	35.000,00
IBERPARTNERS CAFES SGPS Prestações Suplementares	-	EUR	-	-	-	-	EUR	965.000,00	965.000,00	965.000,00
PRIO - SGPS, SA	125.000	EUR	1,00	0,74	-	-	EUR	84.918,70	84.918,70	84.918,70
PRIO - SGPS, SA Prestações Suplementares	-	EUR	-	-	-	-	EUR	2.038.048,89	2.038.048,89	2.038.048,89
Emitidos por não residentes										
Instrumentos de dívida										
Emissores Públicos Estrangeiros										
BUNDES OBLIGATION 2,5% 08/10/2010	500.000.000	EUR	0,01	0,009528	EUR	0,0101	EUR	5.068.700,00	5.068.700,00	5.068.700,00
OT AOTNOL122A09	1.027	AKZ	97.327,09	97.327,09	AKZ	-	AKZ	99.954.921,43	781.832,36	781.832,36
TBC AOBCTB509S09	50.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	AKZ	-	AKZ	50.000.000,00	391.092,48	391.092,48
TBC AOBCTB516S09	100.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	AKZ	-	AKZ	100.000.000,00	782.184,96	782.184,96
TBC AOBCTB501009	800.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	AKZ	-	AKZ	800.000.000,00	6.257.479,64	6.257.479,64
TBC AOBCTB530D09	200.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	AKZ	-	AKZ	200.000.000,00	1.564.369,91	1.564.369,91
TBC AOBCTB530D09	600.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	AKZ	-	AKZ	600.000.000,00	4.693.109,73	4.693.109,73
TBC AOBCTB530D09	100.000	AKZ	1.000,00	1.000,000000	AKZ	-	AKZ	100.000.000,00	782.184,96	782.184,96
OT AOTNIC215L09	490	AKZ	102.037,72	102.037,72	AKZ	-	AKZ	49.998.482,80	391.080,61	391.080,61
Outros não residentes										
-Outros										
Dívida não subordinada										
CHEYNE CAPITAL GUARANTEED CREDIT NOTES	9.000.000,00	EUR		1,00	EUR	0,9487	EUR	8.538.300,00	8.538.300,00	8.538.300,00
Instrumentos de capital										
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Te	9	EUR	123,95	908,94	-	-	EUR	8.180,49	8.180,49	8.180,49
EMIS	3.560	AKZ	1.000,00	5.222,39	AKZ	-	AKZ	18.591.726,00	145.421,68	145.421,68
Outros										
CHEYNE TOT RET CRED FD 1 CLASS C	25.000,00	EUR		100,00	EUR	92,027	EUR	2.300.675,00	2.300.675,00	2.300.675,00
GLG EMERGING MARKETS SPEC STTS FUND CLASS B	8.770,39	USD		79,15	USD	47,43	USD	415.949,91	288.733,80	288.733,80

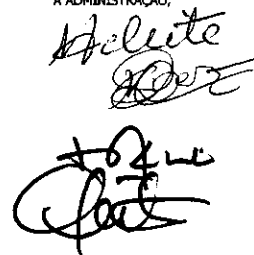
INVENTARIO DE TITULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
CONSOLIDADO

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade		Valor nominal	Valor médio de aquisição (euro)		Valor de cotação		Valor do balanço (em moeda)	Valor de Balanço em Euros	
									Bruto	Líquido
INVEST.FILIAIS, EXCL. CONSOLID.ASSC. EMPREEND. COND.										
Emitidos por Residentes										
- Em Associadas										
NAVISER - Transportes Marítimos Internacionais SA	30.000	EUR	4,99	4,99	EUR	-	EUR	149.639,37	149.639,37	0,00
PINTO & BULHOSA	64.018	EUR	2,99	2,99	EUR	-	EUR	191.563,33	191.563,33	0,00
FINIBANCO VIDA - Comp. de Seguros de Vida, SA.	3.750.000	EUR	1,00	1,00	EUR	-	EUR	11.440.678,00	11.440.678,00	11.440.678,00
SOGTILEÇA - Gestão Imobiliária, Lda.	1	EUR	800.000,00		EUR	-	EUR	4.263.615,31	4.263.615,31	4.263.615,31

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A ADMINISTRAÇÃO,



APCL FINANCEIRA SGPS, SA

ANEXO III

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

Movimento do ano de 2009

Consolidado

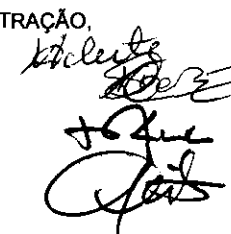
(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Variações Cambiais	Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz. (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido 31-12-2009
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas							
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS									
. Sistemas de tratamento automático de dados	16.072	13.212	-356	1.003	859	1.436	0	0	2.930
. Activos intangíveis em curso	966	0	-109	312	(859)	0	-27	0	283
. Outros activos intangíveis	3.884	3.396	0	0	0	0	0	0	488
. Diferenças de consolidação positiva (Goodwill)	75.590	0	0	0	0	0	0	0	75.590
	96.512	16.608	-465	1.315	0	1.436	-27	0	79.291
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis									
. Imóveis de serviço próprio	38.387	8.152	0	0	0	943	0	0	29.292
. Obras em imóveis arrendados	28.582	13.854	2	643	662	2.027	-1	0	14.007
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	46.758	32.482	-301	2.395	59	4.879	0	99	11.451
Activos em locação operacional	0	0	0	305	0	7	0	0	298
Activos em locação financeira	2.466	2.466	0	0	0	0	0	0	0
Activos tangíveis em curso	1.181	0	-83	679	-721	0	-48	0	1.008
Outros activos tangíveis	3.656	1.031	161	58	0	215	0	0	2.629
	121.030	57.985	-221	4.080	0	8.071	-49	99	58.685
TOTAIS	217.542	74.593	-686	5.395	0	9.507	-76	99	137.976

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A ADMINISTRAÇÃO,



APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA

ANEXO IV

Segmentação por linhas de negócio

31 de Dezembro de 2009

CONSOLIDADO

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Banca Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	23.234	0	219.652	70.455	0	0	86	5.321	-132.038	186.710
Clientes Externos	0	7.642	0	133.425	44.984	0	0	86	573	0	186.710
Inter-segmentos	0	15.592	0	86.227	25.471	0	0	0	4.748	-132.038	0
Juros e encargos similares	0	26.119	0	140.983	52.673	0	0	239	13.778	-131.834	101.958
Clientes Externos	0	10.256	0	67.484	15.187	0	0	239	8.792	0	101.958
Inter-segmentos	0	15.863	0	73.499	37.486	0	0	0	4.986	-131.834	0
Rendimentos de instrumentos de capital	0	2.006	0	0	0	0	0	0	0	0	2.006
Margem Financeira	0	-879	0	78.669	17.782	0	0	-163	-8.467	-204	86.758
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	857	-273	689	4.783	3.362	4.504	425	5.452	-984	301	19.116
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	10.213	0	0	0	0	0	0	0	0	10.213
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	8.791	0	0	0	0	0	0	0	0	8.791
Resultados de reavaliação cambial	0	7.632	0	0	0	0	0	0	0	0	7.632
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	0	12.151	6.994	0	19.145
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	17.583	1.784	582	0	-325	5.866	-7.457	18.033
Produto Bancário	857	25.484	689	101.035	22.928	5.086	425	17.125	3.419	-7.360	169.688
Custos de estrutura	483	4.712	1.261	89.943	12.699	2.252	378	2.939	911	-2.093	113.485
Pessoal	260	2.387	606	51.201	6.804	650	138	1.300	226	0	63.572
Gastos	191	2.041	576	31.118	4.834	1.578	211	1.529	421	-2.093	40.406
Amortizações	32	284	79	7.624	1.061	24	29	110	264	0	9.507
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	1.264	0	22.744	24.142	0	0	-146	0	1.389	49.393
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	1.521	0	0	0	0	0	-890	631
Resultados antes de impostos	374	19.508	-572	-10.131	-13.913	2.834	47	14.332	2.508	-7.546	7.441
Imposto diferido											-7.199
Imposto sobre lucros											4.050
Interesses minoritários											4.011
Resultado consolidado do exercício											6.579
Crédito s/ clientes (Liq.)	0	0	0	1.928.271	1.111.697	0	0	0	0	-609.204	2.430.764
Crédito Bruto	0	0	0	2.022.141	1.141.925	0	0	0	0	-613.465	2.550.601
Provisões	0	0	0	93.870	30.228	0	0	0	0	-4.261	119.837
Débitos para com clientes	0	65.771	0	1.871.931	241.363	0	0	0	0	-16.299	2.162.766
Activo	62	544.357	363	1.493.942	1.125.975	55	45	62.429	979.379	-920.686	3.285.921
Passivo	0	754.268	0	2.103.016	250.602	0	0	8.021	423.503	-543.841	2.995.569
Investimento tangível (no período)	4	49	141	3.530	335	3	4	14	0	0	4.080
Investimento intangível (no período)	3	60	44	1.101	90	2	3	12	0	0	1.315

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO.

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., SA

ANEXO V

Segmentos Geográficos

31 de Dezembro de 2009

CONSOLIDADO

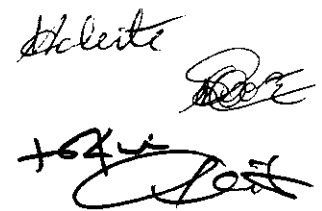
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Actividade Nacional	Actividade Internacional		Operações intra-segmentos	Total
		Angola	Outros		
Juros e rendimentos similares	181.554	4.860	227	69	186.710
Juros e encargos similares	100.583	1.306	0	69	101.958
Rendimentos de instrumentos de capital	2.006	0	0	0	2.006
Margem Financeira	82.977	3.554	227	0	86.758
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	16.861	2.253	2	0	19.116
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	10.211	0	2	0	10.213
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8.791	0	0	0	8.791
Resultados de reavaliação cambial	1.420	6.254	-42	0	7.632
Resultados de alienação de outros activos	19.145	0	0	0	19.145
Outros resultados de exploração (líquidas)	16.966	1.030	37	0	18.033
Produto Bancário	156.371	13.091	226	0	169.688
Custos de estrutura	109.072	4.221	192	0	113.485
Pessoal	62.235	1.327	10	0	63.572
Gastos	37.656	2.601	149	0	40.406
Amortizações	9.181	293	33	0	9.507
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	48.474	804	115	0	49.393
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	631	0	0	0	631
Resultados antes de impostos	-544	8.066	-81	0	7.441
Imposto diferido	-7.199	0	0		-7.199
Imposto sobre lucros	1.305	2.746	-1		4.050
Interesses minoritários	1.951	2.060	0		4.011
Resultado líquido do exercício	3.399	3.260	-80	0	6.579
Crédito s/ clientes (Liq.)	2.396.111	32.993	1.660	0	2.430.764
Crédito Bruto	2.515.027	33.794	1.780	0	2.550.601
Provisões	118.916	801	120	0	119.837
Débitos para com clientes	2.120.005	42.761	0	0	2.162.766
Activo	3.216.836	68.702	2.316	-1.933	3.285.921
Passivo	2.941.101	53.372	3.029	-1.933	2.995.569
Investimento tangível (no período)	3.202	878	0	0	4.080
Investimento intangível (no período)	1.192	123	0	0	1.315

O TECNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO,



APCL FINANCEIRA S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

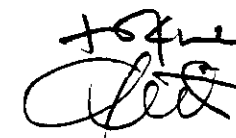
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Accionistas do Finibanco Holding									Interesses Minoritários	Total
	Capital	Acções próprias	Outros Instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total		
Saldos em 31.12.2008 (em IFRS)	100.000	0	64.190	(1.521)	0	12.140	0	(29.196)	145.613	81.566	227.179
Resultado do período	0	0	0	0	0	0	0	6.579	6.579	4.011	10.590
Outros rendimentos integrais											
Ganhos/ Perdas líquidas em valorizações ao justo valor	0	0	0	1.426	0	0	0	0	1.426	0	1.426
Imposto diferido	0	0	0	(48)	0	0	0	0	-48	0	-48
Ganhos / Perdas líquidas em diferenças cambiais	0	0	0	(910)	0	0	0	0	-910	0	-910
Total do rendimento integral	0	0	0	468	0	0	0	6.579	7.047	4.011	11.058
Transferência para reservas	0	0	0	0	0	0	(29.196)	29.196	0	0	0
Outras variações em capital próprio	0	0	0	0	0	3.136	0	0	3.136	48.979	52.115
Saldos em 31.12.2009 (em IFRS)	100.000	0	64.190	(1.053)	0	15.276	(29.196)	6.579	155.796	134.556	290.352

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A ADMINISTRAÇÃO,

A6

APCL FINANCEIRA SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA O ANO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro)

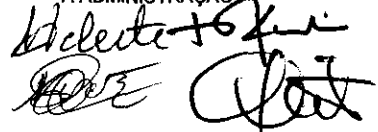
	Notas	31-12-2009	31-12-2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Juros e comissões recebidos		217.454	259.674
Juros e comissões pagos		(103.883)	(145.493)
Impostos pagos		(7.142)	(19.644)
Recuperação de crédito e juros vencidos		13.300	10.003
Fluxo das operações financeiras		28.642	(3.650)
Pagamentos ao pessoal		(63.572)	(61.892)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(3.647)	(5.306)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		81.152	33.692
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais			
Aplicações em instituições de crédito		(2.361)	52.485
Créditos a Clientes		(71.543)	(267.562)
Activos financeiros detidos para negociação		2.271	70.943
Activos financeiros disponíveis para venda		53.792	(13.578)
Activos não correntes detidos para venda		5.634	18.146
Outros activos		(132.491)	4.723
Fluxo líquido dos activos operacionais		(144.698)	(134.843)
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais			
Recursos de bancos centrais		130.528	60.008
Recursos de outras instituições de crédito		(24.482)	(10.004)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(47.592)	185.322
Passivos financeiros detidos para negociação		(8.319)	(1.257)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		(6.809)	(12.304)
Passivos financeiros associados a activos transferidos		(702)	(11.066)
Outros passivos		(18.119)	20.161
Fluxo líquido dos passivos operacionais		24.505	230.860
Fluxos das actividades operacionais (1)		(39.041)	129.709
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Diminuições (aumentos) Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		14.739	(11.182)
Diminuições (aumentos) Investimentos detidos até à maturidade		5.148	(5.158)
Diminuições (aumentos) Propriedades de investimento		19.119	(1.309)
Diminuições (aumentos) Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		(14.541)	(37.048)
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(3.764)	(12.914)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		(613)	4.172
Fluxos das actividades de investimento (2)		20.088	(63.439)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissões de dívida titulada e subordinada		3.100	100.361
Amortizações de dívida titulada		(18.244)	(100.766)
Juros de dívida titulada		(14.759)	8.399
Aumentos (diminuições) Outros instrumentos capital		0	(35.658)
Interesses minoritários		48.979	10.060
Fluxos das actividades de financiamento (3)		19.076	(17.604)
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		123	48.666
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		191.630	142.964
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 e 4	191.753	191.630

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa consolidados do exercício de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A ADMINISTRAÇÃO



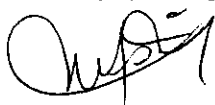
APCL FINANCEIRA S.G.P.S., S.A.

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral a 31 de Dezembro de 2009

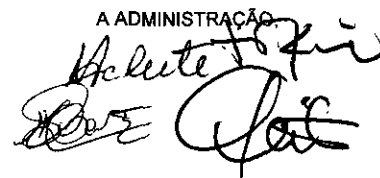
(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	01-01-2009 a 31-12-2009	01-01-2008 a 31-12-2008	01-10-2009 a 31-12-2009	01-10-2008 a 31-12-2008
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda		1.426	(12.699)	(431)	19.297
Imposto diferido		(48)	2.956	139	(2.485)
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais		(910)	44	(808)	52
Atribuído a:					
Accionistas do Finibanco Holding		7.047	(38.895)	1.364	(12.194)
Interesses minoritários	34	4.011	(31.628)	3.169	(32.855)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A ADMINISTRAÇÃO



ACTA NÚMERO CATORZE

Aos dezassete dias do mês de Maio de dois mil e dez, pelas nove horas, na sede social, sita em Armental, freguesia de Codal, concelho de Vale de Cambra, reuniram em Assembleia Geral Anual os accionistas da Sociedade APCL FINANCEIRA - S.G.P.S., S.A., pessoa colectiva número 507541693, matriculada sob o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial de Vale de Cambra, com o capital social integralmente realizado de cem milhões euros. -----

Constituída a Mesa pelo Presidente, Senhor Dr. José Manuel de Oliveira Maia e pelo secretário Senhor Manuel Augusto Carvalho Soares Pinto, verificou-se estarem presentes os Accionistas titulares de cem milhões de acções do valor nominal de um euro cada uma, correspondentes à totalidade dos votos, conforme tudo consta da lista de presenças que fica arquivada no dossier de documentos da Assembleia Geral. -----

Uma vez que se encontrava representada a totalidade do capital social, o Senhor Presidente da Mesa considerou estarem reunidos todos os pressupostos para a regular constituição e funcionamento da Assembleia Geral, muito embora convocada sem observância de formalidades prévias, pelo que, a considerou em condições para deliberar sobre as matérias constantes da ordem de trabalhos que é a seguinte:-----

UM - Apreciação, discussão e deliberação sobre os documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e nove. -----

DOIS - Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e nove. -----

TRÊS - Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do exercício de dois mil e nove. -----

QUATRO - Apreciação Geral da Administração e Fiscalização da sociedade. -----

Encontravam-se presentes, os membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização da sociedade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral usou da palavra para declarar aberta a sessão e apresentar cumprimentos aos Senhores Accionistas e aos elementos dos Órgãos Sociais presentes. -----

Entrando-se no ponto um da ordem de trabalhos, foram presentes à Assembleia, o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei relativos ao exercício de dois mil e nove, os quais, após devidamente analisados e submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade. -----

Quanto ao agendado no segundo ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa lembrou à Assembleia que do Relatório da Gestão constava uma proposta de aplicação de resultados, segundo a qual o prejuízo apurado no exercício, no montante de trezentos e três mil setecentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos, deve ser transferido para a conta de Resultados Transitados. -----

Como nenhum Senhor Accionista pretendesse apresentar proposta alternativa para aplicação dos resultados do exercício, nem usar da palavra relativamente à mesma, o Senhor Presidente da Mesa pô-la à votação nos termos propostos, a qual foi unanimemente aprovada. -----

Relativamente ao mencionado no ponto três, foi presente à Assembleia, toda a informação financeira contida no Relatório de Gestão Consolidado e nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de dois mil e nove, no qual foi obtido um lucro consolidado de seis mil quinhentos e setenta e nove milhares de euros, cuja composição compreende o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos e os demais documentos de prestação de contas Consolidadas previstos na Lei, os quais, após devidamente analisados e submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade. -----

Por último, entrou-se na apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade, que constituía o ponto quatro da ordem do dia, tendo o Senhor Presidente da Mesa informado a Assembleia Geral que lhe havia sido apresentada uma proposta da accionista Vicaima Finance - S.G.P.S., Lda., nos seguintes termos: "A Vicaima Finance - S.G.P.S., Lda. propõe que a Assembleia Geral exprima a sua confiança, tanto no Conselho de Administração como no Conselho Fiscal e em cada um dos seus membros, pela forma como exerceram, durante o exercício transacto, as funções de gestão e fiscalização dos negócios da Sociedade." -----
Admitida a proposta nos referidos termos e como mais ninguém pretendesse usar da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu-a à votação, tendo ela sido aprovada, igualmente, por unanimidade. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.-----

Jo. Manuel de Oliveira
WS

APCL Financeira - S.G.P.S., S.A.

Armental - Codal

3730-132 VALE DE CAMBRA

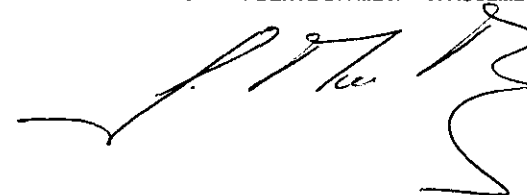
NIPC 507541693

Matricula na C.R.C. de Vale de Cambra - 507541693

Lista dos Senhores Accionistas presentes na Assembleia Geral Anual
realizada na sede da sociedade em 17 de Maio de 2010, pelas 09H00.

Accionistas Nome / Morada	Representante Nome / Morada	Número de acções	Tipo das acções	Valor nominal (Euros)	Número de votos	Assinatura
Herança indivisa de Álvaro Pinho da Costa Leite Rua da Venezuela, 97 - 9º. Esqº. 4150-744 PORTO	Maria Augusta Rezende da Costa Leite R. Venezuela, 97 - 9º. Esqº. - 4150-744 PORTO	85.029.700	Nominativas	85.029.700	850.297	
Vicaima Finance - S.G.P.S., Lda. Armental - Codal - 3730-132 VALE DE CAMBRA	Maria Gabriela da Costa Leite R. Venezuela, 97 - 9º. Esqº. - 4150-744 PORTO	4.990.100	Nominativas	4.990.100	49.901	
Vicaima Invest - S.G.P.S., Lda. Armental - Codal - 3730-132 VALE DE CAMBRA	Humberto da Costa Leite (Engº.) R. de Aljubarrota nº. 21 - 4150-053 PORTO	4.990.100	Nominativas	4.990.100	49.901	
Vicaima Participa - S.G.P.S., Lda. Armental - Codal - 3730-132 VALE DE CAMBRA	Maria Gabriela da Costa Leite R. Venezuela, 97 - 9º. Esqº. - 4150-744 PORTO	4.990.100	Nominativas	4.990.100	49.901	
Totais.....		100.000.000		100.000.000	1.000.000	

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de APCL FINANCEIRA - S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 3.285.921 milhares de Euros e um total de capital próprio sem interesses minoritários de 155.796 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa de 6.579 milhares de Euros), a Demonstração Consolidada de Variações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada de Resultados e a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação de as demonstrações financeiras das sociedades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. A rubrica de Activos intangíveis inclui um valor de 75.590 milhares de Euros relativos ao Goodwill associado à participação na Finibanco - Holding, S.G.P.S., S.A., sociedade aberta. A cotação bolsista desta entidade a 31 de Dezembro de 2009, num contexto em que o número de acções transaccionado foi muito reduzido nos últimos 12 meses, é inferior ao valor escriturado. Contudo, o Conselho de Administração entendeu não efectuar qualquer teste de imparidade da participação, tal como exigido pela IFRS 3, nomeadamente a actualização da avaliação da Finibanco - Holding, S.G.P.S., S.A., realizada por uma entidade independente em 2008, pelos motivos referidos na Nota 46. Nestas circunstâncias, não estamos em condições de quantificar o eventual efeito da não aplicação da norma contabilística acima referida nas demonstrações financeiras.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de APCL FINANCEIRA - S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2009, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 29 de Abril de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS CONSOLIDADAS

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

Exmos. Senhores Accionistas da
APCL Financeira - S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e em conformidade com as disposições legais e estatutárias apresentamos o relatório da actividade desenvolvida no exercício de 2009 bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Fomos eleitos em 11 de Dezembro de 2009 pelo que só após esta data acompanhámos a actividade da sociedade, nomeadamente através de contactos com o Conselho de Administração e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebemos as informações e esclarecimentos necessários.

Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que nos prestou igualmente informações úteis ao desenvolvimento das nossas funções de fiscalização.

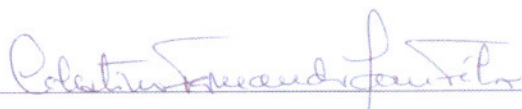
Analisámos os referidos documentos de prestação de contas consolidadas e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que merecem a nossa concordância.

Nestes termos, tendo em consideração os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração e o conteúdo da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Seja aprovado o Relatório de Gestão consolidado;
- b) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Vale de Cambra, 30 de Abril de 2010

O Conselho Fiscal



Dr. Celestino Fernando da Gama Félix – Presidente



Dr. Viriato Marques da Silva Arrojado - Vogal



Dr. Manuel Pires de Matos

em representação de

Pires de Matos & Pinheiro Torres

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Vogal